

GUILHERME LUÍS GENERAL MIRANDA

**A TRAJETÓRIA DE MUHERES MIGRANTES DO ASSENTAMENTO
ITAMARATI I: RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO.**

DOURADOS-MS

2017

GUILHERME LUÍS GENERAL MIRANDA

**A TRAJETÓRIA DE MUHERES MIGRANTES DO ASSENTAMENTO
ITAMARATI I: RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados-MS, para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: *História, Representações e Gênero.*

Orientador: Prof. Dr. **Losandro Antônio Tedeschi**

DOURADOS-MS

2017

GUILHERME LUÍS GENERAL MIRANDA

**A TRAJETÓRIA DE MUHERES MIGRANTES DO ASSENTAMENTO
ITAMARATI I: RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO.**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Aprovada em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Prof. Dr. Losandro Antônio Tedeschi (UFGD). _____

2ª Examinadora:

Profª. Drª: Marisa De Fátima Lomba de Farias (UFGD). _____

3° Examinador:

Prof. Dr. Leandro Baller (UFGD). _____

4ª Examinadora:

Profª. Drª. Ivonete Pereira. (UNIOESTE). _____

Dedico este trabalho à minha família; meu pai e minha mãe, Oziel e Verônica; minha irmã, Joanna; minha esposa Danutta; meus amigos e minhas amigas e às mulheres assentadas do Itamarati.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de dedicar esse espaço para agradecer a todos e a todas que de alguma forma, em algum momento, contribuíram para a realização desta pesquisa. Agradeço especialmente à professora Rosemeire da Silva, por ter sido uma grande amiga e guia nos caminhos do Assentamento Itamarati, me apresentando às mulheres trabalhadoras rurais e possibilitando a realização das entrevistas, fontes de pesquisa para este trabalho. Agradeço a cada uma das mulheres que se disponibilizaram para conversar, e compartilhar suas histórias. Dona Celina, Dona Eva e seu Evaristo pelo excelente acolhimento dentro de suas casas que tornou possível um convívio essencial para que pudesse compreender melhor o cotidiano das famílias assentadas. Agradeço também à Dona Marli, Dona Maria Aparecida, Maria Luci, Eliane, Dona Ilse, Dona Dirce e Dona Maria, entre outras mulheres que se mostraram dispostas a conversar e conceder suas entrevistas.

Ao professor Losandro Antônio Tedeschi pelas orientações e ensinamentos. Agradeço por ter me mostrado os caminhos da pesquisa e me dado todo o suporte necessário para realização desta dissertação. Agradeço também às professoras Marisa e Ivonete e ao professor Leandro Baller pelas observações e sugestões. Agradeço a CAPES pelo apoio e suporte financeiro ao Programa de Pós-Graduação em História, aos professores e professoras, e a toda equipe administrativa da Universidade Federal da Grande Dourados.

Agradeço aos meus pais, Oziel e Verônica, e minha irmã Joanna por tudo que sempre fizeram por mim. À minha esposa Danutta, pelo convívio e companheirismo, pela compreensão e paciência. Agradeço ainda aos amigos e amigas pelas muitas conversas e reflexões.

*Hoje me deu tristeza,
sofri três tipos de medo
acrescido do fato irreversível:
não sou mais jovem.
Discuti política, feminismo,
a pertinência da reforma penal,
mas ao fim dos assuntos
tirava do bolso meu caquinho de espelho
e enchia os olhos de lágrimas:
não sou mais jovem.
As ciências não me deram socorro,
não tenho por definitivo consolo
o respeito dos moços.
Fui no Livro Sagrado
buscar perdão pra minha carne soberba
e lá estava escrito:
"Foi pela fé que também Sara, apesar da idade avançada,
se tornou capaz de ter uma descendência..."
Se alguém me fixasse, insisti ainda,
num quadro, numa poesia...
e fossem objetos de beleza os meus músculos frouxos...
Mas não quero. Exijo a sorte comum das mulheres nos tanques,
das que jamais verão seu nome impresso e no entanto
sustentam os pilares do mundo, porque mesmo viúvas dignas
não recusam casamento, antes acham sexo agradável,
condição para a normal alegria de amarrar uma tira no cabelo
e varrer a casa de manhã.
Uma tal esperança imploro a Deus.*

Dolores

Adélia Prado

RESUMO

Neste trabalho foi desenvolvido um estudo das memórias e representações de mulheres migrantes camponesas do Assentamento Itamarati I no estado do Mato Grosso do Sul. O contato com as mulheres assentadas possibilitou conhecer suas trajetórias, experiências e cotidianidades dentro de um contexto de conflitos na busca pela terra. Através de fontes e metodologia da História Oral, é construída uma história sob a perspectiva das mulheres, problematizando as relações de gênero e trabalho ao longo das suas trajetórias de vida. O estudo foi feito com base nas memórias de mulheres que vivenciaram e participaram de um processo de migração na luta e conquista de terra a partir da década de 1980. Através da metodologia da História Oral buscou-se ouvir suas histórias e suas percepções a respeito da participação das mulheres nas relações de trabalho. Este estudo pode vir a servir como uma ferramenta importante para qualquer análise do ponto de vista histórico e social sobre as regiões de fronteira no Mato Grosso do Sul, Assentamentos Rurais da Reforma Agrária, e história das mulheres camponesas.

Palavras chave: Gênero, História das Mulheres, Memória; Relações de trabalho.

ABSTRACT:

In this work I developed a study on the memories and representations of peasants migrating women from Itamarati 1 settlement, in the state of Mato Grosso do Sul. The contact with settled women enabled us to know their life trajectories, experiences and their daily life relationships and conflicts within a land searching context. Through sources and methodology of oral history, It is told a story, from the perspective of the women, arguing about gender and work relations during their life trajectories. The study was based on the memories of women who lived and participated in a process of migration in the struggle and conquest of land from the 1980s. Through the methodology of Oral History it was sought to listen to their stories and their perceptions about their participation in labor relations. This study may serve as an important tool for any research about the historical and social point of view about Mato Grosso do Sul's border regions, Rural Settlements of Agrarian Reform, and peasant women's history.

Keywords: Gender; History of the women; Memory; Working relations.

RESUMEN

En este trabajo se desarrolló un estudio de las memorias y representaciones de mujeres migrantes campesinas del Asentamiento Itamarati I en el estado de Mato Grosso do Sul. El contacto con las mujeres asentadas permitió conocer sus trayectorias, experiencias y cotidianidades dentro de un contexto de conflictos en la búsqueda por la tierra. A través de fuentes y metodología de la Historia Oral, se construye una historia de la perspectiva de las mujeres, discutiendo las relaciones de género y trabajo a lo largo de sus trayectorias de vida. El estudio se hizo sobre la base de las memorias de mujeres que vivenciaron y participaron en un proceso de migración en la lucha y conquista de tierra a partir de los años de 1980. A través de la metodología de la Historia Oral se buscó oír sus historias y sus percepciones al respecto de la participación de las mujeres en las relaciones de trabajo. Este estudio puede servir como una herramienta importante para cualquier análisis desde el punto de vista histórico y social sobre las regiones de frontera en Mato Grosso do Sul, Asentamientos Rurales de la Reforma Agraria, e historia de las mujeres campesinas.

Palabras clave: Género, Historia de las Mujeres, Memoria; Relaciones de trabajo.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 01: MIRANDA, Guilherme Luís General. Jornada Nacional das Mulheres Camponesas. Dourados-MS. 2012.

Foto 02: MIRANDA, Guilherme Luís General. Jornada Nacional das Mulheres Camponesas. Dourados-MS. 2012.

Foto 03: MIRANDA, Guilherme Luís General. Encontro das mulheres camponesas no dia internacional da mulher. Núcleo Urbano do Assentamento Itamarati. 2013.

Foto 04: MIRANDA, Guilherme Luís General. Encontro das mulheres camponesas no dia internacional da mulher. Núcleo Urbano do Assentamento Itamarati. 2013

Foto 05: MIRANDA, Guilherme Luís General. Visita ao Assentamento Itamarati. Assentamento Itamarati I. 2016.

Foto 06: MIRANDA, Guilherme Luís General. Jornada Nacional das Mulheres Camponesas. Dourados-MS. 2012.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.

Ilustração 01: JORNAL FOLHA DO CAMPO. Assentamento Itamarati. N°182. 10 a 16 de março de 2015. Página 03.

Ilustração 02: JORNAL FOLHA DO CAMPO. Assentamento Itamarati. N°182. 10 a 16 de março de 2015. Página 07.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIMTR-SUL - Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul.

AMFFI - Associação de Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati.

ANMTR - Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura.

CPT - Comissão Pastoral da Terra.

CUT – Central Única dos Trabalhadores.

FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MAB - Movimento dos Atingidos pelas Barragens.

MIRAD - Ministério para a Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural.

MMC – Movimento das Mulheres Camponesas.

MMTR - O movimento de mulheres trabalhadoras rurais.

MMTR-NE - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste.

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores.

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

PJR - Pastoral da Juventude Rural.

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária.

PNRA-NR - Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República.

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.	15
CAPÍTULO I	
AS MULHERES, SUAS HISTÓRIAS E DESAFIOS.	38
1.1 - Gênero e História das mulheres: possibilidades para outra história.	39
1.2 - A questão do trabalho na perspectiva das relações de gênero.	55
CAPÍTULO II	
UM ASSENTAMENTO, MUITAS HISTÓRIAS.	64
2.1 – Histórias de migração na região de fronteira: mulheres na busca pela terra no Mato Grosso do Sul.	65
2.2 – A luta pela terra.	76
2.3 – A história agrária no Mato Grosso do Sul: Terra desigual.	79
2.4 - De fazenda a assentamento rural: a história do Itamarati.	86
CAPÍTULO III	
O FAZER-SE FEMININO CAMPONÊS: AS MULHERES CONSTRUINDO A POSSE/PERMANÊNCIA DA TERRA.	91
3.1 - Mulheres em movimentos: a luta pela terra e direitos.	93
3.2 - Construindo um novo espaço de desafios e sonhos: a precariedade dos primeiros anos no Assentamento Itamarati sob o olhar das mulheres.	104
3.3 - Elas fazem história: família, relações de gênero e trabalho no Assentamento Itamarati.	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	127
FONTES.	133

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de minha jornada acadêmica, que começou por meio da iniciação científica, em 2011, quando cursava a graduação em História. Naquele ano, tive meu primeiro contato com a história das mulheres trabalhadoras rurais dos assentamentos, mais especificamente, do assentamento da reforma agrária Itamarati I, no município de Ponta-Porã, no estado de Mato Grosso do Sul. Foi a partir de então que iniciei minhas leituras e aprofundamentos teóricos nos estudos de gênero, passando pela história das mulheres. Havia inquietações que me desafiavam a respeito da história de vida das mulheres assentadas. Percebi que a historiografia oficial não fornecia respostas nem meios para compreender a fundo as trajetórias de vida, as cotidianidades e as relações de trabalho dessas pessoas.

A partir desse contato com a categoria “gênero” como uma categoria de análise historiográfica, construí uma trajetória de leitura e pesquisa que teria influências diretas em minhas referências e concepções enquanto pesquisador. A história das mulheres me permitiu uma perspectiva de análise que transcendeu minhas concepções, servindo de motivação para pensar em uma história com outro olhar em relação às narrativas mais tradicionais.

Ao longo dos quatro anos da minha formação na licenciatura em História, dediquei-me às pesquisas, por meio da iniciação científica, resultando na elaboração de um projeto científico e com o conseqüente ingresso no curso de mestrado em história, com a linha de pesquisa em história das mulheres e relações de gênero. Minha identificação com a categoria e com o tema se deu, como dito anteriormente, pelo fato de ter a possibilidade de adentrar em um campo de pesquisa que contribuiu para compreender as desigualdades e a busca de uma desconstrução dos preconceitos e das discriminações, para então construir um olhar mais igualitário e justo.

Estudar a história das mulheres e, conseqüentemente, as relações de gênero é, para mim, a oportunidade de compreender os fenômenos históricos sob uma perspectiva alternativa à hegemônica e tradicional construída pelos sujeitos e classes historicamente dominantes, ou seja, o discurso¹ masculino e o modelo patriarcal² da história. Significa a possibilidade de pensar uma história dos excluídos, como diria Perrot (1988).

¹ Faço uso do entendimento de FOUCAULT (1996), o qual diz que o discurso é uma rede de signos. Essa rede por sua vez está conectada a outras redes (discursos). Esses signos estabelecem valores, padrões,

A autora acredita que a chamada exclusão³ histórica das mulheres começa a entrar em declínio a partir da década de 1960, com a desconstrução de paradigmas tradicionais até então presentes de maneira quase absoluta na disciplina de História, como o marxismo, por exemplo. Junto a isso se tem nesse período uma maior aproximação com outras disciplinas, sobretudo a Antropologia, fato que contribui para a incorporação de novas perspectivas da análise histórica. Dessa forma, a história da vida privada e das relações familiares, por exemplo, passam a atrair os olhares dos historiadores e das historiadoras da época. É importante ressaltar aqui esses exemplos porque consideramos a família como uma questão fundamental para observar as relações de gênero. É no espaço privado, dentro de casa e rodeada pela família que grande parte da atuação feminina é observada em meu estudo.

Outro ponto trazido pela autora, que também considero de grande importância, diz respeito ao contexto social dos meados do século XX, com o aparecimento do feminismo. Nesse período, o movimento traz à tona questões relacionadas aos espaços e papéis das mulheres, evidenciando a necessidade de refletir sobre aspectos sociais e que dizem respeito a suas vidas.

A década de 1960 é também lembrada como um período de questionamento em relação à sexualidade. Assuntos como virgindade, orgasmo e pílula anticoncepcional obtiveram maior visibilidade. As ideias trazidas pelo movimento feminista invadiram e perduraram no ambiente acadêmico, sendo, dessa forma, um impulso para estudos e produções em áreas como gênero, sexualidade e história das mulheres, entre outras. No Brasil, o conceito de gênero se concretiza a partir da década de 1980, quando se observa pela primeira vez um crescimento nas produções sobre gênero e história das mulheres. Assim, o feminismo vai construindo aos poucos suas “bandeiras”, suas reivindicações a respeito da condição das mulheres.

De acordo com Pedro (2005, p. 80), o feminismo, enquanto movimento, sofreu mudanças ao longo dos anos passando por diferentes e específicas reivindicações em

comportamentos, normas e estereótipos que se perpetuam em uma sociedade. É no discurso que se estrutura o imaginário social.

² “A atualidade do conceito está vinculada à existência de um discurso que ainda se vale dele como modelo ideológico para estabelecimento das relações familiares e sociais entre homens e mulheres, modelo que naturaliza e legitima a dominação masculina, particularmente sobre a esposa e as filhas”. (LIMA; SOUZA, 2016, p. 519).

³ Entendo exclusão histórica de acordo com a própria PERROT (1988): Diz respeito aos sujeitos historicamente excluídos das narrativas contadas pela perspectiva do masculino e das classes dominantes. Tais como: mulheres, negros, índios e crianças, ou seja, sujeitos que não foram ouvidos e que aparecem na história como representações daqueles que a contam.

determinados períodos. A princípio, no final do século XIX, o movimento emerge no contexto da reivindicação de direitos políticos, sociais e econômicos para as mulheres, como o direito ao voto, ao trabalho remunerado, ao estudo, à propriedade e à herança.

Já nos meados do século XX, o feminismo chama atenção para questões relacionadas ao corpo e à sexualidade, como mencionado anteriormente. Segundo a autora, é nesse período que o discurso feminista contra o patriarcado ganha mais visibilidade e também é quando se inicia com maior expressão a busca por uma história das mulheres, incorporando, portanto, a categoria “mulher” como categoria de análise histórica. Com isso, o movimento questiona a linguagem universal masculina.

Convém destacar que, independentemente de usar a categoria “mulher” ou “mulheres”, a grande questão que todas queriam responder, e que buscavam nas várias ciências, era o porquê de as mulheres, em diferentes sociedades, serem submetidas à autoridade masculina, nas mais diversas formas e nos mais diferentes graus. Assim, constatavam, não importava o que a cultura definia como sendo atividade de mulheres: esta atividade era sempre desqualificada em relação àquilo que os homens, desta mesma cultura, faziam. (PEDRO, 2005, p. 83).

No entanto, a “fragmentação”, nas palavras da autora, de uma ideia universal de “mulheres” trouxe uma reflexão acerca das diferentes identidades⁴, culturas e representações⁵ referentes a elas.

Dessa forma a atuação do movimento feminista vai respingar no contexto das trabalhadoras camponesas, fomentando as reivindicações femininas em meio a um cenário de luta por terra e direitos, o que traz como consequência a formação de alguns movimentos de mulheres trabalhadoras rurais.

Em meio a esse contexto, portanto, de emergência do feminismo e da incorporação de novas perspectivas de análise da História é que surge a história das mulheres. O intuito é de resgatá-las em meio a uma história masculina, uma vez que, ao longo do tempo, as narrativas históricas não contemplaram as mulheres, fazendo assim com que elas fossem relegadas ao silêncio na historiografia.

⁴ Pensar a identidade como uma construção do individual e do coletivo juntos. O primeiro incorpora as “marcas íntimas” da vivência. O segundo remete às experiências coletivas que são adquiridas por meio de um processo social em constante transformação [...]. A formação da identidade ocorre em um processo conflituoso [...] buscam identificar-se com o outro, com o grupo, com ideias e concepções, através da vida cotidiana da própria memória, provando que identidade não permanece a mesma por toda a vida, mas é fluida (FARIAS, 2006, p.39).

⁵ Faço uso do conceito de representação explorado por Chartier (1995). Para o autor, as representações apresentam sobreposições que propiciam a percepção da realidade pelos sujeitos de uma forma plural, múltipla. Significa conferir um sentido coletivo a determinada prática, imagem, sujeito, objetos etc.

Por isso, acredito que estudar a história das mulheres camponesas significa estudar a história de vida de sujeitos historicamente esquecidos e evidenciar seus protagonismos nas lutas por melhores condições de vida, além de compreender as relações sociais em meio às diferentes formas de mobilizações das classes e dos gêneros. Há uma história das mulheres camponesas ainda pouco estudada, pouco visível, mas extremamente importante para a construção de uma narrativa que conte suas histórias de vida, seus cotidianos e suas relações de trabalho e gênero nos assentamentos rurais.

Na história dos assentamentos do estado do Mato Grosso do Sul, pouco aparecem as narrativas, as intenções, os registros das mulheres. Exatamente porque as representações das mulheres não dizem respeito ao trabalho no campo, à trajetória de luta e mobilização política, mas, sim, aos cuidados da família, da casa e, muitas vezes, à violência doméstica.

A exemplo disso, encontrei ao longo da pesquisa algumas representações em relação às mulheres camponesas em jornais que circulam no próprio Assentamento Itamarati. Quase sempre as mulheres aparecem relacionadas à questão da violência doméstica, como podemos observar em alguns trechos e ilustrações a seguir, tiradas de um periódico que circula no Assentamento Itamarati, utilizado aqui como ilustração e como exemplo da ocupação majoritariamente masculina dos locais de fala e de visibilidade.

Lançada a obra de construção do Centro de Atendimento à Mulher da Fronteira

LUCIO ROCHA



O prefeito Ludimar Novais acompanhado da primeira-dama do município, Kátia Fabiola Cordone Novais; da primeira-dama do Estado, Fátima Azambuja; vice-governadora e secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (Sedhast), Rose Modesto; subsecretária estadual de Políticas Públicas para Mulheres, Luciana Azambuja, de vários secretários municipais e vereadores, lançou no último dia (10), a construção do Centro de Atendimento à Mulher da Fronteira, cujo projeto é financiado pelo Governo Federal com parceria da Prefeitura Municipal e Governo de Mato Grosso do Sul.

Durante seu pronunciamento, o prefeito Ludimar disse que a construção do

Público Estadual, da Delegacia de Atendimento à Mulher e é um sonho criar dentro dessa estrutura uma vara da justiça específica para tratar desse tema, entre outros serviços que serão disponibilizados. Com todos estes setores juntos será possível prestar um serviço mais eficiente, dando resposta mais rápida para a sociedade”.

O lançamento da obra, segundo o prefeito, é motivo de festa porque Ponta Porã é uma das poucas cidades brasileiras beneficiadas com o projeto. Dos 79 municípios do Estado, apenas Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã foram beneficiados. *“Quero agradecer a política do Estado, cujos olhos estão voltados para a fronteira, assim como o Governo Federal também mudou*

“É de extrema importância olhar com atenção para as fronteiras e ofertar serviços de qualidade para as mulheres residentes nestas áreas”, destacou.

Ela explicou que a exemplo do que ocorre na Casa da Mulher Brasileira, em Campo Grande, haverá investimentos das três esferas para a construção do centro: municipal, estadual e federal. Os recursos serão aplicados para melhorar o atendimento à migrantes em situação de violência e o enfrentamento do tráfico de mulheres, orientar a regularização de documentação, prestar atendimento psicossocial, disponibilizar assistência jurídica e fazer o encaminhamento à rede de serviços especializados.

A vice-governadora e

ser tratado como prioridade no interior. *“Não só a Capital, mas também o interior terá o nosso olhar atento às mulheres. Este Centro de Referência será um grande passo nesta luta para as cidades de fronteira”*, resumiu.

A primeira-dama do Estado, Fátima Azambuja, também fez questão de destacar a acolhida do prefeito e da primeira-dama de Ponta Porã. Ela disse que a política pública da mulher no mandato do governador Reinaldo Azambuja está sendo tratada como direito humano. *“Não é assistencialismo”*, ressaltou. Fátima usou uma frase que vem sendo usada na campanha contra a violência: *“quem bate na mulher machuca a família inteira”*. Disse que é preciso empenho de toda a sociedade para reduzir a violência em

Ilustração 01⁶: Lançada a obra de construção do Centro de Atendimento à Mulher da Fronteira. JORNAL FOLHA DO CAMPO. Assentamento Itamarati. N°182. 10 a 16 de março de 2015.

Durante seu pronunciamento, o prefeito Ludimar disse que a construção do Centro de Atendimento à Mulher da Fronteira representa um importante avanço. “Estamos buscando o equilíbrio entre os homens e mulheres para que possamos ter uma sociedade melhor. Precisamos acabar com a violência doméstica. Hoje sabemos que muitas mulheres sofrem não apenas a violência física dentro de casa, mas psicológica, verbal, entre outras” (JORNAL FOLHA DO CAMPO, 2015, p. 3).

⁶ Os trechos e ilustrações de periódicos são apenas demonstrativos.



Ilustração 02: Assentamento Itamarati recebe programação do Mês da Mulher. JORNAL FOLHA DO CAMPO. Assentamento Itamarati. Nº182. 10 a 16 de março de 2015

‘É importante levar informação para as mulheres do interior e destacar que há instrumentos para denunciar qualquer tipo de violência. As mulheres do assentamento podem também ser multiplicadoras destas informações e sensibilizarem, desta forma, as pessoas que desconheçam mecanismos denúncia como o Ligue 180’, descreveu a vice-governadora. (JORNAL FOLHA DO CAMPO, 2015, p. 7).

Fica evidente ao procurar menções às mulheres nos jornais que elas raramente são ouvidas a respeito do seu trabalho na roça⁷ e na casa. Dentre os periódicos a que tive acesso para a pesquisa, todas as reportagens referentes ao trabalho no campo remetem aos homens. São eles os procurados para falar sobre essas questões dentro do assentamento. São os homens que aparecem falando em produção, comércio e sobre as condições dos trabalhadores e trabalhadoras nesse espaço. Por isso novamente faço a pergunta que se estende desde o início: onde estão as mulheres? Embora participem junto a seus maridos nas mais variadas formas de trabalho dentro de seus lotes, são

⁷ Ao longo do texto, quando falo em “trabalho na roça/trabalho rural” me refiro à agricultura/pecuária familiar.

ouvidas apenas quando o assunto diz respeito à violência que elas próprias sofrem: a doméstica.

Dessa forma, estudar as relações de gênero e de trabalho das mulheres nos assentamentos significa compreender os processos que as excluem e discriminam enquanto sujeitos de uma construção coletiva e individual de trabalho e luta. Nesse sentido, a proposta desta pesquisa passa pela análise das relações de gênero e trabalho e das trajetórias de vida das mulheres camponesas no Assentamento Itamarati, escolhido para a realização desta dissertação.

O assentamento está localizado a 45 km do município de Ponta Porã no estado do Mato Grosso do Sul. Foi implantado em 2000 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra⁸). Desde o ano de 2014, o núcleo urbano do assentamento foi transformado em distrito. Com isso, passou a ser chamado oficialmente de Distrito da Nova Itamarati. Sua história é bastante emblemática pelas questões agrárias da região, passando de um símbolo do agronegócio a um símbolo da reforma agrária⁹. O Assentamento Itamarati I, especificamente, ocupa uma área equivalente a cerca de 25 mil hectares.

De acordo com a Assessoria de Comunicação Social do Incra/MS¹⁰ sua população é de mais de 15 mil habitantes. Os assentamentos Itamarati I e II se estendem por uma área de aproximadamente 50 mil hectares e abrigam mais de quatro mil famílias, sendo reconhecido também por ser o maior assentamento rural da região. Sua área e ocupação se dividem em lotes organizados e administrados pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), pela Fetagri (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) e pela AMFFI (Associação de Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati).

As mulheres que participaram desta pesquisa são moradoras e trabalhadoras rurais dos lotes¹¹ de terra do assentamento. Antes de se estabelecerem no local, elas

⁸ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o Incra está implantado em todo o território nacional por meio de 30 superintendências regionais (INCRA, 2017).

⁹ A reforma agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. Estatuto da Terra - Lei nº 4504/64 (INCRA, 2017).

¹⁰ INCRA. Núcleo urbano do assentamento Itamarati é transformado em distrito de Ponta Porã/MS. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/noticias/nucleo-urbano-do-assentamento-itamarati-e-transformado-em-distrito-de-ponta-porams>>. Acesso em: 26/07/2017.

¹¹ A respeito disso, é importante mencionar que os termos “lote” e “terra” são em alguns momentos do texto utilizados para se referir à área de terra conquistada e ocupada por cada família.

percorreram uma trajetória de migração em busca de melhores condições de vida. Quase todas¹² as entrevistadas, em algum momento dessa trajetória, passaram pelo Paraguai e pelos acampamentos nas rodovias do estado do Mato Grosso do Sul. A maioria é natural do estado do Paraná. Outras são naturais de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Elas migraram junto com sua família, “seguindo” sempre as figuras masculinas, ou seja, os pais ou maridos. Essas mulheres são também conhecidas como “brasiguaias¹³” por terem vivido por um tempo no país vizinho, nas regiões de fronteira.

Outro ponto que devo destacar é o envolvimento das mulheres com os movimentos sociais – alguns dos quais já mencionados – por ser uma questão recorrente em suas falas. Os movimentos sociais são de fundamental importância na articulação e mobilização das pessoas com as quais tive contato, por meio desta pesquisa, ao longo de suas trajetórias de luta pela terra. O MMC (Movimento de Mulheres Camponesas) merece maior destaque por seu protagonismo e por ser um movimento criado para tratar de questões específicas das mulheres, feito por mulheres, para mulheres.

Nesse sentido, discorro sobre a participação feminina nas trajetórias de migração e nos movimentos sociais de luta pela terra, assim como sobre o reconhecimento – ou não – de sua participação dentro de um contexto de trabalho e produção, denunciando as desigualdades e as discriminações que colocam, muitas vezes, as mulheres em uma posição de inferioridade em relação aos homens.

A problemática da dissertação passa pelo entendimento/questionamento de quanto e como as relações de trabalho e de gênero se modificam no decorrer da trajetória das mulheres migrantes hoje estabelecidas no assentamento. Ainda, de como essas relações de gênero e as representações patriarcais de homens e mulheres contribuíram para tornar invisível a participação das mulheres nesse processo.

A história das mulheres possibilitou à própria historiografia uma nova perspectiva das relações dos gêneros enquanto relações de poder¹⁴. As relações de

¹² Com exceção de Dona Dirce, Dona Eliane e Dona Cida, que não passaram pelo Paraguai.

¹³ A expressão ‘brasiguaias’ foi criada primeiramente com o intuito de organização. Os camponeses e trabalhadores rurais pobres de toda ordem expulsos do campo paraguaio pela modernização agrícola que chegava ao vizinho país no início dos anos 1980 foram forçados pelas condições impostas a imigrarem novamente para seus rincões natais e, em 1985, cerca de mil famílias desses camponeses expulsos ergueram um imenso acampamento no município de Mundo Novo, ao sul do estado de Mato Grosso do Sul. Nesse momento histórico, nascia a expressão ‘brasiguaias’ que, posteriormente, tornou-se uma identidade no processo de luta para essa gente (FERRARI, 2007, p. 119).

¹⁴ Foucault (1984) explica as relações de poder como microrrelações que se dão em todas as relações pessoais. Segundo o autor, o poder é entendido não como uma entidade ou algo que tenha um local determinado para acontecer, mas, sim, como estando em todos os lugares. Não existe “o poder”, mas somente relação de poder. Flutuante, não há alguém que o detenha. É nas práticas cotidianas que ele se

poder, por sua vez, como determinantes nas construções históricas dos sujeitos, das representações, dos discursos, das normas e dos espaços. A história das mulheres abriu novas abordagens na própria historiografia por trazer uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina. Uma experiência caracterizada por se dar pelas margens, na construção miúda, na gestão do detalhe do coletivo cotidiano.

Através do movimento feminista, as mulheres encontraram um caminho para buscar e contar sua história, possibilitando, desta forma, sair dos espaços de invisibilidade aos quais estiveram historicamente designadas. Nesse sentido, podemos também pensar sobre as possibilidades de estudar as histórias das mulheres no campo como uma perspectiva alternativa em relação às narrativas que contaram a história das diferenças de classes, gênero e raças. Atribui-se, assim, às narrativas a perspectiva dos olhares femininos e suas especificidades de concepção de espaços e trabalho.

Considerando que as mulheres trabalhadoras do campo são agentes participativas nas mais variadas formas de trabalho e relações sociais nos assentamentos, buscamos problematizar as relações de trabalho de mulheres e homens com base em algumas questões: Como ocorrem as relações de trabalho entre homens e mulheres do assentamento? Qual a participação e o papel das mulheres camponesas nos espaços de trabalho produtivos, domésticos e políticos dos assentamentos rurais?

Por se tratar de uma categoria fundamental nesta pesquisa, penso ser necessário explicar que o conceito de trabalho “produtivo” de que faço uso é embasado na concepção das autoras Silva e Portella (2010, p. 135-136), que definem o trabalho masculino como trabalho produtivo e o feminino como reprodutivo. A partir disso, “o trabalho produtivo das mulheres, portanto, não se insere no espaço público. Ele desenvolve-se em torno de uma família que, por sua vez, tem um chefe que, em geral, é um homem”. Embora, deve-se lembrar que as mulheres participam invariavelmente dessas duas concepções de trabalho, produtivo e reprodutivo.

Pensar essas questões é ir ao encontro de outra história, onde possamos desconstruir as imagens e as representações construídas sobre o corpo das mulheres, ou seja, operar uma “desierarquização” das funções e papéis no assentamento. É reinterpretar, à luz dos estudos de gênero e dos estudos feministas, uma crítica à história parcial masculina da vida no campo.

realiza. Ele está em todos os lugares onde haja mais de um sujeito, ou seja, todas as relações, de uma forma ou de outra, são relações de poder, mesmo que não percebidas enquanto tais.

Quando me refiro ao trabalho doméstico, compartilho também da definição das mesmas autoras, que o entendem a partir das características das atividades desenvolvidas. Silva e Portella não levam em consideração o local em que a atividade é realizada – dentro ou fora de casa –, mas se ela tem como finalidade a manutenção da família em todos os aspectos. São exemplos: limpeza em geral, alimentação e cuidado com os filhos. Segundo apontam as autoras, e eu mesmo pude confirmar com minhas visitas na pesquisa de campo, o trabalho “doméstico” nos lotes não necessariamente são realizados dentro das casas, uma vez que o próprio lote pode ser considerado como uma extensão da casa. Nesse sentido, devemos, por meio das autoras:

Compreender o trabalho das mulheres na agricultura familiar com base na noção de “divisão sexual do trabalho”, percebendo que a sociedade atribui às mulheres a responsabilidade com o trabalho reprodutivo, exige expressar claramente o que se entende por trabalho produtivo, trabalho reprodutivo e por trabalho doméstico”. Mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho, assim como os homens, realizam o chamado trabalho produtivo, ou seja, aquele que produz mercadorias, o que inclui, por exemplo, as atividades agrícolas voltadas para a comercialização [...] para a reprodução da vida social, um outro tipo de trabalho é utilizado pela sociedade, o trabalho doméstico, que ocorre, majoritariamente, no interior das residências e nos seus arredores (SILVA; PORTELLA, 2010, p. 136).

Dito isso, vale lembrar que as principais dificuldades para refletir sobre o trabalho e os aspectos do cotidiano feminino na roça estão na presença – e consequentemente na “visibilidade” – da mulher no que diz respeito às fontes históricas. Devido a isso, a pesquisa fará uso da metodologia da história oral. Por meio de entrevistas, as mulheres contam suas percepções e, dessa forma, contribuem para a produção de novas fontes históricas. Este trabalho busca, por meio das experiências de vida das mulheres do campo e por intermédio das suas memórias, construir uma narrativa histórica que evidencie o protagonismo e a perspectiva das mulheres como sujeitos da história.

Penso ser importante para a história do assentamento em questão escrever uma narrativa que evidencie a participação das mulheres nos movimentos de luta pela terra, contando, por exemplo, suas trajetórias até a chegada ao assentamento ou suas dificuldades ao longo das migrações e acampamentos. Para entender a caminhada dessas mulheres é fundamental construir uma análise com base em suas memórias ao longo de suas vidas.

Para Matos e Senna (2011, p. 97), a memória pode ser compreendida como uma reconstrução do passado. O ato de recordar e descrever o passado passa pela identificação de acontecimentos públicos para determinado grupo. Esses acontecimentos são, por meio da memória, incorporados pelos sujeitos. É a partir das experiências do passado que se constrói a memória.

Identificamo-nos com acontecimentos públicos relevantes para o nosso grupo e que por nós passam a ser incorporados e filtrados por nossas estruturas comportamentais; lembramos de uma propaganda, de uma música que, uma vez assimiladas em nossas lembranças, com elas nos identificamos, embora não tenhamos sido os construtores diretos das canções, mas por elas somos diretamente envolvidos (MATOS; SENNA, 2011, p. 97).

Sendo assim, a memória deve ser entendida como uma construção feita no presente a partir de experiências do passado. Essas experiências são vivenciadas individualmente e coletivamente, pois “não somos ilhas e, portanto, estamos sujeitos a influências, bem como a influenciar, os grupos a que pertencemos e com os quais nos identificamos” (p. 97).

A memória individual deve ser pensada como uma “maneira de articular as lembranças”, conforme Farias (2006, p. 42). A memória envolve uma trajetória de vida e se manifesta de maneira distinta e particular para cada indivíduo. As linguagens e expressões também são únicas, particulares, porém as experiências são coletivas.

A memória das mulheres assentadas é uma memória coletiva. Por mais que tenham uma memória sobre si mesmas, ela passa pela memória do marido, do pai, dos movimentos e da família. Conforme nos conta Halbwachs (1990, p. 51): “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”.

A memória de um indivíduo nunca passa por si somente, mas por um conjunto de realidades vivenciadas tanto individualmente quanto em grupo, como aponta o autor (1990, p. 60): “Não é na história aprendida, é na história vivida que se apoia nossa memória”. Nesse sentido, o uso da memória como fonte histórica, através de uma narrativa, passa pela contextualização dessa narrativa e pela compreensão da trajetória de vida das entrevistadas.

Ao elaborar e realizar esta pesquisa de história, me deparei com a escolha da metodologia e das fontes de pesquisa. Essa escolha, evidentemente, foi feita a partir do meu entendimento a respeito da relevância e legitimidade das diferentes fontes de pesquisa em história, levando em conta a história das mulheres no campo. Busquei, como pesquisador, a sensibilidade necessária para fazer o uso adequado de uma

metodologia de pesquisa que pudesse revelar, dar indícios e pistas das relações de trabalho feminino e gênero no campo. Nesse sentido, optei pela história oral como metodologia de pesquisa para auxiliar meu trabalho, buscando, por meio da oralidade de entrevistas de determinados sujeitos, revelar acontecimentos que dizem respeito às particularidades, aos detalhes de uma trajetória, às coisas miúdas que penso ser um foco na história das mulheres.

As entrevistas orais com mulheres assentadas, utilizadas como fontes históricas, evidenciam aspectos de uma realidade não encontrada ou descrita em outras fontes, como as fontes documentais, por exemplo. Elementos como as concepções e vivências cotidianas, que podem ser apresentados com certas limitações por outras fontes, são frequentemente incorporados às narrativas orais, tornando-as fontes extremamente ricas no sentido de permitir ao pesquisador incorporar aspectos que estão além das evidências dos documentos.

Alberti (2004, p. 15) evidencia a história oral como um acesso a uma pluralidade de diferentes memórias e perspectivas do passado, sendo assim um campo propício para o estudo das representações determinantes para o entendimento do passado. Em meu trabalho, as memórias de mulheres assentadas vão aos poucos compondo um cenário novo, uma trama de outras narrativas não narradas, registradas ou ditas. Dessa forma, “a vivência dos sujeitos é tomada como objeto, cabível de interpretações que estabelece uma ligação direta com o passado”.

Através de meu contato com a comunidade e as mulheres do assentamento durante a pesquisa de campo, pude conhecer e compreender um pouco mais sobre esse lugar e as pessoas que ali se estabelecem. Somente assim tive a possibilidade de elaborar e analisar as questões que me pareceram pertinentes para a pesquisa. Foi durante meu contato com as mulheres assentadas que exerci um dos trabalhos mais satisfatórios, a meu ver, para um pesquisador. Foi nessa etapa de visita aos lotes que interagi e me aproximei dos cotidianos dessas pessoas. A cada conversa pude entender suas dificuldades, expectativas e esperanças em relação ao assentamento enquanto comunidade, casa e espaço de trabalho.

Ao longo da pesquisa de campo realizei inúmeras visitas às casas das mulheres no assentamento. Lembro bem o ambiente que encontrava a cada visita. Ao chegar, muitas vezes me deparei com as mulheres em meio a seus afazeres, ocupadas. Em alguns casos, estavam em raros momentos de descanso. Recebiam-me com gentileza e dispunham-se a ouvir sobre minha pesquisa e sobre a forma que gostaria que

participassem. Aos poucos, fui me sentido bem-vindo a suas casas. Fui conhecendo melhor sua rotina, seu trabalho e a forma como veem as coisas. Acredito que esse contato foi essencial para a realização das entrevistas, como afirma Tourtier-Bonazzi:

Em todo caso, é indispensável criar uma relação de confiança entre informante e entrevistador. [...] Não se falam as mesmas coisas numa conversa a dois ou a três. [...] Essa relação de confiança exige do entrevistador uma grande disponibilidade e portanto parece indispensável ter um primeiro encontro com a testemunha, preparar o esquema da entrevista e voltar alguns dias depois para gravar” (TOURTIER-BONAZZI, 2002, p. 234).

As entrevistas são compostas por elementos que vão além da fala. As expressões, os silêncios, as reações e as interações das entrevistadas revelam, contam e induzem a questões que poderiam não ser pensadas através da leitura de fontes de outra natureza. Afinal, uma entrevista remete não “somente à lembrança de certo indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar ou social” (MATOS; SENNA, 2011, p. 96).

A meu ver, uma característica intrigante da história oral é possibilitar ao pesquisador uma análise que considero ser mais direta e íntima com os sujeitos objetos de pesquisa. Além disso, concordo com Thompson (1992, p. 18) a respeito da credibilidade das fontes orais e do avanço da tecnologia da comunicação como causa de uma reestruturação da ideia de documento:

Um dos aspectos mais polêmicos das fontes orais diz respeito a sua credibilidade. Para alguns historiadores tradicionais, os depoimentos orais são tidos como fontes subjetivas por nutrirem-se da memória individual, que às vezes pode ser falível e fantasiosa. No entanto, a subjetividade é um dado real em todas as fontes históricas, sejam elas orais, escritas, ou visuais. O que interessa em história oral é saber por que o entrevistado foi seletivo, ou omissivo, pois essa seletividade com certeza tem seu significado. Além disso, este século é marcado pelo avanço sem precedente nas tecnologias da comunicação, o que abalou a hegemonia do documento escrito.

O uso da história oral também se justifica pela proposta das categorias de análise das fontes, sobretudo as relações de gênero, a história das mulheres e a história do tempo presente. A partir do momento que se propõe analisar e evidenciar a participação das mulheres como sujeitos históricos, as entrevistas orais podem, sendo bem utilizadas, contribuir como ferramentas na construção de narrativas das quais as próprias mulheres

são protagonistas, contando suas perspectivas dos processos históricos por elas vivenciados.

Ao propor minha análise a partir da história oral, tendo como eixo agregador a história das mulheres, caminho para uma história menos tradicional, que tem como base a história cultural.¹⁵ A história oral, nesse sentido, surge para suprir uma suposta limitação de fontes, possibilitando caminhos na busca pelos sujeitos historicamente excluídos.

Assim como nos conta Garcia (2004, p. 30), a história oral funcionou como uma ferramenta para ouvir as mulheres: “recusando-se a serem deixadas historicamente sem voz por mais tempo, as mulheres estão criando uma nova história usando nossas próprias vozes e experiências”. Assim, contestam-se os conceitos tradicionais da história, construindo uma história a partir dos cotidianos e das experiências do feminino. Por isso, seu uso passou a ser importante até mesmo para o movimento feminista, pois ao incorporar a oralidade como fonte de pesquisa histórica, possibilitou novos caminhos na construção da história das mulheres. Conforme explica a autora (2004, p. 31), “o objetivo político do movimento feminista era dar valor a essas áreas específicas de experiência feminina, e a história oral forneceu condições teóricas e soluções metodológicas para caminhar nessa direção”. Ela afirma ainda que:

A história oral de mulheres contribuiu para expandir as fronteiras da história, que incluíram conseqüentemente - por exemplo - a atividade ligada aos cuidados: uma esfera de experiência humana que é marcada pelas protagonistas femininas, mas que desempenha um papel básico para vida coletiva (GARCIA, 2004, p. 41).

É por meio das entrevistas concedidas pelas mulheres assentadas que busco compreender suas experiências cotidianas na trajetória de luta por terra – que resultou na conquista do lote no assentamento –, sua participação em movimentos sociais e suas relações de trabalho, evidenciando, assim, seu protagonismo. Suas falas revelam aspectos importantes que podem não constar em documentos escritos ou em narrativas históricas mais tradicionais.

Um bom exemplo das revelações que uma entrevista pode trazer, mesmo que não explicitamente, está nesta fala de Dona Celina, viúva, com sessenta e um anos de

¹⁵ De acordo com Chartier, (1990) a História Cultural busca compreender a produção dos sentidos atribuídos às imagens, às palavras, aos símbolos e aos sujeitos para reconstruir as representações, os discursos e as práticas sociais. O autor sugere que seja feita uma identificação de como diferentes lugares e momentos de uma determinada realidade social é pensada.

idade, a respeito da chegada ao lote e da formação e crescimento do Assentamento Itamarati enquanto lugar para se viver. Ela chegou ao local no ano de 2002, depois de ter vivido por aproximadamente vinte anos no Paraguai.

Acompanhei, desde o começo...¹⁶ Por que não é fácil. Tudo é difícil. O governo dá essas coisinhas aí, mas tem que ter a força da gente e coragem. Teve uns que pegou boi e já vendeu. Foi pegando e foi vendendo pra pagar outras coisas. Nós não. “Seguremo” nossa criação. Essa manteve o nosso salário mensal [...] Meu marido trabalhou bastante com o transgênico em uma fazenda. Enquanto não tinha dinheiro assim pra se manter mensal, ele trabalhava¹⁷.

Dona Celina revela as dificuldades encontradas na chegada ao lote. As incertezas e angústias de muitas famílias que passaram por acampamentos à beira das estradas esperando para terem seus “pedaços” de terra no assentamento. Além disso, notamos também o quão precária era a situação inicial. Em comparação aos dias de hoje, houve algumas importantes melhorias, fruto de muita luta, o que significa dizer que o processo de estabelecimento das famílias nesse assentamento é, na realidade, parte de uma trajetória de luta que não tem início, tampouco fim, na chegada ao lote. Dentro dessa trajetória, me interessa saber qual é a perspectiva das mulheres em relação a esse processo e qual foi a participação delas. Questões essas que são trazidas através das memórias de Dona Celina ao recordar e falar sobre esses momentos de sua vida.

Dessa forma, ao trabalhar com a história oral em minha pesquisa, foi necessário reconhecer as subjetividades e manter uma perspectiva crítica constante em relação às fontes. Além disso, o trabalho feito com essa metodologia não só busca uma nova fonte de informação, mas também assegura que essa fonte sirva para demais estudos no futuro e, dessa forma, historiadores e historiadoras tenham a oportunidade de contar uma história dos mesmos processos históricos sob novas perspectivas.

Outro ponto importante a salientar nesse trabalho foram as condições durante a produção das fontes orais, como por exemplo, a condição de disponibilidade das entrevistadas por estarem ocupadas com os trabalhos no lote. Em algumas das minhas entrevistas, estas não foram favoráveis para a obtenção de uma boa conversa e influenciaram diretamente nas falas das mulheres. Em outras, as boas condições

¹⁶ As reticências que aparecem nas transcrições das entrevistas se referem às pausas na fala, aos segundos de silêncio entre uma fala e outra. Alguns erros de ortografia foram mantidos para não descaracterizar a fala das entrevistas.

¹⁷ ENTREVISTA. Dona Celina (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS 16/04/2016. 37 min. (aprox.), som.

contribuíram para uma conversa bastante satisfatória porque permitiram uma maior autenticidade nas falas. Com isso, posso dizer que não existe uma fórmula exata para a produção das entrevistas, uma vez que as condições externas, muitas vezes, não dependem do pesquisador.

Para citar alguns exemplos, na entrevista com Dona Celina, mencionada acima, o ambiente propiciou condições bastante favoráveis. Era uma manhã de sábado ensolarado. Cheguei à sua casa, localizada em um lote do Assentamento Itamarati I próximo à rodovia, acompanhado de minha guia e colega de pesquisa, professora Rosemeire¹⁸. Fomos recebidos por Dona Celina, junto a um de seus filhos e de sua nora Jéssica.

Como já sabia da razão da visita – que nesta ocasião já não era a primeira, pois havia feito uma visita anterior como contato prévio –, Dona Celina logo nos convidou a sentar em uma das cadeiras de fio dispostas em sua varanda. Ofereceu-nos água e algumas frutas recém-colhidas de seu pomar. Pediu licença a seu filho, pois, segundo ela, se travava de uma pesquisa sobre as mulheres, ou seja, ela era sensível a esse tipo de narrativa e a considerava importante por dizer respeito a sua história. Assim, após uma prévia conversa descontraída, iniciamos a gravação da entrevista.

Evidentemente esse exemplo demonstra condições favoráveis que, na prática, contribuíram para que essa entrevista fosse realizada de maneira satisfatória. Infelizmente, em outros momentos não encontrei uma recepção semelhante, como na entrevista com Dona Ana¹⁹, que irei mencionar ao longo do texto. Também cheguei ao lote em uma manhã de sábado, mas desta vez acompanhado de Renato, estagiário da escola dirigida pela professora Rosimeire.

Fomos recebidos por ela, Dona Ana, e seu marido, José²⁰. Embora já houvesse esclarecido o propósito da entrevista, fazendo-os compreender que se tratava de uma pesquisa sobre as mulheres, a partir das mulheres, não foi possível realizar uma conversa exclusiva com Dona Ana, sem a companhia de seu marido. Isso interferiu diretamente nas respostas da entrevistada, uma vez que, quase sem exceção, as respostas de Dona Ana eram interrompidas por Seu José, que fazia questão de responder pela esposa.

¹⁸ Professora e Diretora Adjunta da Escola Estadual Nova Itamarati e membro do Movimento de Mulheres Camponesas. A professora Rosemeire foi, ao longo da minha pesquisa de campo, uma guia e companheira, apresentando-me às mulheres e à comunidade do assentamento.

¹⁹ Dona Ana é um nome fictício usado aqui para evitar a exposição e qualquer constrangimento com a entrevistada.

²⁰ Idem.

Apesar de se tratar de uma entrevista, do meu ponto de vista, “frustrada”, optei por utilizá-la como exemplo de algumas questões desta própria pesquisa no que diz respeito ao “silenciamento” das mulheres e a sua restrição do espaço público. É um exemplo de como essas mulheres são condicionadas, por sua própria família, a uma exclusão em seus próprios lares, não sendo ouvidas sobre questões que dizem respeito a aspectos públicos, como o trabalho no campo e a mobilização política. Com isso, pude perceber que a presença do masculino ainda é predominante e inibidora a uma narrativa livre por parte das mulheres.

Essa submissão da fala da esposa não é natural, mas um resultado de uma construção histórica e hierárquica dos gêneros através dos discursos patriarcais que silenciaram as mulheres e designaram aos homens a monopólio da memória, como sugere Le Goff (1994).

Alberti (2004, p. 37-38) também aponta outra questão importante, no que tange à condução das entrevistas, que tem impacto direto nas informações contidas em um relato. Para a autora, existem dois principais eixos que direcionam as entrevistas: a história temática e a história de vida. Apesar de diferenciar e especificar essas diferenças, a autora acredita ser possível fazer o uso de ambas em um mesmo trabalho. O ponto central, que vai determinar quais métodos o pesquisador deve escolher, é justamente o estabelecimento de questões que o pesquisador pretende responder.

No que tange à história das mulheres assentadas, suas histórias revelam aspectos relevantes a respeito das lutas, do trabalho e do cotidiano dos assentados. Ao utilizar o recurso das entrevistas, pude analisar melhor esse cotidiano das relações entre homens e mulheres no assentamento que se dá em lugares como a roça, as casas das famílias e as feiras.

Por meio da oralidade, das conversas com elas, eu pude aos poucos entender os espaços vividos pelas entrevistadas, suas situações familiares, suas rotinas e suas relações com os demais. Evidentemente essa percepção não se deu logo no início, posso dizer até que o começo não foi fácil. Aos poucos fui me tornando alguém bem-vindo em suas casas, depois de frequentes visitas, conseqüentemente ganhando a confiança necessária para conversar sobre assuntos tão delicados e tão importantes para minha pesquisa.

Devo lembrar que, muitas vezes, não fui recebido com a disposição que esperava. Acredito que isso se deva a algumas “barreiras”, como o fato de ser homem e estar pesquisando sobre as mulheres. Talvez isso tenha parecido “contraditório” para

aquelas mulheres. Penso que masculino e feminino são ambas invenções, construções dos discursos produzidos ao longo da história. Portanto, nesse processo, eu, enquanto pesquisador da história das mulheres, vou também me desconstruindo como sujeito.

Sobre as fontes e metodologia de pesquisa

A respeito das entrevistas propriamente ditas, Montenegro (2001) demonstra que sua maior relevância está nas descrições, nos detalhes, na naturalidade e nas expressões do entrevistado. Para que essas possam ser espontâneas, as perguntas não devem ser de maneira alguma indutivas e tendenciosas. Dessa forma, as entrevistas podem propiciar ao historiador e à historiadora grande parte do conteúdo necessário para a elaboração de sua pesquisa, servindo como fontes históricas e objetos de análise. Eu, particularmente, acredito que existem maneiras sutis de conduzir as entrevistadas a falarem sobre assuntos interessantes para a pesquisa, sem que se perca a naturalidade da conversa, que também considero importante.

Para realizar essas entrevistas²¹ fiz um direcionamento com o propósito de abordar temas que atendam as questões propostas pela pesquisa. Como já foi mencionado anteriormente.

A escolha das entrevistadas foi feita a partir de um contato já estabelecido previamente. A aleatoriedade das mulheres não é uma alternativa, uma vez que a própria metodologia de pesquisa busca direcionar o trabalho, impactando, assim, na produção das fontes para as questões propostas.

Foram escolhidas mulheres que exercem alguma forma de trabalho dentro do assentamento e que vivenciaram uma trajetória de migração até a chegada ao lote. Essa escolha se justifica pela proposta deste trabalho, que pretende primeiramente fazer uma análise da história das mulheres a partir das relações de gênero e, posteriormente, abordar a participação das mulheres nas relações de trabalho da agricultura familiar no assentamento e a participação das mulheres nas trajetórias de conquista dos lotes do assentamento.

²¹ Minhas fontes orais se constituem de gravações de entrevistas em áudio realizadas com mulheres trabalhadoras rurais e moradoras do assentamento Itamarati I. Algumas entrevistas foram conduzidas por mim e outras, pelo meu orientador Losandro, que as forneceu para serem utilizadas como fontes. As transcrições foram realizadas por mim. As entrevistas fornecidas pelo meu orientador foram realizadas e transcritas no ano de 2011 para serem utilizadas na iniciação científica como meu primeiro contato com as fontes orais.

Nesse sentido, é fundamental que as entrevistadas sejam mulheres migrantes²², que vivenciaram o processo de ocupação do assentamento, passando pelos acampamentos e por outras regiões ao longo de sua trajetória de vida no campo.

Compreendo que, para problematizar as relações de trabalhos das mulheres por meio das relações de gênero, é necessário também analisar as rupturas e permanências dessas relações, que só podem ser percebidas por meio da análise de uma trajetória de vida dentro de um determinado contexto histórico.

É válido destacar aqui a receptividade e a colaboração de diversas pessoas que contribuíram para a aproximação com o cotidiano vivenciado pelos sujeitos em que se baseia esta pesquisa. Destaco, primeiramente, a mais importante para minha aproximação com as mulheres assentadas: professora Rosimeire. Além de uma amiga, foi uma guia dentro do assentamento, me levando e me apresentando às mulheres em diferentes lotes para a realização das entrevistas.

Não posso deixar de mencionar também algumas das mulheres entrevistadas com quem obtive maior proximidade e que contribuíram muito para a elaboração das minhas fontes, como Dona Celina, Dona Eva e seu marido Evaristo, Dona Marli e Irmã Olga. Além dessas, outras mulheres também contribuíram com conversas e entrevistas mais breves, o que não significa dizer que são menos importantes, pois juntas servem como fontes importantes para esta pesquisa e ajudam a construir um panorama um pouco mais amplo das questões elaboradas.

Minha opção pelo *locus* de pesquisa se deu pela relevância histórica do assentamento dentro de um contexto regional e pelo envolvimento com pessoas estabelecidas nesse local. O trabalho de campo não se limitou apenas à realização das entrevistas. Além disso, houve a preocupação de uma maior participação e convivência minha enquanto pesquisador com o contexto e o cotidiano das mulheres entrevistadas.

As entrevistas também seguem um roteiro²³ elaborado com base em fundamentação teórica acerca dos estudos de gênero. Meu objetivo também foi produzir um material teórico que não só responda às questões estabelecidas para a problemática da pesquisa, mas que também seja parte de uma problematização relevante para a temática. Nesse sentido, o roteiro busca também construir uma linha de raciocínio que

²²Mulheres que migraram de outras regiões do Brasil para o Paraguai e posteriormente retornaram ao Brasil até se estabelecerem no Assentamento Itamaratí. Essa migração é consequente de processos de expropriação que são tratados ao longo do texto.

²³ Os roteiros e as entrevistas – áudio e transcrição – estarão disponíveis no Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade, da Universidade Federal da Grande Dourados.

permeia todo o diálogo ao longo da entrevista. Sendo assim, inicia-se com um relato da trajetória de vida do entrevistado, apontando períodos e lugares considerados importantes.

Algumas questões iniciais nortearam o processo das gravações. ‘Iniciais’ no sentido de estabelecerem um ponto de partida para demais questionamentos ao longo das entrevistas e da própria pesquisa de maneira mais ampla. As questões se dividem em quatro momentos distintos: primeiro, o momento da migração ou da estadia no Paraguai; segundo, o período do acampamento nas rodovias; terceiro, o momento da conquista do lote; e, por último, a permanência no lote.

Ressalto que essa definição se deu, em primeiro lugar, a partir de menções nas próprias entrevistas e, em segundo lugar, pela definição de Menegat (2009, p. 216), que explica de maneira distinta o período do acampamento e do assentamento vivenciados pelas mulheres dos assentamentos Taquaral e Sul Bonito, localizados no estado do Mato Grosso do Sul. Vale ressaltar também que para a elaboração das entrevistas, houve um momento prévio de conversa junto com meu orientador e, em minhas gravações, fui aos poucos elaborando as memórias coletadas, os sentidos vividos, refletindo sobre essas memórias em um constante processo de reescrita.

Na etapa inicial, as entrevistadas relatam suas experiências vividas ao longo de uma trajetória que termina com a chegada ao assentamento. Contam as causas de sua vinda e as experiências vivenciadas até a chegada ao lote, mantendo, em meio a isso, um direcionamento para questões relacionadas à temática proposta, sobretudo as relações de trabalho entre homens e mulheres e as relações delas e deles com os diferentes espaços ocupados ao longo de uma trajetória de migração.

Procura-se aqui destacar as diferentes atividades exercidas pelas mulheres, que tiveram uma importância fundamental para a superação das dificuldades. Nota-se que, em momentos distintos, devido as exigências, as mulheres ocuparam variados espaços de trabalho, assim como uma diferente forma de participação nas esferas familiar e pública.

Um segundo momento da entrevista diz respeito ao período posterior à chegada ao assentamento. As entrevistadas relataram o processo de estabelecimento dos lotes, passando por seu desenvolvimento e chegando ao período da atualidade. Novamente, esses relatos são direcionados para questões referentes às relações de gênero e trabalho e à participação feminina. Esse momento da entrevista busca também, através de

questões mais específicas, compreender a maneira como se dá a participação da mulher nos diferentes espaços por elas ocupados dentro do assentamento.

Embora as entrevistas sigam um roteiro previamente elaborado, no decorrer do processo de sua produção surgem questões circunstanciais que, a partir da fala das entrevistadas, se tornam relevantes para a compreensão da narrativa dentro de um contexto e até mesmo outras questões relevantes por terem um significado importante dentro das narrativas. Isso significa dizer que, em meio às gravações, algumas questões foram reelaboradas ou até mesmo criadas, no intuito de melhor corresponder às problemáticas propostas pela pesquisa. Nesse sentido, não poderia deixar de mencionar as questões relacionadas à participação das mulheres nos movimentos sociais, que se mostra uma constante na maioria das entrevistas.

O Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), assim como outras citações de grupos relacionados à igreja, aparecem com certa frequência nas falas das entrevistadas. Tal fato conduziu a pesquisa para diferentes abordagens, que complementam a problemática inicial. Conforme relatado nas entrevistas, a participação das mulheres, tanto nos grupos da igreja quanto nos movimentos sociais, tem uma influência direta nas relações de trabalho. Tal influência passa pelo envolvimento direto desses grupos com questões relacionadas à educação e ao aprendizado do trabalho no campo, ou seja, muitas vezes, é essa participação coletiva que possibilita às mulheres uma ocupação mais relevante nos espaços de trabalho.

Portanto, a partir das entrevistas, foram surgindo algumas temáticas que me pareceram relevantes para serem trabalhadas ao longo do texto. Como dito anteriormente, um exemplo disso é a participação das mulheres nos movimentos sociais de luta pela terra, que passa a fazer parte dos questionamentos ao longo da pesquisa por ser uma questão presente nas histórias e memórias das mulheres entrevistadas.

Junto ao contato com o campo, desenvolvi uma pesquisa bibliográfica a respeito da história do assentamento, contemplando o contexto histórico agrário da região e a inserção do assentamento nesse processo. Ao longo dessa etapa, procurei, para compor meu acervo de fontes, documentos e registros oficiais tanto de órgãos públicos, como o Incra, quanto de movimentos sociais, como o MMC. No entanto, devido a questões burocráticas – e talvez, de falta de “confiança” por parte de algumas lideranças – não tive acesso a tais documentos. A exemplo disso, procurei uma das principais referências do MMC na região do Mato Grosso do Sul, Irmã Olga, mas infelizmente por falta de disponibilidade não pude entrevista-la e tampouco pedir para que me fosse concedido

algumas atas e documentos. Por ser uma pioneira e protagonista na articulação do movimento no assentamento, seu nome aparece com frequência nos relatos das mulheres assentadas.

Sendo assim, optei por fazer um trabalho alicerçado em fontes exclusivamente orais, produzidas pelas próprias mulheres do assentamento. Por isso, quaisquer questões de âmbito mais documentais foram deixadas de lado, para manter o foco das problemáticas a partir das memórias de vida das assentadas. A memória das mulheres me permitiu contar uma história de suas trajetórias de vida no campo colocando em evidência o olhar e a participação feminina.

Outro momento da pesquisa se deu pelo estudo dos principais movimentos sociais e sindicais que tiveram participação na história do assentamento e, evidentemente, na história de vida das mulheres, mesmo que de maneira indireta, como os movimentos de luta pela terra que tiveram como consequência – ou contribuíram para – a chegada/conquista das famílias aos lotes no Itamarati. Para o trabalho não ficar extenso demais, e conseqüentemente, tirar o foco das questões em relação às mulheres, a discussão em volta dos movimentos sociais é feita com um recorte temático e temporal: a inserção e participação das mulheres, sobretudo a partir do ano de 1990. No entanto, por questões de narrativa, será feita antes uma breve contextualização histórica dos movimentos sociais na luta pela terra na região em questão.

A partir daqui, a dissertação segue com uma divisão em três capítulos, além de minhas considerações finais. No primeiro capítulo, trago uma discussão voltada para a teoria das categorias de análise usadas nas leituras das fontes. A discussão nessa etapa passa pela incorporação das categorias “gênero” e “história das mulheres” na historiografia, bem como suas justificativas, possibilidades e conseqüências. Junto a isso reflito sobre as identidades de gênero e a invisibilidade do feminino. Assim, encerro essa etapa com uma discussão sobre o trabalho na perspectiva das relações de gênero.

No segundo capítulo discorro sobre o Assentamento Itamarati, sua história e inserção dentro do contexto histórico agrário das regiões do estado de Mato Grosso do Sul. Faço também uma contextualização mais ampla, porém breve, contemplando o cenário agrário brasileiro. Outra questão abordada nesse momento do texto será a trajetória de migração das mulheres entrevistadas. Suas impressões e dificuldades, sua participação no trabalho e nos movimentos políticos nessa trajetória. Trago também

para reflexão uma perspectiva histórica desse fenômeno migratório, suas motivações, causas e consequências.

Por fim, no terceiro capítulo, reflito sobre as mulheres nos movimentos de luta pela terra a partir de seu envolvimento. Construo nesse momento uma reflexão histórica mais ampla do envolvimento gradativo das mulheres com movimentos de mulheres trabalhadoras rurais até a criação do Movimento de Mulheres Camponesas.

Faço uma análise das relações de gênero e trabalho dentro do assentamento refletindo sobre a participação das mulheres, os cotidianos das assentadas, suas impressões sobre a comunidade e sobre os anos após a conquista do lote, relatando as dificuldades enfrentadas por elas na manutenção das terras e na prosperidade no lote. Nesse momento, trago para o texto uma discussão acerca das representações e identidades de gênero que historicamente designaram papéis às mulheres e aos homens. Discorro sobre como os discursos ao longo do tempo construíram uma representação sobre o feminino que relegou às mulheres as obrigações dos cuidados domésticos.

Para terminar, no quarto e último momento da dissertação exponho minhas considerações finais, impressões, respostas e (in)conclusões da pesquisa. Neste momento faço uma reflexão a respeito das questões abordadas ao longo da minha pesquisa, tais como: a participação das mulheres na trajetória de migração e busca pela terra; as relações de gênero e trabalho ao longo dessa trajetória e após a chegada ao assentamento; as representações sobre as mulheres e a invisibilidade do trabalho feminino.

CAPÍTULO I

AS MULHERES, SUAS HISTÓRIAS E DESAFIOS.

*Eu sou aquela mulher
a quem o tempo muito ensinou.*

Ensinou a amar a vida

e não desistir da luta,

recomeçar na derrota,

renunciar a palavras

e pensamentos negativos.

Acreditar nos valores humanos

e ser otimista.

Cora Coralina

Nesse primeiro capítulo, trago as bases teóricas para refletir e analisar as questões propostas nesta pesquisa. Dedico esse momento a uma análise sucinta e pertinente a respeito das leituras e reflexões das minhas fontes e objetos de pesquisa: a trajetória de vida e relações de trabalho das mulheres trabalhadoras rurais do Assentamento Itamarati.

Conduzo, portanto, uma reflexão acerca das categorias utilizadas para a realização desta dissertação: as relações de gênero e a história das mulheres. É importante compreender o processo histórico que apresentou essas mulheres como sujeitos à margem de sua própria história e silenciadas pelo universo masculino, para assim buscar o olhar feminino de suas trajetórias de vida e de luta. Compreender as relações de trabalho e de gênero nessa trajetória das mulheres do assentamento e como essas relações são vistas pela perspectiva das mulheres.

Pensar essa problemática significa entender como as relações de gênero construíram os espaços e os sujeitos ao longo da história dessas mulheres. Para entender isso, é necessário tecer uma análise das memórias das mulheres, de seu cotidiano e de suas relações com os espaços e com a comunidade do assentamento. A família, o lote, a casa, as feiras, a roça e os demais espaços ocupados pelas mulheres.

1.1 – Gênero e História das mulheres: possibilidades para história.

Não há como fazer uma análise da trajetória de vida das mulheres assentadas sem fazer uso de categorias que colaboram para uma melhor leitura das entrevistas enquanto fontes históricas. O desafio de construir uma história das mulheres está justamente na dificuldade de encontrá-las nas fontes, devido a isso, é preciso analisar as representações do feminino buscando visibilizar as mulheres através de sua própria perspectiva, uma vez que, segundo Colling (2014, p. 13), “quando falamos do feminino, falamos das representações que mantiveram as mulheres ‘escondidas’ ao longo do tempo”.

A sociedade ocidental se encontra impregnada de modelos e padrões tradicionais que designam papéis e constroem estruturas que influenciam nas mais variadas relações sociais que permeiam as esferas dos espaços públicos e privados. Essa problemática tem como consequência preconceitos e discriminações em relação às mulheres, que foram colocadas como inferiores hierarquicamente em relação aos homens.

Há um processo histórico de construção de “verdades”²⁴ em que o masculino foi colocado como protagonista. Isso significa dizer que muitas representações, discursos e práticas foram construídos a partir da perspectiva masculina. Desde os tempos mais antigos, o monopólio do patrimônio e da memória²⁵ permitiu ao homem, como sujeito universal, construir uma narrativa histórica em que sua própria perspectiva fosse admitida e legitimada como uma visão hegemônica e universal.

A história foi, portanto, “uma profissão de homens que escrevem a história dos homens, apresentada como universal, na qual o ‘nós’ é masculino e a história das mulheres desenvolve-se à sua margem”. (COLLING, 2014, p.12). Nesse sentido, a própria historiografia é compreendida, em certo momento, como uma construção parcial daqueles que obtinham o monopólio do saber, da escrita e do discurso, portanto total parcialidade na construção da memória e das representações. Eles evidenciavam ou ocultavam elementos, acontecimentos e sujeitos da história, conforme seu interesse. Concretiza-se, assim, uma narrativa historiográfica marcada pela historiografia masculina e voltada para interesses de classes dominantes que buscam também, através da história, exercer sua hegemonia e fazer prevalecer suas concepções.

Podemos compreender a história tradicional como uma história contada por intermédio de uma hierarquia em que os homens, contadores dessa história, representaram a mulher de forma submissa, como se fosse parte da “natureza” feminina. Essa hierarquização não apenas as colocou em um lugar de inferioridade, mas também as ocultou e as silenciou. Esse silêncio pode ser percebido através das próprias linguagens que colocam o masculino como o sujeito universal.

Para a autora, essa chamada “universalidade do eles” contribuiu para mascarar o lugar de privilégio dos homens, fazendo-os parecerem neutros em relação às diferenças dos sexos. É nesse sentido que as mulheres se encontraram diante de inúmeras questões a respeito de como contar uma história de mulheres que as visibilizasse.

O homem, reconhecendo-se como sujeito da história, tratou de construir narrativas que o pusesse no protagonismo dos grandes feitos históricos. Isso nos leva a crer que foi produzido, durante muito tempo, um material restrito que refletiu apenas a

²⁴ Para Foucault (1996), a verdade tem uma história que pode ser interrogada em relação à sua origem em determinado contexto social e histórico. A verdade é, assim, uma construção, uma produção com tempo e espaço específicos.

²⁵ Aqui me refiro ao conceito de Le Goff (1994): a memória é uma representação do passado, sendo histórica e social. “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 1994, p. 426).

figura do homem como o sujeito absoluto da história. Dessa forma, os historiadores e as historiadoras expressam somente uma versão da história. Para Scott (1994, p. 50), “o discurso histórico [...] quando nega visibilidade às mulheres perpetua também sua subordinação e sua imagem de receptora passiva da ação dos demais sujeitos da História”.

A figura da mulher foi representada por historiadores e historiadoras sobre a perspectiva dos homens. Em consequência disso, a mulher, quando aparecia, era, de certa forma, marginalizada. Quando nos deparamos com essa homogeneização do sujeito histórico nos perguntamos: onde a mulher esteve presente? Durante todos os acontecimentos que marcaram a história das diversas sociedades, sempre existiu uma mulher, que foi invisível aos olhares pelo fato de estar “confinada” ao espaço da vida privada. Assim ocorre com a história das mulheres assentadas, que, apesar de estarem presentes nas trajetórias de migração na luta pela terra, são pouco ouvidas. Nas histórias dos assentamentos rurais, por exemplo, as mulheres quase não aparecem.

É preciso saber que foram muitas as razões que podemos considerar como contribuintes da invisibilidade das mulheres nas narrativas históricas. Perrot (2007) enfatiza, entre outros aspectos, o silêncio dos relatos diretos de mulheres, uma vez que aqueles que dizem respeito às mulheres eram dominados pela exclusividade dos homens nas esferas políticas, econômicas e sociais. Foram produzidos relatos sobre rainhas, heroínas ou mulheres imaginadas pelos homens, ou seja, representações da perspectiva masculina. Podemos identificar essa consideração da autora também nas narrativas da história do Assentamento Itamarati.

Ela ainda explica que as mulheres foram, ao longo do tempo, objeto de uma narrativa histórica que as relegou ao silêncio e à invisibilidade, sobretudo por sua atuação se passar quase exclusivamente no espaço privado, uma vez que o espaço público pertencia aos homens.

De acordo com Bordieu (1999, p. 116), o papel social designado às mulheres é um mecanismo importante na manutenção da dominação simbólica. Uma das funções da mulher, “dona do lar”, é contribuir para a permanência dos homens como dominantes e “donos da esfera pública”.

Ao analisarmos a história das mulheres assentadas, podemos evidenciar que essa dominação simbólica de que fala o autor ainda é muito presente nas relações de gênero e trabalho dentro do assentamento. Essas relações são marcadas muitas vezes pela

submissão das mulheres camponesas à fala masculina e à dependência de seus maridos, tanto na esfera pública como na privada.

É possível perceber que, dentro de suas casas, as mulheres assentadas exercem funções e realizam tarefas essenciais para a manutenção do lar enquanto estrutura de suporte à força de trabalho da família. O ato de cozinhar todos os dias, lavar as roupas e limpar a casa é, na maioria dos casos, responsabilidade exclusiva das mulheres. Enquanto aos homens cabe a responsabilidade de “prover” a casa no sentido mais econômico, “produtivo”. Isso dá a eles o poder da fala. São os maridos que geralmente representam a família.

Em relação a isso, pude observar no assentamento que o interior da casa é o espaço próprio das mulheres. É dentro de suas casas que as mulheres se sentem no controle das coisas. Mas fora dela, se sentem muitas vezes “coadjuvantes”, dependentes de seus maridos. O testemunho de Dona Maria serve para exemplificar como os espaços são concebidos de formas diferentes e como a atuação e a ocupação das mulheres nesses espaços se dão: “Meu serviço agora é cuidar do terreno, ‘viro’ minha casa uma vez por semana. A horta... Não tenho mais porco porque não posso mexer”²⁶. Quando perguntada sobre os cuidados da casa, ela respondeu: “É eu que cuido”. Já quando perguntada sobre a horta e o trabalho na roça, a resposta foi diferente: “É ele. Meu ‘véio’ que sabe a hora que vai plantar, o que vai vender, ‘né’?”. Dona Maria está com aproximadamente sessenta anos de idade. Ela e seu marido chegaram ao assentamento em 2004.

Através dessa fala, percebemos que as decisões que dizem respeito ao trabalho na roça e ao comércio são de responsabilidade do homem, do marido. É conferido a ele o poder de decidir o que deve ser produzido e controlar os gastos da família. É designado ao marido o papel de representatividade no âmbito público e o rótulo de provedor do lar. Já a mulher fica responsável pela manutenção da casa e pelos cuidados com a família e, mesmo que participe no trabalho na roça, ou na horta, como mencionado por Dona Maria, não cabe a ela o poder de decidir sobre isso. Seu poder de decisão se dá exclusivamente no âmbito doméstico. É dentro de sua casa que o feminino exerce poder, quando, por exemplo, administra os horários das refeições. Quando negocia com o restante da família a divisão dos serviços. Mesmo em relação às coisas

²⁶ENTREVISTA. Dona Maria (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 08/07/2016. 18 min. (aprox.), som.

que parecem simples, como determinar os espaços e a decoração do interior da casa, que demonstra a atenção das mulheres para as chamadas coisas miúdas.

As mulheres são assim “limitadas” ao mundo privado em que foram colocadas. A relação das mulheres com a reprodução da espécie humana, por exemplo, atua como fator de delimitação do espaço da mulher perante a sociedade. “Seu papel social de ‘cuidadora’ confere-lhe uma posição hierárquica inferior em relação aos homens publicamente ativos e provedores”. (SAYÃO, 2003, p. 123).

Essa limitação ao espaço privado foi construída através de discursos e práticas “disciplinares”²⁷ que contribuíram para a permanente ausência da mulher enquanto sujeito discursivo da história. A respeito disso, Tedeschi (2012, p. 88-92) evidencia que, ao longo do tempo, a desigualdade de gênero e as representações sobre a identidade feminina foram reproduzidas através de discursos que impregnaram no imaginário social representações de hierarquização dos gêneros e seus papéis sociais.

Colling (2014) aponta para os discursos que historicamente construíram a identidade feminina, atribuindo a ela papéis e espaços pensados pelo cunho da maternidade. Conforme mostra a autora, desde os tempos da Grécia antiga, a maternidade colocou a mulher em um patamar de inferioridade em relação ao homem. A maternidade ainda impediu que as mulheres ocupassem espaços públicos de poder e, além disso, o trabalho e até mesmo a cidadania lhes fora negados. Para a autora, esses discursos normalizadores que historicamente recaíram sobre as mulheres partem de vários campos diferentes das ciências e de instituições.

Como exemplo do que posso chamar de influência de um discurso sobre o corpo feminino, Pereira (2004) demonstra como o discurso médico da primeira metade do século XX no Brasil – mais especificamente na cidade de Florianópolis, Santa Catarina – construiu uma representação de “imoralidade” e “degeneração” em relação às mulheres. Nesse caso, a autora cita a doença conhecida como “sífilis” sendo associada indiretamente às mulheres prostitutas daquela cidade. Apesar de o discurso médico ser direcionado para a doença em si, por “tabela” acabava assimilado à prostituição. A doença era relacionada primeiramente ao corpo e à sexualidade femininos, ilustrando os

²⁷ Foucault (2004) demonstra que a partir do século XVII o poder foi exercido através dos chamados “dispositivos disciplinares”: o Estado e a sociedade fazem uso do corpo, da vigilância e do adestramento para tornar os indivíduos disciplinados, obedientes. Para ele, essa disciplina sobre o corpo tem o intuito de construir indivíduos dóceis e submissos que possam colaborar para o desenvolvimento econômico da sociedade. Portanto, a disciplina teria um aspecto político na manutenção do poder do Estado e no funcionamento de instituições e de determinadas normas sociais.

papeis sociais adequados para cada sexo. Ou seja, a culpa e toda a “deterioração” social associada à sífilis recaíam sobre as mulheres.

De filósofos a padres, passando por pedagogos, médicos e psiquiatras, todos constroem argumentos para justificar as “inferioridades” femininas a partir de uma concepção de “essência feminina”. É importante lembrar que quando nos referimos às representações das diferenças dos sexos, nos referimos a uma construção social, política e cultural muito mais do que científica.

Para Saffioti (2004), a incorporação de um modelo patriarcal da unidade familiar causou, em determinados aspectos, a diferenciação entre homens e mulheres. Em tempos remotos, das sociedades de caça e coleta, as mulheres eram consideradas poderosas em função da maternidade. No entanto, a necessidade de amamentar – e, conseqüentemente, de carregar filhos e filhas – impossibilitou as mulheres de realizarem a caça, pois, ao sentirem fome, as crianças faziam barulhos, gritavam, choravam. Isso atrapalhava, evidentemente, por espantar os animais. Devido a isso, as caçadas realizadas pelos homens eram muito mais bem sucedidas, se tornando, então, com o passar do tempo, atividade própria deles.

O fato da caça não se tratar de uma atividade diária, diferentemente da alimentação dos filhos e das filhas – o que era de responsabilidade das mulheres, obviamente, por amamentarem – possibilitou aos homens desfrutar de “tempo livre” para exercitar a criatividade que, segundo a autora, foi essencial para a criação de sistemas simbólicos para, em suas palavras, “destronar” as mulheres.

Essa explicação serve para entendermos que: em primeiro lugar, a ideia da divisão de trabalho a partir da diferença de força física entre homens e mulheres não é verdadeira, de acordo com o descrito acima. Em segundo, como gradativamente a maternidade passou de um fator de exaltação das mulheres para um fator determinante em seu condicionamento aos cuidados da família. A partir disso, a diferença entre os sexos foi sendo, com o passar do tempo, construída.

Dessa forma, compreendemos que, por meio de diferentes discursos, as mulheres foram designadas ao espaço doméstico, onde foram escondidas da vida pública, ficando longe dos meios de sociabilidade. Elas não eram vistas e não se falava delas, tornando-as, assim, invisíveis para aqueles que contaram sua história. Esses discursos construíram os sujeitos mulher e homem, as identidades feminina e masculina. Assim, desde o momento que nascemos, somos diferenciados com base nos sexos biológicos e nossas

identidades são “moldadas” socialmente, nos “predestinando” a determinados papéis. Conforme aponta Sayão (2003),

Logo ao nascer e, com base em diferenças eminentemente anatômicas inseridas na corporalidade, somos identificados/as com um determinado “sexo”. A simples observação dos órgãos externos “diagnostica” uma condição que deve valer para toda a vida. Passamos a ser homens ou mulheres e as construções culturais provenientes dessa diferença evidenciam inúmeras desigualdades e hierarquias que se desenvolveram e vêm se acirrando ao longo da história humana, produzindo significados e testemunhando práticas de diferentes matizes (SAYÃO, 2003, p. 122).

Essa diferença é concebida de forma “natural” entre os sujeitos. As mulheres são induzidas a aceitar sua posição social como parte inerente do “ser mulher”, não percebendo a hierarquização. Isso se manifesta também no assentamento, quando notamos que as mulheres não têm consciência da invisibilidade de seu trabalho dentro das casas.

A ideia de gênero, diferença de sexos baseada na cultura e produzida pela história, secundariamente ligada ao sexo biológico e não ditada pela natureza, tenta desconstruir o universal e mostrar a sua historicidade. São as sociedades, as civilizações que conferem sentido à diferença, portanto não há verdade na diferença entre os sexos, mas um esforço interminável para dar-lhe sentido, interpretá-la e cultivá-la (COLLING, 2004, p.14).

Sobre a história das mulheres, sabemos que a invisibilidade feminina se dá pelo silêncio das fontes tradicionais, por não serem vistas nos espaços públicos. No entanto, ao mesmo tempo em que são esquecidas, ignoradas e silenciadas, as mulheres são, conforme Perrot (2005, p.11), excessivamente descritas, representadas e imaginadas pelos homens.

[...] as mulheres foram mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer a sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra este bloco de representações que as cobre e que é preciso necessariamente analisar, sem saber como elas mesmas as viam e as viviam.

A autora afirma, ainda, que, ao longo do tempo, as mulheres apareceram na história como representações a partir dos olhares masculinos que escreviam a história. Na maioria dos casos, essas representações eram imaginadas e não descritas. Sendo assim, contar a história das mulheres é fazer uma história das representações que tornaram as mulheres invisíveis, cobertas, mascaradas.

No tocante às questões metodológicas referentes à incorporação da história das mulheres à historiografia, Bourdieu (1999) aponta que as diferentes percepções de homens e mulheres devem ser também consideradas como parte do objeto que se busca compreender. Nesse sentido, para compreender as relações de gênero e trabalho das mulheres do Assentamento Itamarati, devo levar em consideração suas concepções em relação a sua trajetória de vida e seu trabalho no campo.

Ao tecer uma análise a respeito da dominação masculina, também é necessário tomar consciência da condição dos pesquisadores e pesquisadoras, que são inevitavelmente influenciados pelas estruturas sociais tradicionais que colocam no imaginário uma percepção de mundo masculina. Portanto, há de se considerar alguns aspectos interiorizados inconscientemente que proporcionam uma percepção impregnada pelo olhar masculino para os quais devo, enquanto pesquisador, me atentar e buscar desconstruir ao longo da pesquisa.

Para Bourdieu, a história das mulheres deve ir além de buscar o olhar feminino da história. A história das mulheres deve tomar como objeto de estudo os discursos e as práticas que, ao longo do tempo, construíram as relações de gênero e a hierarquização dos sujeitos, como as representações das diferenças entre os sexos. Isso significa buscar nas memórias das mulheres assentadas, por meio de suas falas, as relações com os discursos patriarcais sobre a família e sobre o papel feminino, sobretudo o discurso religioso que, como pude constatar, é muito presente na vida dessas mulheres.

Algumas delas são exemplos de como os discursos sobre o papel feminino são perpetuados, condicionando-as a funções e estereótipos. No entanto, algumas contradições são percebidas quando analisamos seus relatos sobre sua participação naquilo que os discursos, sobretudo patriarcais, constroem como de cunho masculino.

Saffioti (2004, p. 121) aponta para algumas questões em relação ao patriarcado que surgiram ainda em tempos mais distantes e que contribuíram para a construção de relações hierárquicas entre homens e mulheres:

Passam, então, os seremos humanos, a se distanciar da natureza e vê-la simplesmente como algo a ser controlada, dominada. Isso tudo foi crucial para estabelecer entre homens e mulheres relações de dominação-exploração. Além disso, a compreensão do fenômeno reprodutivo humano [...] minou os poderes femininos.

As sociedades se tornam patriarcais com o surgimento da propriedade privada, do matrimônio monogâmico e da consolidação da unidade familiar. Com isso, as

mulheres são confinadas aos interiores de suas casas, no espaço privado do lar. A autora ainda explica que o patriarcado deve ser entendido como uma faceta das relações de gênero que indica, por meio destas, um procedimento de submissão. Para ela, o patriarcado é sustentado pelo que ela própria chama de economia doméstica, que dá sustentabilidade ao modo de produção masculino e “o valor central da cultura gerada pela dominação-exploração patriarcal é o controle, valor que perpassa todas as áreas da convivência social” (SAFFIOTI, 2004, p. 122).

No que diz respeito à exclusão histórica da perspectiva feminina na historiografia, Colling (2014, p. 21) demonstra como a universalidade do sujeito masculino mascarou, em suas palavras, a dominação dos homens sobre as mulheres:

A história das mulheres é uma história recente, porque, desde que a História existe como disciplina científica, ou seja, desde o século XIX, o seu lugar dependeu das representações dos homens. Estes escreveram a história dos homens, apresentada como universal [...] Responsáveis pelas construções conceituais, hierarquizaram a história, com os dois sexos assumindo valores diferentes; o masculino aparecia sempre como superior ao feminino. Este universalismo que hierarquizou a *diferença* entre os sexos, transformando-a em *desigualdade*, mascarou o privilégio do modelo masculino sob a pretensa neutralidade sexual dos sujeitos.

Essa homogeneização da historiografia masculina passou a perder seu monopólio nas últimas décadas devido ao aumento da participação das mulheres em diferentes áreas de pesquisa, sobretudo nas ciências sociais. Para Scott (1989), foi recentemente que a história das mulheres e, posteriormente, o “gênero” se definiram como categorias dentro de uma corrente historiográfica. O ponto de partida foi na década de 1960, com o feminismo. Os movimentos feministas da época reclamavam uma história na qual houvesse heroínas e demonstrações da atuação das mulheres na sociedade. Ademais, a luta dos movimentos era pela igualdade de gênero e pelo fim de sua invisibilidade na história, entre outras:

Um forte questionamento sobre o corpo como lugar da violência física e simbólica masculina é empreendido pelas feministas, especialmente, a partir dos os anos de 1960, originando daí políticas que visavam e ainda visam à aquisição de direitos como o uso da pílula anticoncepcional e o aborto, dentre outros, trazendo uma outra dimensão para o corpo da mulher em diferentes culturas (SAYÃO, 2003, p. 123).

A década de 1960 também é marcada por um período de questionamento da sexualidade. Foi nesse período que teve início a comercialização da pílula

anticoncepcional e surgiu o questionamento da virgindade como um valor “essencial” das mulheres. Sobre uma perspectiva mais ampla, a autora ainda menciona que, no ocidente, o sexo começa a ser mais aceito como fonte de prazer e não mais como propósito de reprodução apenas.

É, portanto, nesse contexto que as mulheres passam a se mobilizar de maneira mais organizada em forma de movimento, trazendo questões relacionadas especialmente a seus interesses. Essa agitação acaba por refletir no universo acadêmico, quando novas temáticas e objetos passam a ocupar espaço dentro das pesquisas. Para Grossi (2012, p. 02) a luta desses movimentos vai influenciar o universo acadêmico especificamente devido a alguns fatos:

Primeiro porque a Universidade é um lugar de produção de conhecimento fortemente influenciada pelas lutas sociais; e segundo, porque muitas das estudantes (e algumas professoras) que participaram destas lutas percebem que não existem respostas a inúmeros questionamentos destes movimentos sociais, de maneira que se inicia um movimento, no interior de diferentes disciplinas, em busca de se encontrar o lugar das mulheres, até então invisível.

Nesse sentido, como oriundas dos avanços dos movimentos feministas e da própria mudança na historiografia, a história “marginal” passa a fazer sentido e a desestabilizar as narrativas hegemônicas de cunho universal e masculino. Portanto, falar da história das mulheres assentadas é desconstruir um pouco essas narrativas tracionais que não evidenciaram essas mulheres, é contar a história do assentamento pelos olhares femininos sobre os detalhes dos cotidianos de uma trajetória de luta.

Perrot (1996, p. 193) explica o surgimento da história das mulheres como uma área de pesquisa dentro da historiografia, já na segunda metade do século XX, na França.

Na França, os historiadores e, sobretudo, as historiadoras que se interessaram pela história das mulheres geralmente provinham da história social (poderia me incluir neste caso, mas não é de mim que estou falando). Havia, inicialmente, trabalhado com os movimentos sociais e, em seguida, passavam a trabalhar com mulheres, como se tivesse havido uma transferência de energia, de pesquisa, do tema operário para o estudo de gênero.

Segundo a autora, os estudos da história social da época estavam deixando de se identificar com os movimentos operários²⁸. Esse enfraquecimento, consequência do que a autora chama de ‘crise do movimento operário’, por outro lado, propiciou uma

²⁸ Perrot (1996, p. 192-193) se refere a movimentos sociais de operários que atuavam na França, na segunda metade do século XX.

“transferência” das atenções para o movimento das mulheres, sendo este muito mais “vivo, dinâmico e atraente” (op. cit., p. 193).

Foi, então, na segunda metade do século XX que as mulheres conquistaram um espaço na historiografia e, a partir desta conquista, começaram a tentar escrever uma história em que fossem visíveis não só como representações do masculino. Neste momento, porém, percebeu-se que as mulheres não tinham história. Não existiu uma história que fosse contada a partir dos olhares das mulheres. As mulheres apenas existiram na história quando foram contadas, representadas pelos homens.

No assentamento, notei algo semelhante. Ao procurar pela história do assentamento, encontram-se muito poucas narrativas feitas pelas mulheres assentadas. Mesmo nos jornais que circulam naquele lugar, as mulheres, quando aparecem, são na maioria das vezes descritas pelos homens. Nos raros momentos em que aparecem falas de mulheres, os assuntos são geralmente relacionados à violência doméstica. Em certos momentos do convívio no assentamento, as mulheres foram interpeladas durante as entrevistas pelos maridos, que tomaram a palavra para descreverem por si os sentidos do vivido pela companheira. Ou seja, a história local, feminina, nos assentamentos muitas vezes é contada pelos homens, revelando exatamente a presença silenciosa do patriarcado.

Perrot (op. cit., p. 17) também demonstra a importância e a influência do acesso e da participação da mulher em novos espaços de construção de conhecimento, como as universidades:

A “feminização” da universidade, inicialmente no nível do público, e depois, mais tardiamente, dos professores, favoreceu o nascimento de novas expectativas, de questionamentos diferentes, e conseqüentemente, o desenvolvimento de cursos e pesquisas sobre as mulheres. As paixões e os interesses se conjugam, de maneira mais clássica, na constituição de um novo “campo”.

Para ela, alguns fatores foram importantes para contribuir com a participação das mulheres dentro da história. Primeiramente, um período de crise do positivismo e do marxismo como paradigmas. Como consequência, a Nova História surge e ganha cada vez mais expressão dentro da historiografia. Nesse contexto, ganham importância algumas demandas sociais com relação às mulheres. O movimento feminista surge como forte expressão de reivindicações e anseios femininos.

O movimento feminista foi o princípio da inclusão das mulheres no espaço público, acadêmico e no mercado de trabalho. Com essas conquistas, as mulheres

passaram a ser notadas por historiadores e historiadoras. Com o surgimento das novas escolas historiográficas e dos movimentos feministas, passou-se a ver na mulher uma fonte de conhecimento histórico, e, conseqüentemente, um objeto de pesquisa rico e inovador, contribuindo para a construção de novas narrativas históricas.

Com a História Cultural, o campo de investigação se tornou amplo, concentrando em seus objetivos as diferentes perspectivas para analisar a história da humanidade. A História Cultural se caracteriza por estudos de uma variedade de produções que desempenham observações e interpretações de culturas diferentes, assim como de diferentes grupos sociais, de crenças, do cotidiano, das tradições e de imaginários diferenciados. A História Cultural a partir da década de 1970 passa por uma transformação no seu campo de abordagens historiográficas. Ela vai se desprendendo da utilização da História quantitativa e passa a adotar o campo da “micro-história”.

Para Burke (2008, p. 61), a micro-história é uma reação a uma vertente da história social que passa pela história econômica e faz uso de métodos quantitativos e descreve tendências de maneiras generalizadas, desconsiderando aspectos das especificidades e particularidades dos objetos. Para ele, a micro-história é fruto da incorporação da antropologia à própria história. Com isso, se possibilitou aos pesquisadores e pesquisadoras um olhar “microscópio” que reintegrou as experiências e as vivências individuais e/ou locais às narrativas.

Assim, o historiador e a historiadora direcionam suas observações para uma questão específica podendo, assim, perceber aspectos característicos e específicos de seu objeto de estudo. Tais características e especificidades talvez não fossem percebidas a partir de uma perspectiva mais ampla. Ao fazer uso da micro-história, observam-se as especificidades de seu objeto de estudo que revelam informações importantes para sua pesquisa. Quando um micro-historiador/historiadora estuda a mulher no assentamento, por exemplo, ele/ela não estuda propriamente a mulher, mas estuda por intermédio dela, bem como por meio de seu cotidiano e suas particularidades.

Para contar a história das mulheres, não basta apenas descrever os fatos nos quais as mulheres tiveram participação, pois contar a história das mulheres é discorrer sobre um processo histórico que as excluiu como sujeitos históricos. Nesse sentido, o estudo das relações entre os sexos emerge como uma possibilidade de compreender a história sob outra perspectiva que pudesse dar visibilidade às mulheres. Surgem, portanto, os estudos das relações de gênero como campo de pesquisa em história e demais ciências sociais.

Para que possamos contextualizar, no âmbito informação, devemos saber que os estudos na área de gênero são consequentes de movimentos que marcaram a década de 1960, sobretudo o movimento feminista, considerado um marco para o avanço dos direitos da mulher. O movimento feminista teve, ainda, o condão de impulsionar uma nova vertente historiográfica e romper com a historiografia positivista. Tedeschi (2009, p. 145) afirma que “a incorporação da categoria de gênero na historiografia possibilitou entender as relações de poder, justificaram a desigualdade entre homens e mulheres, como oriunda de relações de dominação e subordinação”.

De acordo com Scott (1989, p. 3), “no seu uso mais recente, o ‘gênero’ parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”. Para a autora, o termo “gênero” apareceu como proposta para se estudar historicamente as relações sociais, sobretudo pelas feministas que defendiam uma transformação fundamental de paradigmas por meio das pesquisas sobre as mulheres.

Para elas, o estudo das mulheres poderia contribuir acrescentando novos temas em diversas áreas de pesquisa, além de propiciar uma reavaliação quanto aos critérios e premissas das pesquisas científicas.

Em alguns casos, este uso, ainda que referindo-se vagamente a certos conceitos analíticos, trata realmente da aceitabilidade política desse campo de pesquisa. Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho porque “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. O gênero parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política – (pretensamente escandalosa) – do feminismo (SCOTT, 1989, p. 6).

A história das mulheres pode atribuir à pesquisa uma determinada posição política, uma vez que as relações de gênero podem incluir as mulheres de uma maneira menos explícita. Scott (1989, p. 7) afirma que o gênero, “como substituto de ‘mulheres’, é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro”. Para a autora, o uso do gênero, portanto, compreende uma perspectiva das relações entre os sexos, analisando, sob uma perspectiva dessas relações, as demais relações sociais.

Isso remete à reflexão sobre as relações sociais dentro do assentamento analisadas à luz das relações de gênero. Homens e mulheres são concebidos de formas distintas dentro do mesmo espaço e ao realizarem as mesmas tarefas. As experiências de

um são diretamente relacionadas às experiências do outro, por isso, segundo a autora, não podem ser analisadas em esferas separadas. As experiências femininas e masculinas precisam ser analisadas dentro do mesmo processo, sendo suas relações operadas pelo gênero.

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres [...] O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1989, p. 07).

Os estudos de gênero contribuíram para a compreensão das construções das identidades a partir das diferenciações entre os sexos, assim como as relações entre homens, mulheres, heterossexuais, homossexuais, transexuais e demais identidades de gênero e seus papéis e estereótipos designados e construídos por intermédio de discursos e práticas normativas.

Podemos então entender que os estudos a respeito das relações de gênero, identidade e sexualidade passaram a ter sua importância, no sentido de problematizar a respeito das construções sociais através dos discursos que ao longo da história moldam o imaginário social. Além da construção das identidades de gênero e suas relações de poder hierarquizadas, corroborando com o meu objeto de análise.

Isso nos serve como uma ferramenta útil quando analisamos os papéis distintos entre homens e mulheres no assentamento: o que cada um faz, como faz e qual importância atribuída pelo imaginário social às funções realizadas por cada um.

Para Louis (2006), o gênero está diretamente relacionado aos diversos conflitos da história das sociedades e às mais variadas práticas culturais, relações hierarquizadas, representações e identidades. Por esse motivo, justifica-se o uso desta categoria para analisar a história das mulheres do assentamento, uma vez que essas histórias são repletas de relações hierárquicas. A hierarquização dos sujeitos colocou sobre as mulheres assentadas representações de inferioridade em relação aos homens, tratando-as muitas vezes como seguidoras de seus maridos, sem desejos e motivações próprias e, ao mesmo tempo, participativas na luta pela terra e no trabalho no lote, essenciais para a sobrevivência no campo.

Como já foi dito anteriormente, o termo gênero revela as relações entre os sexos como consequências das identidades designadas para homens e mulheres, as quais também contribuem na determinação dos papéis sociais de cada sexo. Isso deve ser

compreendido como parte de todo um contexto social com reflexos nas esferas política, cultural e social.

O gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos [...] O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres (SCOTT, 1989 p. 8).

Em minha pesquisa, a categoria “gênero” propõe uma análise a partir das relações de gênero, significando propor uma abordagem sexuada das relações e da história, partindo do pressuposto de que as identidades de gênero, assim como suas relações, não são naturais, mas sim produtos de uma construção histórica e de motores da sociedade.

Portanto, compreender e fazer uso do gênero para analisar tanto o passado quanto o presente, bom como as relações entre os sexos, é de certa forma contribuir para uma melhor interpretação da própria história como ciência dos homens e mulheres ao longo do tempo.

Para Colling (2014), falar de gênero é falar de uma invenção social e política para ambos: homens e mulheres. Isso significa dizer que a condição social de ambos não é determinada por aspectos naturais ou biológicos, assim compreendendo também, por meio da análise das relações de gênero, as demais relações de poder entre sujeitos e classes que, ao longo do tempo, construíram a história como conhecemos, ou seja, uma história de hierarquias sociais, uma história de dominação de uma classe sobre a outra, ou de um sujeito sobre o outro.

Podemos compreender que a partir das concepções em relação ao corpo feminino, constroem-se culturalmente identidades masculinas e femininas, sendo a identidade masculina relacionada ao homem dominante, superior, em contraponto à mulher, inferiorizada, dominada. Para Bourdieu (1999), a dominação masculina se trata de uma forma particular de violência simbólica.

O autor evidencia o que ele considera como concepções “invisíveis” que nos levam a uma formação de esquemas de pensamentos impensados. Isso significa dizer que aquilo que acreditamos pensar de maneira livre e deliberada na realidade sofre influências externas. Para o autor, as relações de poder e de dominação só são possíveis porque existe uma aceitação involuntária dos dominados, sendo, portanto, um consentimento inconsciente da posição de dominado.

Um exemplo disso, no assentamento, se dá quando as mulheres concebem de forma natural sua submissão aos seus maridos. No relato abaixo, Dona Cida, de cinquenta e sete anos de idade, descreve um comportamento comum entre as mulheres neste espaço: quando precisam da permissão do marido para tratar de questões da produção dentro do lote, do comércio e do dinheiro.

Às vezes eu vejo que, assim, uma mulher se tem um pé de fruta, para vender tem que falar com o marido [...] E hoje ainda vejo mulher com a cabecinha assim. Eu acho esquisito, porque têm tanto encontro e movimentos, mas parece que não participam²⁹.

Essa fala é um exemplo que evidencia a incorporação das representações sobre as mulheres e a dominação masculina de maneira “natural”. A violência simbólica é imperceptível e, ao mesmo tempo, disfarçada, sendo desta maneira naturalizada, equivalendo-se a um produto de um processo e de estruturas de poder, mas não se tratando de uma violência essencial.

Por intermédio dessa, as classes dominantes exercem seu domínio como se fossem naturais, assim como os homens exercem domínio sobre as mulheres. Essa dominação passa sobretudo pela imposição cultural de uma classe sobre a outra. Ao pensar a dominação masculina dentro dessa lógica, percebemos como ela se reproduz em forma de uma violência simbólica naturalizada por meio das linguagens e comportamentos.

Notei que há uma violência simbólica dentro do assentamento quando, por exemplo, as mulheres não têm o direito de decidir sobre seus corpos, sobre as compras da família, sobre a comercialização de seus produtos e sobre o dinheiro, como mencionado acima na fala de Dona Cida. Essa violência simbólica é imensurável e não afeta diretamente fisicamente, mas se perpetua pelas representações.

Para que a dominação simbólica funcione, é preciso que os dominados tenham incorporado as estruturas segundo as quais os dominantes percebem que a submissão não é um ato da consciência, suscetível de ser compreendido dentro de uma lógica das limitações ou dentro da lógica do consentimento, alternativa “cartesiana” que só existe quando a gente se situa dentro da lógica da consciência (BOURDIEU, 1996, p. 36).

Sobre isso, Perrot (2007) aponta para o movimento de contraposição ao poder exercido pelas mulheres. Essa contraposição pode se mostrar em vários espaços em que

²⁹ ENTREVISTA. Dona Cida (Áudio-mp3). Produção: Losandro Antônio Tedeschi. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 10/11/2011. 24 min. (aprox.), som.

as mulheres conquistam poder. Isso significa que as relações de poder são bilaterais, ou seja, podem ser alteradas entre os diferentes sujeitos. Dentro das suas casas, as mulheres exercem o poder. O fato de serem responsabilizadas pelos cuidados com a casa e com a família concede às mulheres uma posição de superioridade. São elas que ditam as ordens dentro de casa. No entanto, essa posição não significa necessariamente a valorização do trabalho doméstico.

Dentro do assentamento essa questão se dá de maneira complexa. Existem diferentes concepções de trabalho dentro e fora do lote. O trabalho do lote muitas vezes se compreende como trabalho doméstico, da família. O trabalho especificamente dentro da casa ainda é na maioria das vezes responsabilidade das mulheres. Mas, para entender como as relações de trabalho se dão dentro do assentamento, precisamos antes falar sobre essa questão sob uma perspectiva de análise das relações de gênero

1.2 - A questão do trabalho rural na perspectiva das relações de gênero.

Ao longo da pesquisa de campo percebi que a maioria das mulheres que entrevistei exerce funções valorizadas enquanto atividades masculinas, como o trabalho na roça. Algumas percebem essa participação em um patamar de igualdade com a dos homens, ou seja, acreditam que seu trabalho no campo é similar e tão importante e produtivo quanto o do homem. Outras (a maioria) me pareceram considerar seu trabalho na roça como uma espécie de “assistência” ou “reforço” do trabalho masculino. Para Puga (2015, p. 645) “a divisão sexual do trabalho reservou para os homens uma esfera produtiva e valorizada pela sociedade enquanto às mulheres coube outra esfera: a reprodutiva”.

Observamos agora a fala de Dona Cida quando perguntada a respeito da divisão e participação nos afazeres no lote:

Sempre íamos para a roça juntos, chegávamos juntos, um ia fazer comida, o outro lavar a louça. Sempre foi assim, e é até hoje. Eu “tô” costurando e ele “tá” lá fazendo almoço. Eu acho que tem que ser assim “né”. E sempre ensinei assim para meus filhos, direitos iguais, cada qual tem seu limite, cada um sabe seu dever³⁰.

³⁰ ENTREVISTA. Dona Cida (Áudio-mp3). Produção: Losandro Antônio Tedeschi. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 10/11/2011. 24 min. (aprox.), som.

A respeito dessa afirmação, tive a impressão de que se tratava de uma divisão igualitária dos trabalhos e que sua participação como mulher no trabalho da roça não era entendido por ela como uma “ajuda” a seu marido. Diferentemente do que Dona Maria nos conta quando interrogada sobre as mesmas questões de divisão de trabalho:

Lidava com boi, com cavalo... Só não sei mexer com trator, com maquinário eu não sei mexer. E o que for de braçal eu fazia. Sempre participei, na roça, e em casa fazendo as atividades de casa também [...] ele ia à frente, eu ia atrás que eu ficava de olho nas crianças. Fazia feijão, “botava” feijão pra cozinhar, arrumava lenha no fogão, pra cozinhar. Feijão, mandioca. Pra quando chegar meio dia “tá” pronto³¹.

Aqui percebemos a desigualdade nos serviços da esposa – que, além de participar das atividades na roça, ainda era responsável pelas tarefas dentro de casa – em relação aos do marido. Neste caso tive a impressão que Dona Maria não reconhece, ou valoriza, seu trabalho no campo ao lado do marido por pensar que essa atividade se trate de uma “ajuda”, uma atividade subordinada à atividade masculina. A concepção do trabalho³² masculino como trabalho “produtivo” parece impedir que as mulheres se percebam como protagonistas quando exercem funções historicamente assimiladas aos homens.

Em relação às desigualdades do mundo rural, Lima (2010, p. 101) explica que as relações de gênero construíram as desigualdades entre homens e mulheres ainda na sociedade escravista patriarcal, desde os tempos da colônia. Eram atribuídos papéis definidos, diferentes e hierarquizados para ambos os gêneros. A autora ainda fala sobre a importância da igreja católica na construção do ideal de mulher, a ideia de mãe, pura, assexuada e dedicada à família. A respeito disso, leiamos:

A participação das mulheres em igualdade de condições com os homens nos trabalhos da casa e da roça enquanto atividades econômicas fundamentais para a sobrevivência da unidade familiar é considerada na cultura rural como de cunho “doméstico”, com vistas a ocultar o papel econômico feminino camponês, sob a legitimação de um discurso ideológico, destinado à manutenção dos papéis sociais tradicionais (TEDESCHI, 2016, p. 19).

³¹ ENTREVISTA. Dona Maria (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 08/07/2016. 18 min. (aprox.), som.

³² “Sob uma perspectiva de gênero, observam-se as questões-tensões do universo do trabalho no âmbito das masculinidades e feminilidades, destacando-se as construções culturais e históricas que vincularam o masculino ao trabalho, provento e sustento da família, em confronto com as ambiguidades (presença, ocultamento e questionamento) em torno do trabalho feminino” (BORELLI; MATTOS, 2015, p. 639).

Para o autor, a Igreja foi fundamental ao construir um discurso sobre a “natureza” feminina. A partir disso, foram criadas práticas culturais com o objetivo de garantir a permanência da mulher no espaço doméstico, do lar. O que a tornou, nas palavras do autor, um “ser para os outros” (op. cit., p. 74).

Já na modernidade, a questão da maternidade é ampliada para cuidados que vão além dos já estabelecidos, como cuidar, nutrir e servir os filhos. Agrega-se a isso o discurso do “futuro adulto”, responsabilizando as mulheres pela criação dos futuros homens da sociedade. Esse discurso concede às mulheres um poder dentro de suas casas em meio a sua família, porém sem visibilidade ou *status* social. Nesse sentido, de acordo com Tedeschi (2016), a casa passa a ser concebida como um espaço privado pertencente à mulher. Isso tem como consequência o afastamento ainda maior das mulheres dos espaços públicos, pois agora estavam exclusivamente responsabilizadas pelos cuidados domésticos.

Para o padrão normativo da sociedade e aos olhos da sociedade, que preconceituosamente as julgam, as mulheres que não aceitam as imposições delimitadas ao seu papel de donas do lar, tornam-se responsáveis pela desestruturação da família. As mulheres são mal vistas fora de seus lares, são “perigosas para a ordem pública” (COLLING, 2004, p. 03).

Perrot (1996, p. 194) diz que para melhor compreender a questão do trabalho das mulheres, não se pode pensar de maneiras diferentes uma sociologia e história da família e uma sociologia e história do trabalho. Sendo assim, é necessário aproximar e compreender questões relacionadas à família e ao trabalho dentro de uma mesma esfera. “Se você refletir sobre a questão do trabalho da mulher [...] verá que não se pode compreender o trabalho da mulher se não se coloca junto trabalho e família”. Em respeito às mulheres trabalhadoras rurais do assentamento, entendemos que:

Dada a sua vinculação à maternidade e ao lar, o ideal de trabalho das mulheres no campo é que fosse exercido na casa e no roçado. Se elas trabalhavam na produção, era mão de obra familiar, auxiliar do marido, e sob sua supervisão, de preferência, de forma eventual e não constante (LIMA, 2010, p. 101).

No assentamento, as mulheres saem de suas casas e ocupam espaços de trabalho tradicionalmente ocupados pelos homens em decorrência da necessidade. Ainda assim, dentre as mulheres que entrevistei, percebi que a maioria se sente responsável pelos cuidados com a família. Tive a impressão de que o trabalho doméstico não tem o

mesmo valor do trabalho na roça, atividade “tradicionalmente masculina”, nem das atividades comerciais, como a produção e venda de produtos artesanais.

Parece-me que as atividades dominadas pelas mulheres, ou vistas como “trabalho de mulher”, a exemplo das citadas, são consideradas como atividades complementares. Muitas vezes, o cuidado com a casa e a família sequer são considerados como um trabalho. Para complementar, Tedeschi (2016, p. 31) demonstra que:

A argumentação que usa a “natureza” para justificar a divisão sexual do trabalho traz implícita uma diferenciação que está na formação cultural de homens e mulheres, nas representações, nas imagens que se fazem do masculino e do feminino, esta ligada ao afazeres domésticos, sem visibilidade, enquanto que aos homens são destinadas funções mais qualificadas e mais valorizadas. Além de tais tarefas, as mulheres também são responsáveis pela formação de uma nova geração de trabalhadores. [...] Essa atribuição do sexo feminino inclui a gravidez, o parto e a amamentação, funções para as quais a mulher está biologicamente preparada. A essas funções biológicas, acrescentam-se tarefas que são culturalmente impostas e atribuídas exclusivamente ao sexo feminino.

A exemplo da constatação da autora a seguir, o protagonismo das mulheres ao exercerem diversas funções, mesmo aquelas consideradas como atividades masculinas, é ofuscado, não reconhecido. A mulher, quando desempenha tarefas ditas masculinas, está saindo de suas atribuições “naturais”, portanto nunca é considerada hábil o suficiente a ponto de protagonizar tais tarefas.

Na produção agrícola familiar tradicional [...] a mulher também era destinada às atividades reprodutivas. Seu trabalho na produção era considerado como “ajuda”, não remunerado e sem nenhum poder de decisão quanto à aplicação do dinheiro conseguido. Embora nessas regiões, quando os homens migravam para a Mata, a fim de trabalharem no corte da cana, ou quando das secas, no Sertão, deixavam a região em busca de trabalho, geralmente no Sudeste, eram elas que respondiam pela produção e chefiavam as famílias (LIMA, 2010, p.102).

A autora ainda pontua outra questão importante, a família se mostra como uma referência para as mulheres: “sua referência costuma ser a família, e não seu interesse específico, enquanto indivíduo. A terra é vista como direito da família. Sendo assim, ela não pleiteia direitos enquanto mulher” (op. cit., p. 103). Isso contribui para reforçar a supervalorização das atividades exercidas pelos homens enquanto “chefe” da família.

Diferentemente do trabalho na roça, ao lado dos homens, a família se constitui como uma responsabilidade “natural” das mulheres. A identidade feminina é construída como mantenedora do núcleo familiar, tão importante para as sociedades modernas. Aos homens, destinados ao mundo exterior da política e da sociabilidade e, principalmente, do trabalho remunerado, caberia o papel de provedor financeiro.

Nesse sentido, percebemos uma grande diferenciação dos sentidos de trabalho relacionados a homens e mulheres, este considerado não digno de remuneração. Ou seja, diferentemente do trabalho dos homens, na esfera pública, o trabalho das mulheres, dentro das suas casas, não é digno do mesmo significado de trabalho da sociedade capitalista, sendo aquele o que promove a renda. Podemos também perceber cotidianamente que, em grande parte, as conquistas das mulheres por espaços de trabalho não significa dizer que sua “responsabilidade” com o trabalho doméstico tenha diminuído, tampouco dizer que este passou a ser mais valorizado.

Posso dizer que dentro do assentamento, o fato de muitas mulheres estarem mais participativas e próximas aos homens na realização de atividades fora da casa contribuiu para avanços no que diz respeito à divisão do trabalho doméstico. Ainda assim, a grande maioria dos cuidados com a casa é de responsabilidade das mulheres. Fato que justifica a reivindicação de algumas mulheres pela divisão do trabalho doméstico com os demais membros da família. Observo que esse trabalho é fundamental para a manutenção do trabalho no campo.

As reivindicações das mulheres em relação à participação masculina nas tarefas domésticas são percebidas com certa frequência, no assentamento rural, de maneira semelhante à que demonstra Perrot (1996, p. 199) quando considera que a reivindicação por parte das mulheres em relação à participação masculina no trabalho doméstico é legítima por várias razões.

Perrot (2007, p. 10) chama a atenção para os diferentes segmentos de trabalho nos quais se notam a participação das mulheres, além das inúmeras violências sofridas pelas mulheres nos espaços públicos de trabalho. As trabalhadoras, de empregadas domésticas a operárias, tinham sua força de trabalho explorada ao mesmo tempo em que eram assediadas sexualmente, revelando relações de exploração em função de uma dominação de classe e de gênero. As mulheres ocupavam profissões do setor terciário, consideradas profissões próprias para mulheres, como comerciantes, secretárias, enfermeiras e demais ocupações de “auxiliares”.

Penso ser válido mencionar que os discursos que delimitavam e restringiam a participação das mulheres, bem como seus espaços e direitos, foram enfraquecidos. A diminuição da mão de obra é significativa com o recrutamento dos homens para as guerras, por exemplo. Com isso, a necessidade de manter o sistema de trabalho e produção força a convocação das mulheres para assumir postos de trabalho até então exclusivos aos homens. Ao assumir novos espaços, as mulheres também assumem novos papéis dentro da sociedade. Isso, de certa maneira, desestrutura a ordem social e as relações de poder entre os sexos, pois as mulheres passam a exercer novas relações.

No assentamento, isso ocorre com a participação das mulheres nas atividades da roça, mas, sobretudo, com a inserção gradativa delas nos movimentos de luta pela terra. Ao participarem desses coletivos, as mulheres ganham maior representatividade para reivindicar questões relacionadas ao feminino. São elas que tomam a frente nas manifestações, nos grupos organizados e nas reuniões da comunidade.

Também devemos atribuir a maior participação das mulheres às suas conquistas, que são consideradas consequências dos movimentos de cunho feminista. Conquistas que dizem respeito à própria cidadania e aos direitos de aspectos civis e políticos. Perrot (2007, p. 19-20) coloca em evidência a importância de alguns fenômenos para algumas mudanças nas vidas das mulheres. Os mais destacados são o movimento feminista, por questões de mobilização e conscientização, e as duas guerras mundiais, por propiciarem cenários específicos nas sociedades modernas.

Ainda que não influenciem diretamente no campo, ou seja, no contexto das mulheres trabalhadoras rurais e assentadas, segundo a autora, para citar como exemplo, nos momentos de crise e guerra, as mulheres foram fundamentais com sua mão de obra para a manutenção do sistema capitalista. As guerras causam, além de inúmeros danos sociais, rupturas no tempo e no sistema, desestruturando os chamados sistemas de poder e a estrutura de dominação masculina.

Dentro de um contexto de modernização e reordenação dos espaços públicos, junto à incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, alguns paradigmas passam a ser amplamente discutidos, sobretudo no que diz respeito à participação das mulheres na esfera pública, espaço que, historicamente, havia sido negado às mulheres.

Rago (2012, p. 582) ainda aponta para temáticas mais variadas que passaram a ser observadas e discutidas com mais atenção pela sociedade e que dizem respeito às mulheres, como a virgindade, o casamento e a prostituição. Nesse sentido, nota-se uma grande perturbação no que podemos chamar de ordem social como consequência da

participação das mulheres. Tal fato fortalece a histórica discriminação construída sobre as mulheres além de evidenciar a necessidade de controle social sobre elas, impondo-lhes novamente o enclausuramento dos lares.

A questão da família aparece novamente como uma responsabilidade inerente às mulheres, como se sua vocação de essência fosse o matrimônio, a maternidade e o eterno cuidado com a família para a manutenção de uma sociedade aceitável. Como mencionado anteriormente, no assentamento, as mulheres continuam sendo responsabilizadas pelos cuidados com a família e com a casa, embora ocupem espaços de trabalho na esfera pública. Em relação a isso, Tedeschi (2016, p. 32-33) considera que:

A divisão sexual do trabalho estaria então profundamente relacionada com as representações sociais vinculadas a mulheres e homens, no sentido de que o trabalho constitui a própria identidade masculina, enquanto as mulheres estão como que “provisórias” no mundo do trabalho, reforçando a valorização diferenciada entre homens e mulheres, e hierarquizando os gêneros.

Pelo que pude perceber, o mundo do trabalho das mulheres camponesas se refere a uma dinâmica cotidiana, do amanhecer ao anoitecer. Elas trabalham dentro de suas casas nas tarefas mantenedoras do lar e da família. Trabalham também fora delas, na roça, carpindo, cuidando de animais, construindo, colhendo. No entanto, conforme explicado acima, as mulheres são vinculadas quase unicamente às tarefas domésticas. Assim, seu trabalho fora de casa parece estar deslocado de sua “verdadeira” função.

Nesse sentido, de maneira mais ampla, porém semelhante ao exemplo das mulheres do assentamento – em meio à já exposta perturbação em relação à incorporação das mulheres nos espaços públicos – elas são questionadas também acerca de sua responsabilidade com os cuidados da casa. Conforme aponta Rago (2012), questionava-se como as mulheres, uma vez fora de seus lares, ocupadas em seus empregos, poderiam manter suas preocupações com os filhos e marido. Como seriam capazes de manter os cuidados com a casa e educar seus filhos? O que seria, de maneira geral, nas novas gerações, se as mulheres não mais contribuíssem com seu “nicho” social?

Só muito recentemente a figura da “mulher pública” foi dissociada da imagem da prostituta e pensada sob os mesmos parâmetros pelos quais se pensa o “homem público”, isto é, enquanto ser racional dotado de capacidade intelectual e moral para a direção dos negócios da cidade. Pelo menos até a década

de sessenta, acreditava-se que a mulher, sendo feita para o casamento e para a maternidade, não deveria fumar em público ou comparecer a bares e boates desacompanhada, e a política ainda era considerada assunto preferencialmente masculino (RAGO, 2012, p. 603).

Ainda assim, a dupla jornada de trabalho das mulheres continua sendo uma realidade muito presente para muitas trabalhadoras assentadas. Aliado a isso, o não reconhecimento de diversas atividades realizadas majoritariamente por mulheres demonstra ainda a grande discriminação em relação às tarefas historicamente atribuídas a elas.

Apesar de, e de maneira geral, ocuparem cada vez mais os espaços públicos, e trabalharem cada vez mais em empregos remunerados, as mulheres ainda convivem com uma grande desigualdade em relação aos homens. A partir da reflexão feita até aqui, compreendemos como o feminino e o masculino foram construídos historicamente através dos discursos do patriarcado. Essa história do passado/presente em relação às mulheres ainda se manifesta no cotidiano feminino. O assentamento rural e suas mulheres ainda estão submetidas a essas representações.

Isso tem como consequência uma diferenciação hierarquizada dos sujeitos e uma delimitação específica de espaços: vemos as mulheres enclausuradas na esfera privada, da casa, e responsabilizada pelos cuidados da família e manutenção do lar. Já aos homens foi designada a esfera pública, do convívio social, onde o trabalho é associado à produção econômica.

Assim, se concedeu uma posição de privilégio aos homens que, por obterem o monopólio da fala nos espaços públicos, contaram a história sob uma perspectiva masculina, não dando lugar às vozes das mulheres, que, por estarem confinadas em seus lares, não eram vistas e não contaram sua história.

Os papéis sociais de homens e mulheres também tiveram como consequência uma emblemática diferenciação na concepção do trabalho, a qual atribuiu ao trabalho masculino a ideia de trabalho produtivo. Já o trabalho feminino, dentro das casas, permaneceu invisível para a sociedade, ou seja, não reconhecido. Essa desigualdade passa por todos os aspectos das relações de gênero e trabalho das sociedades e, claro, pelas relações dentro do Assentamento Itamarati.

O trabalho na esfera pública – como as atividades na roça, na agricultura e na pecuária, de responsabilidade dos homens enquanto provedores do lar –, portanto, é reconhecido como a “principal” fonte de sustento da família. Já o trabalho da esfera

privada, ou seja, o trabalho doméstico, não é valorizado igualmente, embora seja fundamental e muitas vezes mais importante para a manutenção da pequena propriedade.

Tendo isso em vista, a partir daqui, faço um direcionamento para três pontos importantes para serem abordados no próximo capítulo: a história do assentamento dentro de um contexto da história agrária do estado de Mato Grosso do Sul; a história das trajetórias de migração das mulheres e suas famílias; e a participação das mulheres nos movimentos de luta pela terra que resultaram na chegada das famílias ao lote dentro do assentamento.

CAPÍTULO II

UM ASSENTAMENTO, MUITAS HISTÓRIAS.

“Eu trabalhava... Trabalhava bastante na roça quando nós ‘morava’ no Paraguai. Aqui eu já ia pra feira, pra um monte de lugar. Eu gostava dessa feira, [...] Então você não passa falta... Sempre ‘tá’ arrumando, ajeitando. A cabeça ‘tá’ trabalhando então é gostoso”.³³

“Eu desde criança fui da lavoura. Acho muito importante e tenho orgulho também de ser uma produtora. Toda vida fui. [...] Não ‘tô’ arrependida. Estudei até a quarta série e já saí da escola. Mas o que eu preciso aqui pra mim, ler e fazer conta, eu aprendi. Isso eu me ‘viro’... Tenho orgulho de ser produtora, agricultora”.³⁴

“[...] É ser uma mulher guerreira. Tem que ser uma mulher bem guerreira, se não... É uma pessoa que é da luta mesmo ‘né’. Uma pessoa persistente. Porque as coisas são mais difíceis que as outras pessoas pensam. Mas com fé em Deus consegue. Não é fácil. Mas consegue se for uma pessoa bem guerreira contra as dificuldades. Contra tudo que vem. Pra você ver essas pessoas da cidade. Essas pessoas tudo ‘bonitinha’, tudo bem ‘arrumadinha’. Não é queimado de sol. Não tem a mão tudo estregada igual da gente”.³⁵

³³ ENTREVISTA. Dona Celina (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 16/04/2016. 37 min. (aprox.), som.

³⁴ ENTREVISTA. Dona Dirce (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 08/07/2016. 23 min. (aprox.), som.

³⁵ ENTREVISTA. Dona Eva (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 08/07/2016. 20 min. (aprox.), som.

Para entender as relações de gênero e trabalho dentro do Assentamento Itamarati, penso ser necessário conhecer um pouco mais sua história dentro de um contexto regional. É importante também conhecer a trajetória de luta e dificuldades enfrentadas pelas famílias até chegarem o lote onde hoje estão estabelecidas. Com esse intuito, neste capítulo, trago para o texto duas análises que serão tratadas em dois momentos distintos.

No primeiro momento direciono a discussão para a história da trajetória das mulheres até a chegada ao assentamento. Discorro sobre a migração para o Paraguai, retorno para o Brasil, falando sobre os acampamentos nas rodovias. Por meio das memórias das entrevistadas, procuro evidenciar suas motivações, necessidades e dificuldades ao longo desse caminho. Em seguida, abro um “parêntese” para falar sobre a história do assentamento e do processo que transformou uma fazenda símbolo do agronegócio em um dos maiores assentamentos rurais da reforma agrária.

Através de minha pesquisa e do contato com as mulheres assentadas, pude conhecer sua história de luta. Essa luta é construída na cotidianidade das trabalhadoras rurais em meio a um contexto conturbado de conflitos que formam o cenário agrário da região do estado do Mato Grosso do Sul.

Ao propor um trabalho que tem como campo de pesquisa um assentamento rural consequente das políticas de reforma agrária do Brasil, a abordagem de algumas questões mais amplas e explicativas é necessária para contextualizar a pesquisa dentro de um determinado processo histórico. Dessa forma, para esta discussão, conduzo questões pertinentes a respeito do desenvolvimento agrário do estado de Mato Grosso Sul, onde se encontra o Assentamento Itamarati.

2.1 - Histórias de migração na região de fronteira: mulheres na busca pela terra em Mato Grosso do Sul.

A fronteira do Brasil com o Paraguai pode ser entendida como uma região de grandes transformações no âmbito social, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Essa região, situada na porção leste do território paraguaio, principalmente nas divisas do Paraguai com os estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, passa a ser cenário para um grande fluxo migratório de brasileiros que migram do Brasil em direção ao país vizinho. A respeito dos fenômenos migratórios, Ferrari (2007, p. 118) discorre que:

A imigração faz parte da história e da vida do homem, e foi por meio dela que novas culturas nasceram e novos sujeitos sociais apareceram. A imigração de pessoas em busca de melhores dias, por exemplo, resultado de um processo de expansão do meio físico para a monocultura e a automação do trabalho, surgiu como esperança e possibilidade de uma nova vida, mesmo que em território estranho, como é o caso dos brasiguaios.

A respeito dos “brasiguaios” e “brasiguaias” de uma forma geral, o autor explica o significado da expressão como a construção de uma nova identidade. Ele define os brasiguaios como brasileiros que se deslocam do Brasil para o Paraguai, e vice-versa, em busca de melhores condições de trabalho, assim como brasileiros que adquiriram propriedades no Paraguai, sobretudo durante as décadas de 1970 e 1980, e eventualmente se tornaram grandes proprietários do agronegócio na região.

No entanto, dentro do contexto que estamos analisando, a expressão “brasiguaias” adequa-se mais especificamente para designar as famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais pobres que, por diversos motivos, foram obrigados a deixar o Paraguai, regressando ao Brasil em busca de terra, como consequência de fatores como a expansão do agronegócio e a modernização do campo, além de diversas irregularidades no âmbito burocrático, principalmente em relação a posse das terras, precariedade de assistência e seguridades sociais, discriminação, corrupção e violência.

Me aproximo do entendimento do termo, primeiramente, enquanto representação de uma identidade de resistência e de luta. Em segundo, como referência aos brasileiros e brasileiras migrantes que viveram durante um determinado período no Paraguai, trabalhando na agricultura, como é o caso das mulheres assentadas que entrevistei para esta pesquisa. Muitas delas disseram ser brasiguaias. Portanto, em relação ao termo, compartilho da seguinte explicação:

Pontuamos que o sujeito social brasiguaias surge, num primeiro momento, com uma nova e diferente bandeira de luta pela terra, tanto no Paraguai quanto no Brasil, na medida em que ele se diferencia dos demais integrantes de movimentos sociais de luta pela terra. Com o passar do tempo, o tratamento do termo passa a ser de uso corrente, especialmente difundido pela imprensa e representando o brasileiro que está no Paraguai, que está ou esteve ligado às atividades rurais no País vizinho (BALLER, 2014, p. 94).

Através das entrevistas, pude observar com as mulheres assentadas que muitas famílias passaram por um longo processo de migração, saindo primeiramente das regiões sudeste, sul e/ou nordeste em direção à região sul do estado de Mato Grosso do

Sul. Posteriormente, migraram em direção ao país vizinho, por razões que abordo a seguir, passando por um período de bastante dificuldade antes de retornarem ao Brasil. De maneira breve, Dona Celina relata um pouco dessa sua trajetória de migração, enfatizando sua estadia no Paraguai, que tem início no fim da década de 1970:

Antes de vir para o lote eu trabalhava na cidade em Ponta-Porã. Mas eu sou do Paraguai. Saí do Paraguai e vim ‘pro’ assentamento. Eu nasci em Umuarama. Minha família “tá” quase tudo lá dentro de Umuarama. Lá morava eu, meu marido. Morava com a tia dele lá. Nós ‘se’ conhecemos lá. Casamos. Aí o pai dele tinha uma terra no Paraguai. Daí nós fomos morar no Paraguai na terra do meu sogro. Trabalhamos na terra dele muito tempo. Nós vivemos vinte anos no Paraguai [...] Nós tinha vinte e poucos anos de Paraguai. Aí voltamos pra cá. Eu gostei. Foi melhor. Mudou muito³⁶.

Notei com entrevistas como esta que o processo de migração é um aspecto fundamental para compreender a trajetória das mulheres assentadas. A decisão de migrar em direção ao Paraguai é tomada sobre uma perspectiva de melhores condições de vida que supostamente seriam encontradas naquele país. No entanto, essa estadia se mostrou difícil. Além disso, a decisão de migrar foi tomada pelo pai ou pelo marido e que, nesse sentido, as mulheres foram vistas como seguidoras dos homens, conforme a fala a seguir:

Eu vim pra ali perto de Dourados, Nova América. Depois fui pro Paraguai com seis anos de idade. Nos anos setenta. Eu morava ali em Nova América, aí depois meu pai também foi pro Paraguai à procura de um pedaço de terra, porque no Brasil aquele tempo era difícil. Mas eu acho que era ilusão da cabeça “né”. Porque foram pra lá e sofreram tanto. Foi tão difícil. Aí meu pai faleceu. Minha mãe tinha problema de coração. Aí foram tudo embora pra Campo Grande. Eu fiquei, porque nós já éramos casados. Aí em 2005 eu vim. Conseguimos um pedaço de terra aí viemos pra cá. Primeiro no acampamento. Aí depois saiu a terra... Cinco de junho saiu as terras. E “mudemo” pra cá dia 29 de julho. Viemos pra debaixo da lona³⁷.

Dona Eva, que chegou ao lote no ano de 2005 e está atualmente casada com cinquenta e oito anos, ao relatar sua trajetória até a chegada ao assentamento, traz a memória do pai e do marido, evidenciando uma forte presença da figura masculina enquanto condutora do sentido da migração. Em sua fala, Dona Eva menciona também

³⁶ ENTREVISTA. Dona Celina (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 16/04/2016. 37 min. (aprox.), som.

³⁷ ENTREVISTA. Dona Eva (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 16/04/2016. 34 min. (aprox.), som.

as dificuldades daquele momento, por volta dos anos de 1970, período de mudanças significativas no que diz respeito ao contexto agrário da região.

Um ponto importante de mencionar sobre a migração diz respeito ao aspecto familiar, que, para as mulheres mais do que para os homens, remete aos anseios e preocupações de exercer seu “papel” de mãe ou esposa. Ou seja, para as mulheres, os cuidados com a família significam constantes preocupações ao longo da sua trajetória de migração, uma vez que, segundo Tedesco (2010, p. 10), “tanto no local de origem quanto se estiverem reagrupadas, são as mulheres as que mais se responsabilizam pelo cuidado dos filhos”. A respeito disso, o autor diz:

Através da família, a imigração revela sua forte dimensão relacional, sua obrigação para com o todo – “melhorar a vida dos filhos”, “dar um melhor futuro pra eles”, é o que mais se houve dos pais. A história da família se revela nas relações que emigração produz. Quem tem mais vínculo moral e econômico com a família a transforma em seu centro de vida mesmo distante (idem, p. 9).

É preciso entender também que muitos conflitos na região de fronteira estão relacionados ao fenômeno migratório resultante, por parte do Brasil, da modernização da agricultura, responsável pela expropriação e expulsão de pequenos agricultores de suas terras. Dentre outros fatores, destacam-se dois principais que tiveram como consequência a ocorrência desse fluxo migratório.

Em primeiro lugar, a modernização do campo brasileiro, que gradativamente substituiu a mão de obra camponesa por maquinário. A partir dos anos 1960, a área rural brasileira passa por um processo de modernização que tem como consequência a expropriação de milhares de famílias camponesas que trabalhavam como arrendatários ou pequenos proprietários rendeiros. Em segundo, em contextos mais amplos, temos a abertura da fronteira do Paraguai para atrair mão de obra camponesa do sul do Brasil, com o intuito de trabalhar e colonizar as terras da região leste do Paraguai.

Essas mudanças significativas no campo foram fatores que levaram ao fluxo migratório de brasileiros sem ou com pouca terra rumo ao Paraguai, principalmente a partir da década de 1970, como consta na fala de Dona Ilse, que chegou ao Assentamento Itamaratí em 2008 e atualmente está com sessenta e três anos de idade.

Antes de fazer vinte anos, conheci o “marido”. Ele foi do Paraguai para o Rio Grande. Em janeiro ele veio resolvido para me levar, mas nessa época não casamos no civil [...] 1974, eu ia

fazer vinte anos no dia dezesseis de janeiro e no dia três nos casamos. Foi então que eu vim pro Paraguai³⁸.

“Ele veio resolvido me levar”: esse trecho da fala de Dona Ilse demonstra um consentimento sobre o ato de migrar, da decisão masculina sobre o corpo, sobre sua vida. Percebemos através de sua própria memória a invisibilização do feminino enquanto migrante, como relata Tedesco.

[...] é bom que se enfatize que as mulheres, mesmo com dados demonstrando crescimento, continuam sendo quase invisíveis ou agrupadas nas mesmas dimensões que os homens, porém, em processo de dependência, como alguém que vem depois, a estrada já foi aberta por homens; ou, quando o contrário acontece, os motivos não são bem visíveis e/ou racionalmente explicáveis (TEDESCO, 2010, p. 3-4).

Nesse período mencionado, o Brasil passa por um processo de transformação em sua estrutura agrícola chamado de “modernização conservadora”, que, segundo Ricardio (2011, p. 234) significa um processo de tecnificação e modernização da produção agrícola. Esse modelo é sustentado na substituição dos modelos tradicionais da agricultura familiar dos minifúndios pela dinamização técnica da base produtiva, conforme explica o autor.

As principais transformações estão relacionadas à inserção dos equipamentos agrícolas modernos, ou seja, há um processo de mecanização que insere um novo padrão de produção da agricultura. Essa modernização se mostra como um instrumento do capital industrial que tem como consequência a expropriação do valor da produção da agricultura familiar.

Desta feita, o conflito social que resulta da implantação da modernização conservadora na década de 1970 permite explicitar as novas relações complexas advindas da convergência da estrutura agrícola tradicional para os padrões técnicos de produção rural. A nova lógica técnica oportuniza a hegemonia duradora do capitalismo industrial sobre a agricultura familiar de pequeno porte, cabendo, assim, entender a própria natureza existencial da estrutura familiar de produção rural como apenas uma estrutura produtiva de reserva para a obtenção de mais lucro para os capitalistas. (RICARDIO, 2011, p. 238).

Sobre esse momento na história de Mato Grosso do Sul, Pereira (1997) diz:

³⁸ ENTREVISTA. Dona Ilse (Áudio-mp3). Produção: Losandro Antônio Tedeschi. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 10/11/2011. 39 min. (aprox.), som.

Durante a década de 1970, no então estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, deu-se a expropriação de pequenos proprietários já instalados, que desenvolviam a agricultura de subsistência. Com a instalação e a expansão do novo explorador, aumentou na região seu poder econômico e político sobre os demais produtores, especialmente os posseiros e os pequenos produtores, que se viram cada vez mais pressionados para deixar a posse de suas terras e acabaram sendo forçados a vender suas propriedades aos novos colonizadores, buscando o Paraguai como alternativa (PEREIRA, 1997 *apud* MENEGAT, 2009, p. 37).

Esses processos forçam inúmeras famílias do campo a migrarem para outras regiões em busca de trabalho, sobretudo para o estado do Paraná – não por acaso, estado de origem da maioria das mulheres que entrevistei. De acordo com Baller (2014), o Paraná foi um dos estados onde mais se registraram fluxos de migrantes em direção a outras regiões, como São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraguai. Segundo o autor, a modernização agrícola conservadora aumentou as áreas de monocultura, principalmente da soja, o que ocasionou a saída de cerca de 1, 2 milhões de pessoas do Paraná.

Através do relato a seguir, observamos aspectos dessa realidade. Nele, Dona Marli conta sobre sua ida ao Paraguai, ainda quando criança, junto com sua família:

Eu nasci no Paraná, depois com três anos fui pro Paraguai. Aí morei até os vinte e três anos, no Paraguai. Vinte anos no Paraguai. Estude... Casei [...] Meu pai comprou uma terra lá. Lá no Paraná a gente era arrendatário. Aí depois conseguimos a terra lá. Aí depois meu pai... Tinha que se aposentar. Aí tinha que trabalhar um pouco no Brasil, se não, ele não se aposentava³⁹.

Dona Marli e seu marido chegaram ao assentamento por volta dos anos de 2002 a 2005. Ela é natural do Paraná, casada e atualmente está com cinquenta e nove anos de idade. Por meio de sua fala também se observa a importância, ou melhor, a forte presença da figura masculina, no caso o pai. Em determinado momento dessa entrevista, ao mencionar o pai, Dona Marli fica alguns segundos em silêncio durante sua fala, quando diz: “Aí depois meu pai...”, como visto acima. Isso me leva a pensar primeiramente o quanto era significativa a presença do pai ao longo da trajetória de vida desta mulher. Em segundo, nota-se a relação de poder exercida pelo homem, quando fica evidente que cabia a ele muitas das decisões da família. Decisões que causam

³⁹ ENTREVISTA. Dona Marli (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 16/04/2016. 41 min. (aprox.), som.

grandes mudanças nas vidas dessas famílias, inclusive, para as mulheres, tais como: a reordenação das relações de trabalho.

Pollak (1989, p. 06) referindo-se aos judeus, vítimas do holocausto na Alemanha, nos fala que o silêncio se impõe às pessoas que querem evitar qualquer sentimento de culpa em relação a acontecimentos traumatizantes. Nesse sentido, no caso de Dona Marli, ao se lembrar do pai, seu silêncio, pode significar uma possível tentativa de não responsabilizá-lo por supostos aborrecimentos ao longo desta trajetória de migração. Talvez porque certas decisões tenham causado algum tipo de sofrimento para ela enquanto mulher e que, apesar disso, não tem a pretensão de culpar o pai, pois para ela isso seria considerado um desrespeito. Sobre isso, leiamos:

[...] existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, "não-ditos". As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos. (POLLAK, 1989, p. 8).

De fato, não posso saber como realmente foi a relação entre Dona Marli e seu pai. Posso, no entanto, apontar aspectos das relações de poder exercidas entre eles. Quando, por exemplo, ao preferir não culpar o pai, Dona Marli demonstra apreciação e respeito (de maneira submissa) em relação a ele. Isso demonstra como as representações do masculino enquanto figura central da família impõem sobre a mulher uma posição de inferioridade, de não autonomia em relação às decisões da vida cotidiana.

Voltando aos fatores que causaram o fluxo migratório em questão, como mencionado anteriormente, a partir dos anos de 1950, a porção leste do território paraguaio passou a ser um destino para migrantes do sul do Brasil. Como podemos observar através da fala de Dona Cida: “em 1955, meu pai chegou aqui. Veio de trem até Itahum, depois teve que pegar caminhão pra ir pra Caarapó. Ele veio pra colher café. Mas fizeram outra coisa, e perderam contato com a família”⁴⁰.

Famílias camponesas brasileiras migram para as regiões da fronteira com o Paraguai devido a uma abertura da fronteira promovida pelo então governo de Stroessner, que objetivava colonizar as regiões da fronteira leste do Paraguai, ocupando

⁴⁰ ENTREVISTA. Dona Cida (Áudio-mp3). Produção: Losandro Antônio Tedeschi. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 10/11/2011. 24 min. (aprox.), som.

as terras com as pessoas que já possuíam certa experiência com o trabalho rural. Como Ferrari (2009) também afirma, uma das finalidades do então presidente do Paraguai era colonizar as regiões de fronteira leste com camponeses do sul brasileiro, descendentes de europeus. O autor ainda menciona que já a partir dos anos 1950 muitos latifundiários brasileiros adquiriram terras nessa região do país.

O intuito dessa colonização era ocupar e desenvolver a produção agrícola de uma região habitada majoritariamente por descendentes indígenas. Segundo o discurso governamental da época, essa população indígena não possuía requisitos necessários para fazer a região prosperar economicamente. A ideia era transformar a fronteira leste do Paraguai em um corredor de produção de grãos para a exportação. Outro fator que contribuiu para a migração de famílias para terras paraguaias foi a expropriação de arrendatários que trabalhavam nas derrubadas de matas para a formação de pastagem de grandes fazenda da região sul do estado de Mato Grosso do Sul, no início de 1980.

Nesse sentido, compreende-se que os fatores de expulsão, por parte do Brasil, e atração, por parte do Paraguai, fizeram com que milhares de famílias se deslocassem para o Paraguai com a intenção de adquirir um pedaço de terra para trabalhar. Um elemento que também contribuiu para isso se refere ao aumento considerável dos valores do hectare de terra no Brasil, conforme explica Baller (2014):

Os números expressos relativos à diminuição de cultivos convencionais e ao aumento da mecanização agrícola, no Paraná, estão diretamente ligados a um terceiro elemento que constitui a questão central desse processo, a terra, mais precisamente, ao aumento gradativo da extensão de terras cultivadas e do valor do hectare no Brasil e no Paraguai (BALLER, 2014, p. 245).

Para o autor, esse aumento causa a formação de um mercado de compra e venda de terra entre os dois países, provocando uma reorganização do espaço na região de fronteira. Nesse contexto, é na década de 1970, durante governo de Stroessner, que acontece o ápice da migração de brasileiros em direção ao país vizinho. No entanto, a estadia dos brasileiros migrantes em terras paraguaias não ocorreu de maneira simples e tampouco pacífica. Dona Ilse relata que houve momentos, antes da volta definitiva ao Brasil, de busca por melhores condições em outras regiões, no caso na região de Mato Grosso:

Largamos nossa terra no Paraguai e fomos morar lá no norte do Mato Grosso. Porto Iguacu. No começo de “oitenta e oito”, quando descobri que estava grávida. Compramos uma colônia lá. Mas não nos acostumamos a ficar lá. Nosso filho mais velho

pegou malária, e resolvemos voltar, largamos tudo e voltamos pro Paraguai [...] Saímos em busca de uma situação melhor. E não encontramos. Então voltamos para o Paraguai, e continuamos trabalhando com menta⁴¹.

Ainda conforme Baller (2014, p. 250), o cultivo da menta, com a finalidade de extração de óleo, pelos brasileiros em terras paraguaias é, durante determinado período, expressivo. A menta serviria para “amansar”, nas palavras do autor, a terra e prepará-la para outras plantações.

Ao ouvir e analisar a história de Dona Ilse, entendi que muitas famílias buscaram no Paraguai melhores condições de vida. Essas mulheres passaram por uma trajetória bastante problemática, permeada por dificuldade, luta e resistência. Segundo o trecho acima, foram anos de muitas complicações. Notamos, nesse sentido, um conjunto de elementos que, em certo ponto, tornaram a permanência dessas famílias nas terras paraguaias insustentável, o que levou muitas pessoas a retornar para o Brasil. Dona Celina ainda relatou que, durante o período que viveu no Paraguai, sentia constantemente vontade de retornar para terras brasileiras:

Eu tinha vontade de vir embora. Mas era difícil pra gente vir. Aí quando apareceu esse acampamento... Disse que era bom. Eu tinha um medo de vir que Deus me livre. Aí até que meu marido resolveu vim. Aí ele veio sozinho. Ele veio primeiro, olhou o povo da “une” tinha ganhado terra, aí por isso que nós “veio”. Aí deu certo. Aí ficamos um ano e pouco e já ganhou a terra. Aí trabalhei em Ponta-Porã, mas trabalhei já quando “tava” no acampamento⁴².

A fala de Dona Celina revela alguns dos desafios das mulheres enquanto migrantes. Revela também a impregnação do estereótipo de mulher migrante como mera seguidora do marido ou do pai. Esses desafios dizem respeito ao reconhecimento da figura da mulher migrante como uma figura autônoma, de resistência, que exerce seu protagonismo de maneira silenciada pelo masculino.

De acordo com Assis (2003), homens e mulheres foram representados de maneiras muito diferentes enquanto migrantes. Aos homens, se atribuiu uma representação de migrante em busca de trabalho, de alguém que migra de uma região para outra por motivos relacionados a questões da esfera pública do trabalho e das relações políticas. Já as mulheres foram representadas enquanto “seguidoras” dos

⁴¹ ENTREVISTA. Dona Ilse (Áudio-mp3). Produção: Losandro Antônio Tedeschi. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 10/11/2011. 39 min. (aprox.), som.

⁴² ENTREVISTA. Dona Celina (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 16/04/2016. 37 min. (aprox.), som.

homens, ou seja, a figura feminina migrante foi vista como de alguém sem motivação própria, que estaria nas sombras das representações do masculino, nas palavras da autora, eram “dependentes passivas”. Isso ficou evidente nas falas das mulheres assentadas mencionadas anteriormente, que descrevem sempre a figura do pai como responsável pela decisão de migrar. Exatamente como podemos observar na fala de Dona Noemí⁴³: “Tinha uns tios do meu marido que descobriram essa terra lá. E acharam muito bom. Aí vieram e fizeram a cabeça do pai pra ir pro Paraguai também. Era bom. Naquele tempo era bom no Paraguai. Só que depois ficou ruim, ‘né’?”⁴⁴.

Isso se deve, segundo a autora, à compreensão da migração enquanto um fenômeno exclusivo do masculino que invisibilizou a participação das mulheres nesse processo. Essa compreensão ofuscou a inserção da força de trabalho feminina no sentido da migração. Essa força de trabalho é extremamente importante para a manutenção da própria operacionalidade do trabalho familiar.

Contraditoriamente, o cuidado com a família seria a causa dessa invisibilidade, conforme a citação a seguir sugere: “Os estudos de mulheres imigrantes, diferentemente dos estudos étnicos, definiram a família como um *locus* de opressão feminina, e não como ponto de partida para a solidariedade entre gêneros” (GABACCIA, 1992 Apud ASSIS, 2003, p. 36). A autora ainda coloca:

Ao incorporar a categoria gênero na análise dos fluxos migratórios, a migração deixou de ser analisada apenas como uma escolha racional de indivíduos sozinhos, mas emerge envolvida em redes de relações sociais, como uma estratégia de grupos familiares, de amigos ou de pessoas da mesma comunidade (ASSIS, 2003, p. 44).

É nesse sentido que a categoria gênero emerge como fundamental para a leitura dos fenômenos migratórios sob a perspectiva feminina. Por meio dela, percebe-se a importância da participação das esposas, mãe e filhas na manutenção da estrutura de trabalho no novo espaço ocupado pela família.

[...] elas obtêm, através de seu trabalho, rendimentos essenciais para a manutenção econômica de suas famílias na nova sociedade. Além disso, demonstram que conseguem articular o trabalho com uma série de atividades reprodutivas necessárias para manter os membros da família na força de trabalho (ASSIS, 2003 p. 44).

⁴³Dona Noemí chegou ao Assentamento Itamarati por volta dos anos de 2002 e 2003. Está casada e tem aproximadamente sessenta anos de idade.

⁴⁴ ENTREVISTA. Dona Noemí (Áudio-mp3). Produção: Losandro Antônio Tedeschi. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 10/11/2011. 30 min. (aprox.), som.

Assim como no caso das mulheres assentadas que entrevistei, a responsabilidade com os cuidados da casa e da família manteve a força de trabalho feminina às margens, não valorizado em comparação aos homens, embora fossem protagonistas e fundamentais para o sucesso da família durante a trajetória de migração.

Um bom exemplo disso está no relato de Dona Eva, quando fala a respeito da estadia no Paraguai. Quando perguntada sobre esse período, ela relata suas atividades como “ajuda” ao marido, não percebendo o quanto essenciais eram. “Eu ajudava ele. Aí ele vinha pro barraco. Eu ficava. Eu mais os dois filhos. Puxava água num poço de trinta e três metros pra dar água para as crianças. Eu e meu filho que fazia esse serviço. Sofremos muito também. E ele vinha pra cá ficar nos barracos, ‘né’?”⁴⁵.

Por isso, para as mulheres, o desafio de migrar é mais difícil, mais problemático, como podemos observar na fala de Dona Celina, mencionada anteriormente, quando relata seu medo da mudança. O medo era de sair rumo às incertezas e falta de garantias de condições favoráveis para que pudessem exercer suas funções. Medo de não encontrar nos novos territórios condições de cuidar dos filhos, da casa, do marido, demonstrando suas preocupações coletivas.

Sobre isso, segundo Tedeschi (2012, p. 6), através das memórias das mulheres migrantes brasiguaias, percebemos que durante o período de colonização em terras estrangeiras as referências ao sofrimento são constantes. As mulheres evidenciam as insatisfações por não conseguirem, em meio a muitas dificuldades, como falta de dinheiro e de estrutura, cuidar devidamente dos filhos, do marido e da casa.

Nesse sentido, ao estudar as histórias de vida das famílias migrantes nessa região de fronteira, relatamos experiências de adaptação, luta por terra, choque e conflito de valores e de costumes e busca por melhores condições de vida. Consta-se a formação de uma identidade como resistência às dificuldades encontradas.

O protagonismo dessas mulheres requer mudanças sistemáticas. Por isso, ao falar de migração, as identidades devem ser pensadas à luz de uma construção constantemente remodelada, como as brasiguaias. Segundo Tedeschi (2012, p. 10), “elas também relatam a dificuldade de adaptação, tanto na ida para as terras paraguaias como para o processo do acampamento, uma espécie de desenraizamento, sentimento de perda das suas ‘origens’”.

⁴⁵ ENTREVISTA. Dona Eva (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 08/07/2016. 20 min. (aprox.), som.

Podemos notar, portanto, um conjunto de fatores econômicos, jurídicos, políticos e sociais que dificultaram em vários aspectos a permanência das famílias brasileiras nas regiões do leste do Paraguai. De certa forma, todas essas dificuldades enfrentadas pelas famílias contribuíram para que surgisse o movimento de brasiguaios e brasiguaias na luta por direitos, em meados dos anos de 1980.

Nesse sentido, também notamos, a partir de então, a relação dessas famílias com os movimentos sociais e sindicais, sua participação e importância em uma trajetória de luta. Por isso, direciono agora a reflexão para uma breve contextualização histórica da crescente colocação desses movimentos em nível regional. Embora algumas questões mencionadas a partir daqui não digam respeito, especificamente ou diretamente, às mulheres assentadas do Itamarati, acredito ser oportuna essa abordagem no sentido de discorrer um pouco sobre aspectos históricos desse período.

Assim, diante da possibilidade de adquirir um pedaço de terra em território brasileiro, por meio da instalação dos assentamentos da reforma agrária, muitas famílias viram uma oportunidade para deixar as dificuldades encontradas no Paraguai e retornar ao Brasil na esperança de melhores condições de vida. Embora o processo de retorno e a conquista do lote no assentamento não tenham sido fáceis, muitas famílias se arriscaram e largaram uma vida de anos fora do Brasil.

Nesse momento de retorno ao país de origem, para as famílias migrantes em terras estrangeiras, se intensifica um processo de luta pelo qual passariam durante anos árduos, estabelecendo-se em acampamentos de barracos de lona nas beiras de estradas à espera das terras. Foi nesse momento e nessas condições que os movimentos sociais e sindicais tiveram maior participação na vida das famílias.

2.2 – A luta pela terra.

A respeito da redistribuição de terras por meio da reforma agrária, Deere (2004) explica que no Brasil as mobilizações para esse fim se iniciam por volta da década de 1960. Dentro de um contexto de crescimento, o movimento camponês, como denomina a autora ao se referir à mobilização dos trabalhadores rurais, se organiza a fim de lutar contra o sistema de distribuição fundiária tradicional e suas consequentes injustiças.

Esse movimento se forma por meio da atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e também através da Comissão Estadual de Sem-Terra do estado de Mato Grosso

do Sul. A partir de 1980, começam a ser organizadas reuniões com o objetivo de formar lideranças entre as famílias estabelecidas em território paraguaio para reivindicar e ocupar terras latifundiárias no Brasil. Sobre esse momento, podemos conferir como se deu a mobilização da CPT em relação à emergência das lutas por terra no cenário de possibilidade da Reforma Agrária:

No decorrer dos anos, o debate define-se na luta pela terra, propiciada pela problemática da Reforma Agrária, lançada pela Nova República. Dentre as atividades organizadas, estavam aquelas ligadas diretamente à fé e à religiosidade das pessoas: missas, batizados, casamentos, reuniões [...] todas aproveitadas como momento de união, discussão e esclarecimento dos problemas reais da sociedade (FARIAS, 2006, p. 125).

A autora se refere especificamente à participação da CPT em um grupo de famílias no acampamento América Rodrigues da Silva, em 1986, na região da cidade de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. Acredito que essa mobilização se deu de maneira semelhante em outros acampamentos, como podemos observar no relato de Dona Ilse, que fala sobre a participação da Igreja em relação às famílias em terras paraguaias, enfatizando algumas melhorias trazidas por ela:

Era difícil, às vezes se visitava. Eu mesma fui morar no meio do mato, então não tinha famílias por perto. Depois disso, nesses últimos tempos, começou a nossa igreja. E ficou melhor, mais movimentado, mais moradores⁴⁶.

Notamos, então, que a CPT exerceu uma função de mediadora das questões sociais com as famílias que buscavam naquele momento uma melhor opção para viver e trabalhar. Em um âmbito prático, e a exemplo de sua atuação, o movimento pressionou o então governo brasileiro para que assentasse os brasiguaios e brasiguaias, surgindo os projetos Novo Horizonte e São José do Jatobá. A partir daí, para as famílias em território paraguaio, se intensificou um processo de luta por terras em território brasileiro com a possibilidade de retorno ao país de origem.

Junto a isso, em um contexto totalmente desfavorável para a permanência no Paraguai, mais de mil famílias migraram de volta ao Brasil, principalmente a partir do ano de 1985, com a divulgação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Muitas famílias que retornavam para o Brasil pela possibilidade de adquirir um pedaço de terra para trabalhar acabaram se organizando em grandes acampamentos em beira de estradas

⁴⁶ ENTREVISTA. Dona Ilse (Áudio-mp3). Produção: Losandro Antônio Tedeschi. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 10/11/2011. 39 min. (aprox.), som.

ou em praças como, por exemplo, a praça principal da cidade de Mundo Novo, no estado de Mato Grosso do Sul. Nesse momento, o envolvimento com os movimentos sociais ganhou força, sendo fundamental em muitos casos para algumas das conquistas dos trabalhadores do campo. Sobre esse período, Farias (2006, p. 132) descreve que:

Consideramos, durante o período, a existência de uma realidade com dois elementos convergentes: um Estado frágil, buscando encobrir os conflitos sociais, não possibilitando o acesso à informação sobre as lutas sociais e conflitos no campo, mas que ao mesmo tempo desejava o apoio e a legitimidade popular, utilizando para isso os meios de comunicação a fim de divulgar o PNRA.

Também penso ser válido lembrar que, em um contexto de expropriação dos camponeses, os trabalhadores e trabalhadoras passam a reivindicar a terra por meio de ocupações de latifúndios de forma mais explícita no final de 1970 e início dos anos 1980, pelo movimento dos trabalhadores arrendatários no Sul do Estado (CPT, Apud ALMEIDA, 2006, p. 122). A CPT inicia um trabalho de base nas comunidades, com o objetivo de articular a ocupação de terras, promovendo também o encontro das lideranças dos movimentos de sem-terra. Sobre isso, percebemos na fala de Dona Maria Luci, casada, atualmente com trinta e seis anos de idade, um pouco do envolvimento da CPT com as famílias de migrantes no Paraguai.

Meu pai trabalhava muito com madeira aquele tempo, em 1985. E lá em Santa Catarina “tava” meio difícil. Aí meu pai, pegaram e vieram para o Paraguai. Aí morou no Paraguai uns dois anos, também mexendo com madeira. Eu tinha uns três anos de idade. Foi em “oitenta e quatro” Aí ficou um ano no Paraguai, mas também “tava” complicado lá. Aí surgiu o primeiro acampamento no Mato Grosso do Sul, que foi lá em Mundo Novo. Aí chegaram lá na região que meu pai morava: ‘ah tem assim o acampamento, você pode conseguir um pedaço de terra’. Aí meu pai pegou e foi. Através da CPT. Aquele tempo era só CPT, não tinha MST, CUT “né”⁴⁷.

A CPT tornou possível uma base para a formação do MST no estado de Mato Grosso do Sul, passando ambos a atuar juntos nos movimentos de reivindicações pela terra. As ocupações passam a ganhar mais atenção e mobilização. Evidenciando os problemas existentes em relação à reforma agrária dentro do estado. Menegat (2009) explica que, em meados dos anos 80, se inicia o primeiro Programa Regional de

⁴⁷ ENTREVISTA. Dona Maria Luci (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 08/07/2016. 48 min. (aprox.), som.

Reforma Agrária, como consequência das pressões protagonizadas pelos movimentos sociais.

Com a crescente autonomia adquirida pelo MST em relação às decisões na articulação da luta pela terra, o entendimento com a CPT torna-se uma dificuldade, causando, assim, a separação dos movimentos. Assim, a partir do ano de 1991, a CPT passa a direcionar sua atuação diretamente nos assentamentos, enquanto o MST passa a atuar na articulação dos trabalhadores do campo ainda em luta por terra, não deixando, porém, de exercer atividades nos assentamentos.

Segundo Almeida (2006), existem quatro períodos marcantes na luta pela terra no estado de Mato Grosso do Sul. O primeiro momento compreende os anos de 1980 a 1985. Este período representa a conquista de seis assentamentos estabelecidos pelos governos federal e estadual. O segundo momento, compreendido pela autora entre os anos de 1986 e 1990, corresponde à implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), momento em que dezesseis assentamentos foram criados.

O terceiro momento compreende os anos de 1991 a 1995, quando a política de assentamentos foi reduzida – apenas seis assentamentos foram implantados nesse período – e passou-se a combater as ocupações de terra. O quarto e último momento compreende os anos de 1996 a 2000. Para a autora, esses anos representam uma retomada na luta pela terra e a conquista dos assentamentos. Nesse período, foram criados mais de noventa assentamentos rurais no estado de Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, trago agora um pouco da história do estado sob uma perspectiva do processo de desenvolvimento do capitalismo agrário. Com isso, podemos refletir sobre o cenário conturbado em que as mulheres do Assentamento Itamarati estão inseridas. Um cenário historicamente marcado por conflitos pela terra.

2.3 - A história agrária em Mato Grosso do Sul: terra desigual.

A questão agrária na região do estado de Mato Grosso do Sul é bastante complexa. Para entender melhor essa história, vamos primeiramente expandir a discussão para um contexto um pouco mais amplo, analisando brevemente a história agrária do Brasil, que possui uma estrutura de distribuição de área rural extremamente desigual. Para Avelino (2008), a organização e a propriedade das terras no Brasil demonstram uma estrutura ainda consequente da distribuição de terra do início do período colonial. Essa distribuição fundiária tem como consequências, além da

concentração da posse da terra e das desigualdades, alguns aspectos que contribuem para o desenvolvimento de um sistema capitalista dentro do campo.

Um desses aspectos seria a “acumulação de capital”, outro resquício dos tempos da economia de produção escravista, que teria grande importância no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Conforme aponta Gorender (2013, p. 23), “foi no bojo do modo de produção escravista colonial que se deu em grande parte a acumulação originária de capital para o início do capitalismo no Brasil”.

Entendo que o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil como um todo teve como consequência a criação de relações de trabalho capitalistas no ambiente rural e, posteriormente, a industrialização do campo, que modificou os meios de produção e as relações comerciais. O desenvolvimento capitalista no campo, segundo Martins (1994) proporcionou a manutenção de um sistema fundiário baseado na renda extraída da posse da terra, tendo como resultado um processo de exclusão e exploração de trabalhadores e trabalhadoras rurais, sendo iniciado já na primeira metade do século XX, conforme podemos conferir nesta argumentação:

A história da intervenção estatal na agricultura brasileira foi marcada pela priorização da grande produção voltada para a exportação e do grande latifúndio. A política agrícola nacional, desde os seus primórdios nos anos 1930, teve como eixo central de atuação a ideia da "modernização conservadora", que consistia na tecnificação da produção e na manutenção da grande propriedade como lastros fundantes do desenvolvimento do setor rural (FONTE, 2010, p. 72).

Para a autora, esse modelo de desenvolvimento se deu de maneira bastante desigual, pois não contemplou a massa de agricultores familiares das pequenas e médias propriedades voltadas tradicionalmente para a produção de alimentos. Ainda neste aspecto, conforme aponta Oliveira (2001), as contradições no processo de desenvolvimento do capitalismo agrário resultaram na presença contraditória dos trabalhadores e trabalhadoras rurais dentro de um modelo capitalista latifundiário. Esse sistema obriga as pessoas a desempenhar diversas relações de trabalho que não fazem parte de suas concepções no que diz respeito ao próprio trabalho no campo, ou seja, em formas de trabalhos de mão de obra assalariada ou em parcerias.

Também para ele, grande parte dos inúmeros e complexos conflitos presentes no campo são consequências de um processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, que aconteceu de maneira desigual e contraditória. Esse processo teve também como

consequência o desenvolvimento do trabalho assalariado no campo e, junto a isso, o desenvolvimento da produção camponesa voltada para a agricultura familiar.

Isso acabou, de certa maneira, modificando as concepções de trabalho e até mesmo do modo de vida camponês, sobretudo a partir do momento em que obrigou a venda da força de trabalho nas terras dos grandes proprietários ou a migração para outras regiões em busca de melhores condições de vida, iniciando assim, uma árdua luta pela terra. Nesse sentido, Menegat (2009, p. 37), a respeito da expropriação e exploração da força de trabalho camponesa, argumenta que:

Essa separação, em que o trabalhador perde sua propriedade e seus instrumentos de trabalho, propicia o aparecimento da expropriação, primeiro passo para a instauração do capitalismo no campo. A expropriação do trabalhador criou os elementos necessários para que ocorresse a outra face do processo de reprodução capitalista, ou seja, a exploração do trabalhador, uma vez que este já não possuía os instrumentos de trabalho e tinha que vender sua força de trabalho.

Ainda a respeito disso, Silva (2013, p. 164-165) ressalta a questão da desigualdade como algo inerente ao desenvolvimento do capitalismo e à industrialização da agricultura:

Esse processo foi profundamente desigual, eu diria até mesmo parcial; seja por região, produto, tipo de lavoura, tipo de cultura, tipo de produtor, principalmente; ou seja, aqueles produtores menos favorecidos tiveram menos acesso às facilidades de crédito, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos etc., e apresentaram graus menores de evolução, especialmente da sua produtividade. Ficaram, portanto, para trás, “perderam o bonde”.

Essa desigualdade tem como resultado consequências diversas, entre outras, a expropriação de trabalhadores rurais e a exploração da mão de obra. Quanto a isso, podemos dizer que a expropriação dos trabalhadores camponeses foi uma motivação para que eles se organizassem e passassem a se articular politicamente em grupos e movimentos com o intuito de lutar pelos direitos à terra.

Segundo Fonte (2010, p. 59), “a década de 1950 foi marcada pela emergência das lutas sociais no campo e pela organização do movimento social de camponeses e trabalhadores rurais” com a intenção de reivindicar a redistribuição de terra e a instauração de direitos para os trabalhadores rurais. Alguns exemplos citados pela autora são a fundação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil (ULTAB), no ano de 1954, e a Liga Camponesa em Pernambuco, no ano seguinte.

Esses foram pontos iniciais desses movimentos, que posteriormente resultariam na fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), em 1963.

O movimento pela reforma agrária foi oriundo de várias frentes e com diferentes formas de luta pela posse da terra, e por melhoria das condições de trabalho grande repercussão no período do governo de João Goulart. Após mais de dez anos de discussão no Congresso Nacional, foi promulgado, em 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo aos trabalhadores rurais alguns dos direitos que há muito tempo haviam sido concedidos aos trabalhadores urbanos (FONTE, 2010, p. 59).

Nessa lógica, posteriormente, algumas organizações voltadas para as questões dos trabalhadores rurais ganham maior expressão, como alguns movimentos sociais, sindicais e a Comissão Pastoral da Terra – esta que, durante a década de 1970, surgiu como um importante meio de expressão e articulação dos movimentos sociais e trabalhadores do campo. Nesse contexto, surgem diversas formas de organização e movimentos motivados pela luta no campo, como o próprio MST, principal exemplo.

A distribuição desigual da terra causou muitas conturbações, tais como uma intensa disputa por terra entre latifundiários, trabalhadores e trabalhadoras sem-terra e ainda as comunidades indígenas do estado de Mato Grosso do Sul, o qual possui uma estrutura de distribuição de terra bastante concentrada. Tal fato deve-se, de certa forma, à maneira como muitas terras foram adquiridas no passado, sobretudo no período da primeira metade do século XIX. Grande parte das pessoas que adquiriram terras não necessitavam dela para produção de subsistência nem tinham esse objetivo, faziam a compra vislumbrando, na realidade, a valorização das terras para uma possível venda no futuro. Nesse sentido, muitas terras acabaram sendo vendidas para fazendeiros que concentravam uma parte significativa dos latifúndios. Menegat (2009) entende a concentração fundiária no estado como uma herança da frente de colonização desta região.

O estado de Mato Grosso do Sul tem sua economia baseada na pecuária, como a atividade mais tradicional, e como estrutura fundiária predominante o latifúndio, herança do modelo implantado pelos seus colonizadores quando do avanço, no século XIX e início do século XX, da frente de colonização em direção às áreas ainda não ocupadas da região Centro-Oeste (MENEGAT, 2009, p. 33).

Em um primeiro momento, a agricultura se desenvolve de maneira mais intensiva nas regiões sul e sudeste. No decorrer do tempo, com a falta de terras

disponíveis para fins da ocupação agropecuária, junto à constante necessidade de produção cada vez maior, direciona-se a produção para novas regiões, causando, assim, uma expansão agrícola. É nesse contexto que o estado de Mato Grosso do Sul emerge como uma região de produção do agronegócio em potencial. Evidentemente, ao longo de um determinado processo histórico, essa região se tornou uma região importante no tocante ao próprio agronegócio e, além disso, uma região muito complexa no que diz respeito à ocupação de suas terras.

Foi somente durante a segunda metade do século XIX que a região sul do então estado de Mato Grosso passa a ter a criação de gado como atividade principal. Essa região passa a ser ocupada por uma frente colonizadoras no final do século XIX e início do século XX, como resultado da vinda de arrendatários do estado do Rio Grande do Sul em busca de terras para a pecuária.

Esse pode ser considerado um dos fatores responsáveis por grandes mudanças no cenário regional agrícola do estado. Houve uma relativa vinda de pequenos produtores rurais procedentes do Rio Grande do Sul à procura de novas terras para aumentar sua produção, como consequência da insuficiência de terras em seu estado. Esses pequenos produtores são obrigados a migrar para novas regiões, conforme aponta Terra (2009, p. 66): “o esgotamento agrícola no Rio Grande do Sul, a rápida valorização das terras e o intenso processo de concentração fundiária naquele estado foram fatores determinantes no processo de modernização da agricultura sul-mato-grossense”.

Segundo Menegat (2009), a vinda dos colonos para a região do Mato Grosso se deu pela alta valorização das terras em seu estado de origem e pelas facilidades encontradas com relação à obtenção de créditos bancários. Ainda no aspecto da expansão, fatores como a crise do café e a segunda guerra mundial contribuíram para a expansão da pecuária, pois, nesse período, houve um aumento da demanda da carne por parte do mercado internacional, desta forma, favorecendo o avanço da frente pioneira através da colonização de lotes particulares e governamentais.

Nesse contexto, o Mato Grosso do Sul tornou-se estratégico na incorporação de novas áreas, tanto pela sua posição geográfica, como por suas características físico-ambientais, que propiciavam a expansão da produção agropecuária nos padrões da nova agricultura moderna, baseada no pacote tecnológico da “Revolução Verde” (TERRA, 2009, p. 66).

Sob uma perspectiva mais ampla, em termos nacionais, e com o objetivo de atender às demandas populares nas regiões mais pobres do país, o então presidente Getúlio Vargas implantou uma política populista de “doação de terra” aos trabalhadores

rurais sem-terra. Essa política criava certas condições para o crescimento do capital no campo, da mesma forma que incentivava o minifúndio, tornando viável a existência da mão de obra em regiões onde esta estava em falta.

Já durante o governo do presidente João Goulart, aprovou-se a primeira legislação trabalhista determinando que direitos dos trabalhadores urbanos – entre os quais, o direito de organização sindical – seriam também aplicados aos trabalhadores rurais. Ainda nesse contexto, a autora também evidencia a criação de um instituto de reforma agrária e a introdução de uma legislação com o intuito de definir potenciais áreas para serem expropriadas, portanto, para serem redistribuídas por meio da proposta de reforma agrária.

No entanto, a durabilidade deste projeto foi curta, sendo interrompido a partir de 1964 com a instalação da ditadura militar. Desde então, o discurso conservador da “modernidade” e do “desenvolvimento” ganha força, permeando cenário nacional. Com isso, se inicia o processo de industrialização do campo, que vem como uma consequência do próprio processo de desenvolvimento do capitalismo, já consolidado nesse período.

Ao longo dos vinte e um anos de duração da ditadura militar da direita conservadora no Brasil, a questão da redistribuição fundiária permaneceu praticamente sem atenção por parte dos militares. Segundo Fonte (2010, p. 60): “o golpe militar em março de 1964 encerra este período crítico da história agrícola e agrária brasileira, promovendo enorme retrocesso na organização política dos trabalhadores e sua luta pela reforma agrária”. Deere (2004) corrobora:

Pouco foi realizado com relação à redistribuição de terra durante o regime militar, uma vez que os militares estavam submetidos à tradicional classe de proprietários, e seu primeiro interesse foi o de apoiar a modernização da agricultura. A política do governo, na década de 1970, centrou-se na modernização das fazendas através de um abundante crédito subsidiado. Quanto maior a propriedade, maior o crédito, encorajando a crescente concentração de terra (DEERE, 2004, p. 178).

Ainda conforme a autora citada acima, muito pouco foi feito, uma vez que os interesses dos militares estavam muito mais relacionados ao apoio à modernização da agricultura, contribuindo para aumentar ainda mais o nível da concentração da terra.

[...] a redefinição da política agrícola brasileira iniciada em meados da década de 1960 e intensificada na década de 1970, favoreceu a expansão da fronteira agrícola amparada em

subsídios e crédito. Na agricultura mato-grossense, segundo a autora, vários programas específicos foram implantados com a finalidade de modernizar e dinamizar a produção agropecuária, criando assim dois processos de desenvolvimento caminhando em paralelo: a produção intensiva e a produção extensiva (TARSITANO, 1991 *apud* MENEGAT, 2009, p. 35).

Já no ano de 1985, segundo Deere (2004), com o fim da ditadura militar e a redemocratização do país, a questão da redistribuição fundiária volta a ter mais atenção por parte do governo com a criação de um Ministério para a Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (MIRAD), junto com a proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (PNRA-NR), ambos realizados pelo então presidente José Sarney. De acordo com a autora, essas medidas tinham o “objetivo de desestimular a migração rural-urbana e encorajar a produção em pequena escala. Para tal, sua administração teve como objetivo expropriar quarenta e três milhões de hectares de terra e assentar 1,4 milhão de famílias em um período de quatro anos”. (p. 179).

Para a região sul do então estado de Mato Grosso, esse período também é marcado por um grande “impulso colonizador”, como aponta Menegat (2009, p. 34-35):

A década de 1970 é tida como o marco em que se deu o grande impulso colonizador, quando fazendeiros [...] oriundos das regiões Sul e Sudeste do Brasil, especialmente dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, dirigiram-se a Mato Grosso, a fim de trabalhar com culturas mecanizadas no plantio de cereais, como a soja e milho. Essa fase da colonização do estado se diferencia das anteriores pelo fato de a clientela envolvida no processo já ser possuidora de vasta tradição agrícola [...] além da familiaridade com o crédito agrícola, melhor instrução e infraestrutura (máquinas e instrumentos) necessária para o desenvolvimento rural.

A autora ainda ressalta que, em meio a esse processo histórico de ocupação do estado, ocorreu no ano de 1979 a divisão geopolítica entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. No entanto, “a criação do novo estado não implicou em mudanças em sua estrutura fundiária, pois ela se manteve organizada a partir da grande propriedade” (op. cit., p. 42).

A respeito do estado de Mato Grosso do Sul, especificamente, Terra (2009, p. 66) demonstra algumas mudanças relevantes que ocorreram na produção.

Inserida nesse processo, a economia sul-mato-grossense, que até o final da década de 1960, fora baseada na produção policultora de base familiar e fornecedora de gado magro para as invernadas paulistas, passou por profundas e significativas mudanças com a expansão das lavouras mecanizadas de trigo e

soja, fortemente integradas aos interesses agroindustriais. O desenvolvimento desse sistema que mudou também o perfil socioeconômico de Mato Grosso do Sul, é resultado da convergência simultânea de vários acontecimentos desencadeados a partir do final dos anos 1960.

O contexto de ocupação e concentração fundiária no estado perdurou ao longo da década de 1980 praticamente sem nenhuma forma de resistência mais expressiva. Somente a partir de 1990 esse cenário se modifica com a intensificação das mobilizações por meio dos movimentos sociais na luta pela divisão das terras, conforme afirma Menegat (2009, p. 42): “esse quadro só ganhou outra dimensão em meados dos anos 1990, quando se intensificaram as políticas de divisão de terras, motivadas pelas pressões dos movimentos sociais organizados.” É nesse contexto que se insere o Assentamento Itamarati, surgindo como um símbolo de conquista dos movimentos em prol da reforma agrária e redistribuição da terra.

As mulheres, objeto desta pesquisa, caminharam e lutaram inseridas nesse contexto de disputa por terra que se configurou sobretudo a partir de 1960 e se intensificou nos anos 1990. O surgimento do assentamento é também o resultado da luta dessas mulheres pela terra. Tendo isso em vista, a partir daqui abordarei a história do assentamento especificamente.

2.4 - De fazenda a assentamento rural: a história do Itamarati.

A região onde se encontram atualmente os Assentamentos Itamarati I e II foi, no passado, o local onde se estabeleceram dois grandes projetos privados, a Companhia Mate Laranjeira, em um primeiro momento, e, mais recentemente, a fazenda Itamarati. Inaugurada no ano de 1973, a fazenda pertenceu ao Grupo Itamarati, conhecido como o maior produtor de soja do Brasil nas décadas de 1970 e 1980. No decorrer dos anos, o empreendimento fracassou, tendo sua área transformada em um dos maiores assentamentos da reforma agrária no Brasil.

No que diz respeito ao que podemos chamar aqui de “trajetória histórica” do assentamento, ou seja, o processo histórico que transformou essa região em um dos maiores assentamentos da reforma agrária, Terra (2009) nos ajuda a compreender de maneira mais detalhada as implicações e transformações que levaram uma das fazendas mais relevantes como símbolo de empreendimento em agronegócio a se tornar um dos maiores assentamentos do Brasil. “A implantação da Fazenda Itamarati teve início em

1973, quando o empresário adquiriu 25.000 hectares de terras que pertenceram à Companhia Mate Laranjeira” (TERRA, 2009, p. 67).

Para o autor, a relevância do empreendimento enquanto agronegócio pode ser comprovado através de números e registros que dizem respeito à proporção dos negócios. “Combinando tecnologia de ponta e técnicas inovadoras de administração, a Itamarati acostumou-se a bater recordes. Nos anos de 1980, ficou conhecida como a maior plantação de soja do mundo” (op. cit., p. 73).

A dimensão territorial por si só não credencia uma empresa a ser qualificada como um megaempreendimento, porém esta qualificação torna-se evidente quando observamos o aporte tecnológico, os recursos técnicos e humanos empregados, o número de pessoas mobilizadas, os resultados econômicos auferido, a importância econômica - não só para a economia estadual -, enfim, a dimensão alcançada pelo empreendimento ao longo dos cerca de trinta anos de sua existência (op. cit., p. 67).

O autor explica que, durante o período em que esteve à frente da fazenda, o grupo Itamarati se tornou uma grande empresa da agropecuária. Seu dono, Olacyr de Moraes, ficou conhecido nesse período como o “rei da soja”, chegando a se tornar um dos maiores produtores de soja em nível mundial. A empresa contava ainda com alta tecnologia em sua produção, dispondo dos mais variados equipamentos e maquinários de ponta, além de uma mão de obra qualificada.

No entanto, mesmo contando com um elevado nível de modernização e produtividade, o empreendimento não foi capaz de deter o fracasso que levou à desapropriação da terra para fins de “Reforma Agrária”. Assim, “em meados da década de 1980, quando os recursos públicos destinados ao crédito oficial começam a escassear, a Fazenda Itamarati entra em decadência” (op. cit, p. 79).

Evidentemente, existiram vários e determinantes fatores que tiveram como consequência o processo que levou à falência desta fazenda. Em primeiro lugar, a troca do administrador. Segundo o autor, o novo administrador não obteve eficiência em sua gestão. Em segundo, a saída de muitos funcionários – portanto, da mão de obra qualificada da fazenda –, pois não eram oferecidas condições de permanência aos empregados. A respeito disso, de maneira mais detalhada, Terra (2009) demonstra uma junção de vários fatores que contribuíram de alguma forma para a crise e posterior venda da fazenda.

Apesar de se configurar como um modelo, o império agropastoril da Itamarati começou a ruir em 1995. Problemas

econômicos ligados à agricultura - fim dos subsídios, baixos preços dos produtos agrícolas e queda da produtividade -, o custo trazido pelo Plano Real, a ciranda financeira, perspectivas de investimento em outros setores produtivos (ferroviário, bancário e industrial), a forma de gestão familiar dos negócios - incluindo as crises da família Moraes -, todos esses, entre outros aspectos, constituem uma série de fatores que, isolados e/ou conjugados, resultaram numa crise estrutural, com o crescimento das dívidas, que levou à venda da Fazenda Itamarati (op. cit., p. 79).

Durante os anos de 1995 e 1996, Olacyr de Moraes, já diante da decadência da empresa, passa a considerar uma provável negociação da propriedade para fins de reforma agrária. Segundo afirma o autor, a ideia de negociar a propriedade seria uma articulação de interesses encontrada pelo empresário para se desfazer de um empreendimento fadado ao fracasso econômico, obtendo ainda um lucro considerável e sendo, ainda, considerado como uma espécie de promotor da reforma agrária.

Na tentativa de cobrir parte das dívidas, o proprietário chegou a oferecer trezentos milhões de reais para o governo pela posse da fazenda. A proposta foi recusada e posteriormente foi preciso entregar metade da propriedade para o Banco Itaú, conforme demonstra o autor:

Para tentar cobrir parte de suas dívidas, Olacyr ofereceu a fazenda inteira por 300 milhões de reais ao governo federal, que não aceitou a proposta. Um ano depois precisou entregar metade da propriedade ao Banco Itaú, representado por uma de suas subsidiárias, a Tajhyre S/A Agropecuária para garantir o pagamento de dívidas. (op. cit., p. 80).

A partir de então, o banco segue em busca de interessados para comprar as terras, uma tarefa difícil, uma vez que os números da fazenda – tamanho, estrutura e valor – eram muito grandes. Outro fator que contribuiu para a dificuldade do banco em encontrar interessados foi o fato de o mercado estar passando por um momento de esfriamento no estado. Dessa forma, como explica o autor: “o Banco Itaú procurou o governo com uma oferta melhor: entregaria metade das terras da fazenda por R\$ 27,6 milhões a serem pagos em quinze anos, com Títulos da Dívida Agrária” (op. cit., p. 81).

Finalmente, em 2001, o Governo Federal repassou a área ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) implantando, assim, o Assentamento Itamarati I. A implantação do assentamento é bastante emblemática se pensarmos a respeito da concentração fundiária na região, ou seja, o assentamento representa um ideal de redistribuição e desconcentração de terra. Para as mulheres assentadas, significa não só

uma oportunidade de produção e melhores condições de vida, mas também a implantação de um modelo de trabalho e produção da vida camponesa. Nogueira (2011, p. 60) observa a redistribuição da terra após a implantação do assentamento:

Nesse contexto, fazendo uma relação entre o agronegócio da antiga Fazenda Itamarati, onde a renda ficava concentrada nas mãos de um único proprietário (latifundiário) ou um grupo empresarial, e a distribuição de terras feita pelo projeto de assentamento, temos que o Assentamento trouxe a oportunidade de produzir-se um território capaz de dar moradia e alimento a 1.143 famílias, além das possibilidades de venda do que é produzido.

Segundo a autora, com a implantação do assentamento ocorre uma “desterritorialização”, ou seja, o território se modifica, ganha um novo sentido. O que antes representava o “monocultivo” e a concentração de renda passa, com a ocupação camponesa, à policultura, propiciando trabalho, renda e moradia para inúmeras famílias.

Em busca dessas condições, durante o processo de desapropriação das terras da fazenda, parte dos trabalhadores rurais sem-terra pressionava o governo pela implantação do projeto da reforma agrária. Esses trabalhadores se estabeleciam em acampamentos de barracos de lona nas beiras das rodovias à espera do lote dentro do assentamento. Nesse ponto da história, especificamente, encontrei o envolvimento direto das mulheres que entrevistei. Em suas falas, ao contar sua trajetória de vida, elas descreveram exatamente o momento que estiveram acampadas nas beiras de estrada.

Os relatos das mulheres camponesas nos mostram que sua trajetória até a chegada ao assentamento não foi fácil, como podemos perceber na fala de Dona Cida, quando perguntada sobre as razões que a fizeram migrar junto com sua família:

Por que íamos tentando melhorar, buscando condições melhores. Saímos do sitio do meu sogro quando casamos. Faz trinta e nove anos. Meu marido ia trabalhar nas fazendas como empregado. Em 1992 meus sogros morreram, e fomos pra Novo Horizonte. E de lá pra cá tudo foi dando errado, tivemos que vender tudo⁴⁸.

A migração por busca de melhores condições de vida é uma constante que acompanhou a vida dessas mulheres, construindo-as como sujeitos de uma história sofrida e de muita luta. É neste ponto, portanto, que a história do assentamento se converge com a história das mulheres assentadas e suas famílias.

⁴⁸ ENTREVISTA. Dona Cida (Áudio-mp3). Produção: Losandro Antônio Tedeschi. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 10/11/2011. 24 min. (aprox.), som.

Por isso, conduzo a discussão para o envolvimento das mulheres com os movimentos de lutas por direitos e pela terra. A trajetória de busca por melhores condições de vida é percebida na maioria das famílias que entrevistei.

Na história de suas trajetórias, as mulheres vivenciaram momentos de muitas dificuldades e de resistências, lutaram ao lado dos homens pelo direito à terra, compartilhando as mesmas ideias e objetivos. No entanto, mesmo sendo protagonistas da resistência e luta pela terra, o poder das representações e do imaginário patriarcal continuou atuando como invisibilizador de tal protagonismo e história, como veremos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO III

O FAZER-SE FEMININO CAMPONÊS: AS MULHERES CONSTRUINDO A POSSE/PERMANÊNCIA DA TERRA.

Eu sou a terra, eu sou a vida.

Do meu barro primeiro veio o homem.

De mim veio a mulher e veio o amor.

Veio a árvore, veio a fonte.

Vem o fruto e vem a flor.

Eu sou a fonte original de toda vida.

Sou o chão que se prende à tua casa.

Sou a telha da cobertura de teu lar.

A mina constante de teu poço.

Sou a espiga generosa de teu gado

e certeza tranqüila ao teu esforço.

Sou a razão de tua vida.

De mim vieste pela mão do Criador,

e a mim tu voltarás no fim da lida.

Só em mim acharás descanso e Paz.

Eu sou a grande Mãe Universal.

Tua filha, tua noiva e desposada.

A mulher e o ventre que fecundas.

Sou a gleba, a gestação, eu sou o amor.

O cântico da terra

Cora Coralina

A década de 1990 é singular na história por se tratar de um período importante no que diz respeito à participação das mulheres na luta por direitos. Evidentemente, essa luta não se inicia somente a partir de 1990, ainda assim, podemos constatar a importância e a relevância que se deu a partir desse período à luta das mulheres assentadas.

Para assentadas do Itamarati, esse momento é marcado pela intensificação dos movimentos de luta pela terra no estado de Mato Grosso do Sul. Foi nesse período que muitas famílias deixaram suas vidas no Paraguai e retornaram ao Brasil para se estabelecer em acampamentos de lona nas beiras das rodovias. Devo lembrar que, a partir da redemocratização do Brasil, em 1985, com o fim dos árduos anos da ditadura militar, o sentimento da concretização do Plano Nacional da Reforma Agrária se afluou. Devido a isso, muitas famílias se arriscaram a passar por anos extremamente difíceis nos barracos de lona, na esperança de conquistarem um lote nos assentamentos que se formavam na época, a exemplo do próprio Itamarati.

Esta fase é marcada também pelo aumento da participação das mulheres nos movimentos sociais do campo em um âmbito nacional. A partir disso, as pautas femininas começaram a ganhar mais expressão, atraindo cada vez mais um número maior de mulheres para os debates e as reivindicações políticas. Essa mobilização teve como consequência o surgimento de movimentos de mulheres camponesas em localidades regionais ao redor de todo o país. Posteriormente, no Assentamento Itamarati surgiria o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), mencionado por muitas das entrevistadas que participaram desta pesquisa.

Assim, neste capítulo, trago para a discussão três questões que considero importantes: primeiramente a história da participação das mulheres nos movimentos sociais de luta pela terra sob uma perspectiva mais ampla, abordando alguns movimentos pioneiros que influenciaram o surgimento do MMC, assim como outros movimentos de mulheres no campo.

Em segundo, o momento da conquista do lote e da chegada das mulheres e suas famílias ao Assentamento Itamarati, evidenciando os olhares femininos sobre esse acontecimento tão emblemático para essas famílias. Por fim, analiso como se constituem as relações de gênero e trabalho dentro dos lotes. Uma vez assentadas, as famílias tiveram que, de certa forma, se transformar para se adaptar e sobreviver em uma nova realidade.

Nessa perspectiva, a discussão buscará uma análise histórica um pouco mais ampla da participação das mulheres nas mobilizações políticas de luta por terra e direitos, sobretudo a partir das décadas de 1980 e 1990. Para isso, será feito um recorte direcionado à inserção gradativa feminina dos sindicatos e movimentos sociais do campo, visando situar esses sujeitos de minha pesquisa como protagonistas da conquista da terra.

3.1 Mulheres em movimentos: a luta pela terra e direitos.



Foto 01⁴⁹: MIRANDA, Guilherme L. G. Jornada Nacional das Mulheres Camponesas. Dourados-MS. 2012.

Ao longo do tempo, as mulheres historicamente demonstram sua presença e participação em um contexto de lutas por justiça, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. As mulheres tiveram, ao longo desse processo, uma importante contribuição na construção de uma sociedade mais justa.

No contexto dos assentamentos rurais e da luta por terra e direitos dos trabalhadores rurais, a participação feminina também é extremamente importante. A intensidade da mobilização e da participação das mulheres nos movimentos sociais foi essencial em relação a muitas conquistas durante a década de 1980. Entre as principais, podemos destacar a conquista à aposentadoria aos cinquenta e cinco anos de idade e a licença-maternidade remunerada.

⁴⁹ As fotografias expostas são apenas ilustrativas/demonstrativas. Não foi o intuito desta pesquisa construir uma análise a partir dessas imagens.

Deere (2004, p. 176) destaca também as reivindicações a favor do título de propriedade conjunta de terra da reforma agrária para casais. Essa bandeira apareceu com maior notoriedade após uma das maiores mobilizações de mulheres até aquele momento, em suas palavras: “essa marcha em Brasília foi conhecida como Marcha das Margaridas”.

Apesar disso, a inserção das mulheres nessa esfera aconteceu aos poucos. Como abordado anteriormente a respeito da formação dos principais movimentos de luta pela terra, nos primeiros anos da segunda metade do século XX, as mulheres não tinham ainda muito espaço, não eram ouvidas, suas questões eram tidas como secundárias e sem relevância.

O sindicalismo rural em construção não estava atento para essas questões até porque a visão de mundo dos trabalhadores (e trabalhadoras) rurais era bastante conservadora. A Igreja via a mulher como referenciada ao lar e à família. Os comunistas, apesar de incentivarem sua participação fora de casa, criando entidades de mulheres desde os anos 1950, como a Federação de Mulheres do Brasil, consideravam esse trabalho muito difícil de ser concretizado, além de ser visto como secundário em relação à centralidade da luta de classes e a outras tarefas que a militância partidária exigia (LIMA, 2010, p. 104).

Com o passar dos anos, a luta pela terra para mulheres, assim como sua participação na esfera pública, em diversos cargos políticos e administrativos, foram fatores relevantes para destacar a atuação feminina. A presença mais constante e efetiva dentro dos movimentos sociais também contribuiu para reforçar a ocupação feminina nos mais diferentes espaços, assim como para tornar as questões relacionadas às mulheres mais expressivas, ou seja, fazer com que suas vozes fossem mais ouvidas.

As mulheres, no contexto de avanço do feminismo no Brasil, com bandeiras de cunhos social, sexual e de gênero, rompem com a pauta exclusivamente androcêntrica dos movimentos sociais e passam a ocupar outros espaços, colocando sua agenda em prol da equidade de gênero. A fotografia do cartaz a seguir, demonstra uma das pautas das mulheres do MST: “Sem feminismo, não há socialismo”.



Foto 02⁵⁰. MIRANDA, Guilherme L. G. Jornada Nacional das Mulheres Camponesas. Dourados-MS. 2012.

De acordo com Pinto (2003) foi em meados da década de 1970 que o feminismo, no Brasil, ganhou mais expressividade. Nesse momento, o movimento deixa as especificidades de grupos pequenos para se incorporar a segmentos sociais de maior amplitude, o que se constitui um marco para a participação das mulheres na esfera pública.

A década de 1970 lançou para o mundo e para o Brasil a questão da mulher. No Brasil [...] a particularidade da implantação do movimento deu-se por conta de uma paradoxal situação. Por um lado, o regime militar e repressivo não via com bons olhos qualquer tipo de organização da sociedade civil [...] Mas o paradoxo se constitui na medida em que as mulheres também não encontravam guarida entre os grupos que lutavam contra a ditadura. [...] no fim da década havia um fato inegável: o movimento feminista existia no Brasil. Frágil, perseguido, fragmentado, mas muito presente, o suficiente para incomodar todos os poderes estabelecidos, tanto dos militares como dos companheiros homens de esquerda (PINTO, 2003, p. 66).

Essa conjuntura “respinga” nos movimentos sociais do campo quando pautas como a saúde e a violência doméstica ganham expressividade a ponto de permear diferentes espaços da sociedade, chegando, assim, ao contexto das mulheres trabalhadoras rurais.

⁵⁰Fotografia de um folder do MST tirada durante a Jornada Nacional das Mulheres Camponesas em Dourados-MS.

Dona Celina demonstra, em sua fala, o quanto pensa ser importante que as mulheres se juntem e se organizem, porque assim, conforme aponta, as mulheres conseguem mais visibilidade. Ao relatar sobre isso, ela traz à tona a importância dos movimentos de mulheres na atualidade e reforça seu compromisso com o coletivo:

O papel da mulher é muito importante. Esse espaço da mulher é muito importante e ajuda muitas que querem fazer alguma coisa. Porque muitos não têm oportunidade. Nesse grupo você consegue uma oportunidade, e aquela que quer ir, vai pra frente. Ele abre a mente de várias pra poder trabalhar. Porque tem mulher que não abre a mente. Enquanto “tá” ali só não se ajuda. Então eu acho muito importante. Tem que participar! Os grupos de mulher ajudam, fortalece muito⁵¹.

Os grupos funcionam como uma espécie de encontro para trocas de experiências e aprendizados. Por meio dos encontros, as mulheres compartilham impressões, inquietações, angústias ou satisfações com a comunidade.

Esses grupos de mulheres formam um espaço de resistência e articulação feminina no sentido de prosperar a favor de sua inserção na vida pública, nos espaços públicos do assentamento, ou seja, nas escolas, nas feiras, nos postos de saúde e em demais espaços onde se exerça participação política. Quando falavam sobre sua participação coletiva com outras assentadas, se sentiam acolhidas, abraçadas, compreendidas, além disso, essa participação às fortalecia dentro do assentamento, como evidencia a fala de Dona Celina, a seguir: “A gente sozinha não faz muita coisa, mas organizado faz. A gente nota por essas pessoas, [...] nunca saímos dos grupos assim. Mas tem gente aqui perto que nunca entrou num grupo e então fica mais difícil”⁵².

Essa percepção de que “organizadas fazemos”, remete a uma memória sobre a história de luta e movimento de mulheres no Brasil por justiça social e direitos. Pauta essa construída pelo movimento feminista e incorporado gradativamente à luz do próprio movimento no campo, nas décadas de 1980 e 1990, como mencionado anteriormente.

Podemos analisar a articulação das mulheres dentro dos movimentos sociais, como mostra Deere (2004, p. 176): “as mulheres rurais, no começo da década de 1980, começaram a participar em número crescente de sindicatos rurais e do Movimento dos

⁵¹ ENTREVISTA. Dona Celina (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 16/04/2016. 37 min. (aprox.), som.

⁵²Idem.

Trabalhadores Rurais Sem Terra”. A autora ainda coloca que as “eclesiais de Base e grupos de mulheres organizados pela CPT na década anterior muitas vezes forneceram a experiência formativa que levou as mulheres a questionar a injustiça social, frequentemente ligada a questões de saúde e de educação” (op. cit., p. 180).

A imersão feminina no movimento de mulheres trabalhadoras rurais tem forte relação com a própria intensidade e o crescimento dos movimentos sociais. Nesse contexto, as mulheres iniciam sua participação na política e nas articulações perante o universo dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de maneira muito mais organizada, o que conseqüentemente tornou essa participação mais efetiva e notável.

Como base para a emergência da mobilização feminina, temos anteriormente um contexto cada vez mais propício para o surgimento de questões específicas das mulheres em um cenário mais amplo e que posteriormente se dispersaria para diferentes localidades, influenciando mobilizações de níveis mais regionais. Conforme nos conta Lima (2010),

Com a entrada massiva da mulher no mercado de trabalho; com o avanço dos métodos contraceptivos, que possibilitou maior controle sobre o número de filhos e outro olhar sobre a sexualidade; com as lutas levadas na Europa no final dos anos 1960, que questionavam não só a sociedade estabelecida, mas valores e comportamento da própria esquerda; com a atenção voltada não só à exploração de classe, mas a outras formas de opressão; estavam dadas as condições para outra visão sobre o que se costumava denominar como "questão da mulher" (LIMA, 2010, p. 109).

Nesse cenário, começam a emergir diferentes movimentos no campo voltados para as questões femininas. Nas regiões nordeste e sul, podemos destacar, por exemplo, a Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR-SUL) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE). Tedeschi (2016, p. 20) cita outro exemplo de mobilização feminina, dessa vez no Rio Grande do Sul:

O movimento de mulheres trabalhadoras rurais (MMTR) surgiu nos “clubes de mães”, nas diferentes comunidades da região (mas não apenas nela), cujo objetivo inicial era meramente a promoção da sociabilidade, com atividades que reforçavam os papéis femininos convencionais. Progressivamente foram introduzidos, nas reuniões, temas de discussão sobre a situação social e econômica do campesinato, levando à organização das mulheres em núcleos locais que se constituíram posteriormente no MMTR.

Embora esses movimentos não tenham relação direta com as mulheres do Assentamento Itamarati, ou melhor, não fizeram parte das trajetórias de vida dessas mulheres, foram importantes para incentivar a formação de outros movimentos ao redor do país, como o MMC. Semelhantemente, mesmo que esses outros movimentos não digam respeito diretamente ao MMC, eles foram importantes para influenciar suas pautas e lutas.

Em meados da década de 1980, somente uma pessoa por família poderia ser membro de um sindicato, segundo Deere (2004, p. 180). Sendo assim, na maioria dos casos, quem desempenhava o papel de participação nos sindicatos eram os homens, entendidos como “chefes” de família. Para a autora, “as mulheres eram raramente consideradas como trabalhadoras da agricultura, seu trabalho sendo invisível”.

Ainda a respeito da impossibilidade das mulheres de participar dos sindicatos, Lima (2010, p. 104) explica que:

No meio rural, contudo, os sindicatos ainda estavam se estruturando. Nesse contexto, e sendo os sindicatos considerados espaços masculinos, as mulheres dificilmente se sindicalizavam. Até porque havia o entendimento de que, na medida em que o marido ou pai era sindicalizado, ela, sendo sua dependente, não precisaria fazê-lo.

Pode-se dizer, portanto, que a inserção gradativa das mulheres ocorreu de maneira não tão expressiva nos primeiros momentos, mas, com o tempo, conquistou força e credibilidade. Dessa forma, nos primeiros anos da década de 1990, a ANMTR trabalhou em duas frentes: na reivindicação da garantia de direitos previdenciários, com aposentaria para homens e mulheres aos sessenta e cinquenta e cinco anos, respectivamente; e pela aprovação do projeto da licença-maternidade remunerada.

Conforme as organizações foram adquirindo força e destaque, surgiu a necessidade de consolidar a ANMTR. Nesse contexto de consolidação, ocorreu, no ano de 1995, o I Encontro Nacional da Articulação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil, na cidade de Jundiaí (SP), com representantes de dezoito estados brasileiros e um total de 51 participantes. Nesse contexto de articulação e participação das mulheres, se entendem as relações de gênero como uma questão essencial dentro dos movimentos sociais e na luta de classes (ANMTR, 1997).

Percebendo isso, muitas mulheres trabalhadoras rurais se mobilizaram para consolidar sua participação política através dos movimentos. Já nos primeiros anos, a partir de 2000, houve a criação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). O

MMC, em particular, mostrou-se como parte importante desta pesquisa. No ano de 2004 o MMC se consolidou como um relevante movimento social de mulheres. Nesse ano, durante o I Congresso Nacional do MMC, na cidade de Brasília, o movimento se mostrou como um movimento autônomo de mulheres que tem em seus princípios a luta por justiça, liberdade e solidariedade (MMC, 2004).

A origem do MMC está fortemente relacionada à Igreja. O movimento começa a se formar por volta de 1980, no interior do estado de Santa Catarina, dentro dos grupos de oração das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Em diversos municípios as mulheres camponesas sentiam a necessidade de serem ouvidas e valorizadas. [...] No dia 01 de maio de 1983, em Nova Itaberaba, na época distrito de Chapecó, algumas mulheres passaram a dar organicidade a um grupo. A principal motivação para a participação das mulheres na luta era a oposição sindical. Mas elas também traziam presente questões referentes ao seu cotidiano de discriminação, exploração do trabalho, endividamento, preços baixos dos produtos, êxodo rural, entre outros (MMC, 2008, p. 09).

Nesse contexto, começam a surgir outros movimentos de mulheres nas regiões rurais do Brasil. Isso motivaria a criação de um movimento de âmbito nacional, assim, no ano de 2004 foi criado o MMC do Brasil (MMC, 2008).

Nos anos da década de 1980 se consolidaram diferentes movimentos de mulheres nos estados, em sintonia com o surgimento de vários movimentos do campo [...] Motivadas pela bandeira do Reconhecimento e Valorização das Trabalhadoras Rurais, desencadeamos lutas como: a libertação da mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários (salário maternidade e aposentadoria), participação política entre outras. [...] Em 1995, criamos a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo as mulheres dos seguintes movimentos: CPT, MST, Pastoral da Juventude Rural - PJR, Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA. [...] Depois de várias atividades nos grupos de base, municípios e estados e com a realização do Curso Nacional (de 21 a 24 de setembro/2003), que contou com a presença de 50 mulheres, vindas de 14 estados, representando os Movimentos Autônomos, apontamos os rumos concretos do movimento como também decidimos que terá o nome de: Movimento de Mulheres Camponesas.

A grande relevância do MMC para esta pesquisa se dá por sua presença no Assentamento Itamarati. Ao longo de toda a minha pesquisa de campo, em meio a

muitas conversas, o MMC foi mencionado pelas mulheres. Por exemplo, Dona Marli conta um pouco sobre sua participação movimento e fala da importância dele, sobretudo no que diz respeito à sociabilidade entre as mulheres do assentamento e na motivação para incorporar as mulheres em relações de trabalho e comércio, como formas de buscarem sua independência e autonomia.

Assim, os primeiro tempos, logo que saiu o acampamento lá, não participava tanto as mulheres, eram mais poucas. Aí depois foi mais socializando assim, aumentou a participação da mulher. As irmãs também trazia bastante encontro, bastante curso. O grupo da Irmã Olga. É que até hoje tem o grupo do MMC “né”. Das mulheres camponesas... Eu mesmo faço parte do grupo [...] Pra mim é muito importante. Pra mim foi muito bom, tipo assim, incentivou “né”... Assim de como fazer, como organizar. E também na convivência “né”. Porque você aprende a conviver com as outras pessoas, porque é difícil “né”. É, tipo assim, quando tem encontro. Esse ano não teve por causa da chuvarada, mas sempre tem. E conhece muitas pessoas assim. Eu já participei muito. E tem os grupos das mulheres que fazem coisas pra comer. Tudo que aprendeu nesses cursos “né”. Tipo de fazer compota de fruta, essas coisas tudo a gente já fez curso. Só não participou quem não quis, mas sempre tem oportunidade. Então pra isso o MMC ajudou muito⁵³.

O MMC é entendido como de caráter feminista por ser um espaço de fala de mulheres para mulheres e também por sua postura política e ideológica, que coloca em evidência questões relacionadas às relações de gênero e à luta das mulheres pela igualdade. Embora não seja reconhecido pelas mulheres como um movimento de caráter feminista, pode-se dizer que o movimento carrega bandeiras do feminismo. Além disso, estabelece relações com outros movimentos e organizações como a Via Campesina, a Cooperativas de mulheres e até mesmo com a Igreja, uma vez que esta possui grande participação dentro dos assentamentos.

⁵³ ENTREVISTA. Dona Marli (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 16/04/2016. 41 min. (aprox.), som.



Foto 03: MIRANDA, Guilherme L. G. Encontro das mulheres camponesas no dia internacional da mulher. Núcleo Urbano do Assentamento Itamarati. 2013.

As práticas políticas do MMC se baseiam em questões consideradas como essenciais da Agroecologia, buscando construir uma nova maneira de pensar a produção no campo. Dona Maria Luci, nos traz a memória dos primeiros anos do movimento em sua fala:

Dentro desse “participar” do movimento de mulheres surgiu uma... Através da irmã Olga surgiu uma oportunidade da gente fazer homeopatia popular. Porque a Irmã, analisando, ela entendeu que o Itamarati era muito precário na questão da saúde. Há uns dez anos mais ou menos. Em 2006, por aí “né”. Aí a gente fez esse curso durante dois anos. De homeopatia popular. Aí começamos a atuar bem devagarzinho. A gente tinha um pouco de medo de começar⁵⁴.

No Assentamento Itamarati, o MMC se faz presente na atualidade. O movimento se articula no sentido de reivindicar condições para permanência e manutenção das famílias dentro do assentamento. Em uma das minhas entrevistas, enquanto conversava com Dona Eliane, seu marido, Eduardo, quando perguntado pela esposa sobre sua lembrança a respeito dos movimentos das mulheres, trouxe também a memória o MMC no assentamento ao dizer que:

Essa organização apareceu mais aqui, quando surgiu o Assentamento Itamarati. Aí a Irmã Olga veio, e ela começou organizar esse MMC. Mas até então, quando era acampado, não tinha essa organização [...] Não tinha. Ia tudo atrás do marido... Mas a participação era coletiva. Era misturado, com um único

⁵⁴ ENTREVISTA. Dona Maria Luci (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 08/07/2016. 48 min. (aprox.), som.

interesse, que era buscar a terra. Não tinha assim, um grupo específico de mulheres para discutir a questão da terra⁵⁵.

Ela e seu marido chegaram ao assentamento no ano de 2006. Dona Eliane tem hoje trinta e dois anos de idade. É natural de Guia Lopes-MS, e antes de conquistar e se estabelecer no atual lote, passou, junto com sua família, por um acampamento na rodovia durante três anos.

Mesmo em se tratando de um relato masculino, a fala de Eduardo é relevante para pensarmos alguns aspectos: primeiro, por confirmar, assim como descobri ao longo da pesquisa e do convívio no assentamento, que a mulher referida, Irmã Olga, é a principal liderança do movimento das mulheres neste local – conforme também nos relatou Maria Luci, anteriormente.

Em segundo, notamos como a fala masculina, de Eduardo, silencia as mulheres quando diz que elas seguiam seus maridos. Isso remete ao não reconhecimento, muitas vezes, das mulheres enquanto protagonistas e como personagens fundamentais naquele período. Sugere que as mulheres não teriam motivações pessoais, mas familiares, coletivas, por estarem fortemente associadas às representações da “dona de casa”. Quando diz que a participação era coletiva, Eduardo também confirma o que Colling (2014, p. 12) chama de “universalidade” da linguagem masculina, que inclui as mulheres dentro de uma concepção androcêntrica de coletividade.

Percebemos, então, dois momentos distintos no que diz respeito ao envolvimento das mulheres com os movimentos sociais e com a organização coletiva de mulheres. Ao longo da trajetória de migração, o período de estadia nos acampamentos, o qual podemos entender como um processo de luta pela terra, as mulheres não participavam de movimentos feitos por mulheres para as mulheres, como o MMC, mas sim de movimentos com pautas não relacionadas às questões de gênero especificamente. Essa participação se dava no sentido de buscar um objetivo específico, que era a conquista do lote no assentamento. Como abordado anteriormente, nos tempos da “lona”, as mulheres participavam na luta ao lado dos homens, com objetivos e motivações únicas e específicas daquele momento.

Uma vez dentro do lote, havia a necessidade de articulações e mobilizações para propiciar a permanência, reivindicando melhorias em diversas questões, como saúde, trabalho e educação. As reivindicações, portanto, eram diferentes daquelas do período

⁵⁵ ENTREVISTA. Eduardo, In: Dona Eliane (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 08/07/2016. 11 min. (aprox.), som.

de acampamento. Nesse segundo momento, que podemos chamar de ‘período pós conquista da terra’, as relações se modificam, uma vez que a própria luta e a mobilização coletiva se modificam.

Os papéis de homens e mulheres incorporam diferenças que não existiam ou não se manifestavam nos tempos do acampamento, quando as necessidades muitas vezes motivavam um tipo de relação diferente. Isso significa dizer que, a partir da conquista do lote, as mulheres “retornam” a exercer papéis atribuídos a sua identidade de gênero, sendo responsáveis pela casa e pelos filhos.

As mulheres, portanto, agora com outras habilidades fora do âmbito doméstico, passam a exercer dentro do assentamento um papel diferente daquele que exerciam no acampamento. Depois de assentadas, suas atividades são mais voltadas a interesses familiares, como podemos observar na fala de Dona Eliane, quando perguntada a respeito das dificuldades enfrentadas pelas mulheres no assentamento:

A maior dificuldade que eu vejo aqui é em relação as crianças... Não tem curso... Assim, tem nas escolas projetos, mas é pouco. No caso, tinha que ter curso de língua, computação, profissionalizante, porque tem muito jovem aqui “né”. E nessa parte “tá” bem fraca. Não tem onde você levar o filho pra fazer um curso de violão, música, uma dança, para as crianças se desenvolver mais. Não tem⁵⁶.

Dona Eliana também revela, assim, sua memória de identificação com o MMC. Notei através desta fala, que a mobilização das mulheres ganhou força após a chegada ao lote, no sentido de ocasionar experiências importantes para o desenvolvimento e a aprendizagem de maneira coletiva.

A gente tem assim, mais encontros, geralmente em março, no dia da mulher “né”. Elas vêm, dão palestra, palestra com psicólogo, advogado, é interessante. Tem curso também que trazem pra cá, como de fazer artesanato, e bananeira. Já teve curso de derivados do leite⁵⁷.

A vida das mulheres dentro do Assentamento Itamarati, participando do MMC, nos leva a pensar a respeito do que Deere e León (2002, p. 36) chamam de

⁵⁶ ENTREVISTA. Dona Eliane (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 08/07/2016. 11 min. (aprox.), som.

⁵⁷Idem.

empoderamento⁵⁸ feminino. As autoras exemplificam o conceito a partir do sentimento de conquista, de valorização e de consciência das mulheres enquanto sujeitos sociais.

Isso pode ser visto no assentamento quando as mulheres descrevem sua participação nos grupos e à frente nos movimentos de luta pela terra e nas mobilizações políticas da comunidade.

Enfim, em todos esses momentos citados existem mulheres que tomam a frente e reivindicam seu espaço e reconhecimento, bem como seus direitos enquanto trabalhadoras rurais. Reivindicam melhores condições de vida para suas famílias e para a comunidade, por um futuro melhor para seus filhos.

3.2 Construindo um novo espaço de desafios e sonhos: a precariedade dos primeiros anos no Assentamento Itamarati sob o olhar das mulheres.



Foto 04: MIRANDA, Guilherme L. G. Encontro das mulheres camponesas no dia internacional da mulher. Núcleo Urbano do Assentamento Itamarati. 2013.

Neste momento, exponho um pouco das impressões das mulheres assentadas a respeito dos primeiros anos das suas vidas dentro do lote. Através de seus relatos, procuro refletir sobre as mudanças no cotidiano das famílias que, após passarem por um período de espera nos barracos de lona, se deparavam com outro desafio: construir um novo espaço para a própria família e para a comunidade.

⁵⁸ O argumento do empoderamento reconhece que os direitos das mulheres à terra são decisivos para aumentar seu poder de barganha dentro da família e da comunidade, para acabar com sua subordinação aos homens e, assim, atingir uma real igualdade entre homens e mulheres (DEERE, 2004, p. 177).

As famílias, ao chegarem ao assentamento naquele momento, vivenciavam uma experiência nova. Uma situação nova em um espaço novo, que ainda não estava pronto. Um espaço “verde”, que levaria tempo e muito trabalho para “amadurecer”, pois, nos primeiros momentos, esse espaço não apresentava condições físicas imaginadas ou desejadas pelas famílias. Por conta disso, existiu por algum tempo um clima de incertezas, como mencionado anteriormente, com relação ao futuro naquele lugar.

Dona Maria relata um pouco desse momento de desilusão e insegurança das famílias. Quando perguntada sobre como foi o início no assentamento, respondeu: “Dormindo no chão, cobertor embaixo... Gurizinho pequeno, eu, meu ‘véio’, meu outro filho. E sofrendo ‘né’... Buscava água ali dentro daquele mato, água contaminada. Cascavel rolava em volta da gente. Dias de miséria porque a gente não tinha nada”⁵⁹.

Através das conversas com as mulheres, tive conhecimento das enormes dificuldades que elas e suas famílias enfrentaram para permanecer nos lotes. Ao falar da dificuldade para a obtenção da água, por exemplo, nos demonstra que até mesmo as necessidades básicas não eram supridas. Por isso, a sobrevivência nesse período era uma luta diária. O relato evidencia o quão provisório foram os primeiros momentos de estabelecimento das famílias nos lotes. As muitas pausas ao longo de sua fala mostra que lembrar esse tempo é ainda um exercício doloroso, pois remete a uma fase de muito sofrimento para ela.

As referências ao marido e aos filhos acompanhadas de pausas, segundos de silêncio, revelam o quanto a questão familiar é marcante para ela enquanto mulher, talvez por não conseguir desempenhar adequadamente seu “papel” de mãe e esposa, tão impregnado e imposto pelas representações patriarcais. Conforme apontam Bruschini e Rosember (1982, p. 10): “a mistificação do papel de esposa e de mãe concretizou-se [...] na medida em que a casa e família passaram a significar a mesma coisa”.

Outro registro desse momento, que comprova a precariedade da situação das famílias quando ali chegaram está na fala de Dona Eliane. Também quando perguntada sobre os primeiros anos no lote, após ficar com sua família três anos acampados na estrada, ela conta: “Era triste hein... Aqui só tinha braquiária. Não tinha uma árvore

⁵⁹ ENTREVISTA. Dona Maria (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 08/07/2016. 18 min. (aprox.), som.

aqui, só pasto. Era poço feito na mão mesmo. No barraco, até começar a construir a casa. Foi bem sofrido no começo, mas agora valeu a pena⁶⁰.

Percebe-se uma semelhança nos relatos que descrevem esse momento. O termo “braquiária” é bastante utilizado para fazer referência ao mato. Isso evidencia o estado de abandono em que se encontrava o local onde antes havia existido uma das maiores fazendas e um grande símbolo do agronegócio da região. A memória desse período é um elemento bastante comum entre essas mulheres. Posso dizer que essas memórias unem, associam essas pessoas a uma identidade semelhante. Naquele momento, estavam todas vivenciando a mesma situação, os mesmo desafios de construir coletivamente um novo espaço.

Para Fabrini (2001) os assentamentos de sem-terra são muito mais do que lugares dedicados à produção agrícola e pecuária. São também lugares de debate político, de relações sociais diversas e de articulações sobre luta e conquista da terra. Com a conquista do lote para produzir, as lutas pela terra se tornam, nesse novo momento e espaço, lutas por melhorias em variados aspectos, sobretudo no que diz respeito à infraestrutura e às políticas de assistência social. Ou seja, a luta passa a ser por melhores condições que possibilitem a permanência no assentamento. Em meio aos lotes nos assentamentos rurais, as famílias, ao mesmo tempo em que se veem em uma perspectiva de melhorias e favorável ao crescimento, se inserem também em um contexto de conflitos e de dificuldades que modificam as relações sociais, seja no núcleo familiar, seja na comunidade.

Contudo, o momento de chegada à terra é bastante emblemático para a maioria das mulheres e suas famílias. Trata-se de um momento de muitas expectativas, evidentemente, após um árduo período de espera nos acampamentos nas rodovias. A chegada ao assentamento representava para essas pessoas uma nova oportunidade de construir uma vida mais digna. Representava o caminho das melhorias das condições de trabalho e moradia. E, sobretudo para as mulheres, a possibilidade de criar seus filhos e cuidar da família, deixando os tempos de grandes dificuldades para trás.

Esse momento da chegada das famílias ao lote se mostrou mais um desafio em meio a muitas dificuldades. Pude entender que se tratou de um período difícil, de incertezas a respeito do futuro. Devido a isso, passada essa fase, as mulheres a consideram como uma etapa vencida com muito esforço, dedicação e esperança. É o

⁶⁰ ENTREVISTA. Dona Eliane (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 08/07/2016. 11 min. (aprox.), som.

que podemos perceber no relato de Dona Celina, que já foi mencionado no início da dissertação:

Acompanhei, desde o começo... Por que não é fácil. Tudo é difícil. O governo dá essas “coisinha” aí, mas tem que ter a força da gente e coragem. Teve uns que pegou boi e já vendeu. Foi pegando e foi vendendo pra pagar outras coisa. Nós não. “Seguremo” nossa criação. Essa manteve o nosso salário mensal. Meu marido trabalhou bastante com transgênico em uma fazenda. Enquanto não tinha dinheiro assim pra se manter mensal ele trabalhava. Quando começou as vaca criar e já ter o dinheiro ele parou de trabalhar. Nós “tirava” o leite, fazia nossas compra com o salário mensal nosso tudo sossegado. Aí depois conforme foi o projeto fomos fazendo. Primeiro era uma hortinha no fundo do quintal. Daí nós fez essa hortinha aqui, mas só “pro gasto”. O povo queria um pouco eu dava. Aí queria compra, eu comecei a vender. Vendia bem. Aí ia vendendo. [...] Hoje “tá” bem adiantado, porque foi abrindo esses projetos⁶¹.

Farias (2002) define o assentamento como um espaço de conflitos e reconstruções onde as famílias vivem uma fase de reconstrução das formas de sociabilidade, permanência e experiência e do modo de vida. A vivência no assentamento passa por um momento de produção e de constante busca por alternativas que sustentam a permanência em um espaço permeado de conflitos sociais e políticos. O assentamento é um campo de reordenamento das relações sociais e reconstrução das identidades e do sentimento de pertencimento a partir das experiências vivenciadas no processo de sua construção.

Quando perguntada sobre sua chegada ao lote, Dona Dirce detalha o processo de construção do assentamento e as dificuldades enfrentadas pelas famílias. Ela chegou ao local em 2005. É casada e tem cinquenta e oito anos de idade.

Aí o bicho pegou! Sorte nossa que, ainda, ficamos um ano aqui assentados, e ainda nós recebíamos essa cesta. Aí pra comer nós tinha “né”. Aí no começo vieram com os tratores, derrubar. Aí então eles vieram. Derrubaram pra nós começar aqui [...] Isso era um matagal só. Pra nós começar... Fizemos só um “trilheirinho” aqui, que o INCRA falou. Deu as ordens em nós. Não podia fazer contra eles. Daí... Fazer cinquenta metros longe da BR, a casa, primeiro o poço. Era tudo pago assim, eu ganhava um fomento pra fazer essas coisas. Fizemos o “trilheirinho”, viemos fazer o poço aqui, e o nosso acampamento era mais embaixo ali perto da mata. Fizemos o poço, daí no segundo dia “tava” pronto. No terceiro dia já foi

⁶¹ ENTREVISTA. Dona Celina (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 16/04/2016. 37 min. (aprox.), som.

um tumulto... E já “roçemos” aqui pra fazer o barraquinho, pra nós entrar aqui. E era mato, mato, mato⁶².

O relato nos apresenta a ocupação e a participação da mulher, no caso da própria Dona Dirce, em todos os processos da construção deste espaço. Isso se evidencia também da fala de Dona Celina, que demonstrou um pouco do sentimento de superação em relação aos anos de maior dificuldade dentro do assentamento: “quando chegou aqui era uma braquiária. Hoje tem essas árvore aí, eu via na número um, de um povo que ganhou terra. Eu via essas árvores, meu Deus, achava que era tão difícil. Hoje, pra você vê, nós temos que cortar um pouco de árvore”⁶³.

As péssimas condições dos barracos provisórios que serviram de moradia para as famílias nos primeiros momentos do assentamento dificultaram muito algumas das atividades delegadas às mulheres, sobretudo atividades domésticas como lavagem das roupas, preparação da comida, limpeza etc. Apesar das dificuldades iniciais, Dona Celina demonstra um sentimento de melhoria em relação aos anos anteriores, nos acampamentos e no Paraguai. Esse sentimento me pareceu comum entre as outras mulheres que entrevistei, pois contaram que já haviam passado por momentos muito mais difíceis ao longo de sua trajetória e que a vida no lote estaria hoje muito melhor em comparação ao anos passados no Paraguai e nos acampamentos.

Muita gente fala que mudou da água pro vinho! Só que nós não vendemos nossa criação. Nós sempre foi só aumentando. Aí que eu fazia. Eu comprava lá dez franguinho granjeiro. “Punhava” eles ali pra cresce, comprava ração, criava eles. Ai comprava as galinha. E foi crescendo as galinha. Do bolsa família “né”. Daí eu comprei um casazinho de porco. Deste porco eu tive uns quarenta porco, de um casazinho que eu comprei⁶⁴.

Percebi com isso que, embora ainda existam algumas dificuldades no que diz respeito à sobrevivência no acampamento, as mulheres parecem muito mais satisfeitas com a atual situação. Talvez, acredito isso se dê pela possibilidade de exercer os cuidados com a família e com a casa de maneira mais “adequada”, ao contrário dos tempos do acampamento, onde as necessidades daquele momento eram outras. Isso nos leva a pensar o quanto a questão da exclusividade ao trabalho doméstico está impregnada no imaginário dessas mulheres.

⁶² ENTREVISTA. Dona Dirce (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 08/07/2016. 23 min. (aprox.), som.

⁶³ ENTREVISTA. Dona Celina (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 16/04/2016. 37 min. (aprox.), som.

⁶⁴ Idem.

Pelo que pude observar, a divisão do trabalho entre homens e mulheres nos assentamentos, e no meio rural de maneira geral, se mostrou ainda muito desigual. A designação de papéis para ambos os gêneros ainda está muito presente para a maioria das pessoas com quem tive contato ao longo de minha pesquisa. A percepção do trabalho feminino, diferente em relação ao trabalho do homem, está, de certa forma, enraizada nas concepções das pessoas que entrevistei. Nesse sentido, as relações de trabalho entre homens e mulheres dentro do Assentamento Itamarati continuam, mesmo após anos de migração, mobilização e luta, marcadas por desigualdades.

3.3 Elas fazem história: família, relações de gênero e trabalho no Assentamento Itamarati.



Foto 05: Visita ao Assentamento Itamarati: Dona Celina. (MIRANDA, Guilherme L. G. Assentamento Itamarati I. 2016.

A figura da mulher nos deslocamentos e lutas esteve sempre presente e ativa, embora a cultura patriarcal da família a tenha colocado apenas como “dona de casa”,

“ajudante” dos homens. Essas mulheres que emergem aqui como protagonistas dessa pesquisa desenvolveram inúmeras funções e resistências⁶⁵.

Dona Marli exemplifica muito bem a “marginalização” do trabalho feminino em relação ao do homem, quando fala do não reconhecimento de suas atividades domésticas como força de trabalho, mas como “ajuda”:

[...] Assim, ele trabalhava quando tinha e eu só cuidava da casa, da horta... Tinha vaca também, lá no acampamento a gente já tinha. Aí eu tirava leite, fazia o queijo, vendia. Eram essas as atividades que a gente fazia⁶⁶.

Quando fala: “eu só cuidava da horta” ela está reproduzindo historicamente um discurso imposto pelas representações patriarcais. Essa afirmação nos remete àquilo que Bourdieu (1989) chama de *habitus*⁶⁷. Ou seja, revela um conjunto de práticas, concepções e representações interiorizadas dentro dela, enquanto mulher e sujeito histórico.

Dona Dirce é mais um exemplo de como as próprias mulheres, muitas vezes consentem às representações impostas ao realizar tarefas essenciais para o grupo – talvez por pensarem as atividades relacionadas aos cuidados da família como atividades “secundárias”. Ambas, Marli e Dirce falaram a respeito do período em que estiveram acampadas:

“Tava” todo mundo ali junto, trabalhando! Cuidando das coisas. Nós não tínhamos filhos, mas os que tinham, ainda pequenos, hoje já são grande. Mas, olha, essa luta pra eles. Essa não foi boa não. Assim, em parte de família “né”... Porque... Até eu, dá pra dizer, que meu pai na época tinha setenta e oito pra oitenta anos. Olha, ele também. Eu também passei sufoco, porque meu pai era meio... Ele queria já apressar as coisas pra nós ir pra cima da terra. Nossa, e ele “tava” assim meio em depressão também. Aí, foi. [...] Tinha vez que a mulherada vinha lá no meu pai, fazia a cabeça dele “né”. E eu ia também nas outras barraquinhas, e já tinha filho crescido, as mulheres então queixavam... Meu Deus, quatro, cinco filho debaixo de um barraquinho de nada. Aí um ajudava a outra “né”. Serviço não tinha, mas aí o que a gente podia “né”. Ajudar de conselho,

⁶⁵ Para Foucault (1999), onde há poder, há resistência. As correlações de poder existem em função de múltiplos pontos de resistência que representam o “adversário”. Existem pontos de resistências em todas as relações de poder. Não há lugar onde se recusa o poder, mas sim, onde se resiste a ele.

⁶⁶ ENTREVISTA. Dona Marli (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 16/04/2016. 41 min. (aprox.), som.

⁶⁷ O *habitus*, para BOUDIEU (1989, p. 61), é uma subjetividade socializada. É o conhecimento interiorizado, uma prática incorporada por um agente, sujeito. Isso significa dizer que o modo de pensar e agir de determinado sujeito são uma construção social e cultural incorporada. Constitui-se da incorporação de práticas e representações.

essas “coisarada” entre amizade “né”. Foi uma coisa assim bem... Meio difícil, “né”?⁶⁸.

Dona Dirce nos mostra a memória de um tempo difícil. Ao invocar a figura do pai, demonstra sua preocupação com os cuidados do interior das barracas e com os cuidados com a saúde, com a família e com o bem estar coletivo. Ao nos relatar o envolvimento das demais mulheres do acampamento nesta função, podemos perceber que essas eram tarefas exclusivamente femininas. E, ao dizer que “serviço não tinha”, demonstra exatamente a invisibilidade do trabalho feminino quando não reconhece suas atividades nos cuidados da saúde do pai, dos filhos e dos demais.

Nos tempos da “lona”, ou seja, do acampamento na beira das estradas, as mulheres foram fundamentais como mantenedoras de condições mínimas para a sobrevivência do coletivo. Além de participarem na luta, realizavam outras funções essenciais – “outras” no sentido de além das atividades relacionadas à família, como mencionadas anteriormente – para aquele momento, como os cuidados com a saúde, que aparecem na fala de Dona Celina quando perguntada sobre suas atividades na época do barraco: “Comandava a saúde lá... Comandava pra levar os doentes. [...] Era bom não. Eu não gostava não. Mas eu fiz tudo isso aí”⁶⁹.

Dona Celina também deixa explícito quanto as mulheres foram fundamentais na manutenção das condições de sobrevivência do grupo, ao nos contar suas atividades nos cuidados da saúde das famílias.

[...] se organizava bastante. Mas lá foi só lá. Depois que viemos pra cá mudou totalmente. E lá era tudo em grupo. Meu Deus do céu, eu era geral da saúde, rapaz. Eu não gostava não. Cinquenta famílias, eu era geral da saúde de cinquenta famílias. Do grupo é só dez, “facinho” de cuidar, mas quando é geral de cinquenta famílias... A gente quase não tem tempo. Uma precisou, vem na gente, outra precisou, vem na gente, sabe?⁷⁰

Outro exemplo de diferentes formas de participação e atividades exercidas pelas mulheres aparece na fala de Dona Eliane. Quando perguntada sobre o acampamento, revela que, além dos cuidados com a família, as mulheres também eram força de trabalho na roça ou até mesmo nas cidades, quando saíam para trabalhar nas casas devido à necessidade por dinheiro.

⁶⁸ ENTREVISTA. Dona Dirce (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 08/07/2016. 23 min. (aprox.), som.

⁶⁹ ENTREVISTA. Dona Celina (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 16/04/2016. 37 min. (aprox.), som.

⁷⁰Idem.

Fiquei três anos... Bom, no acampamento não tem o que fazer “né”. Era mais por diária. Diária que fazia “lavoureiro” que plantava milho tirava o tendão dos milhos. “Rancar”, feijão, mas eu só ia no “candão” de milho e vez em quando fazia diária... Nas casas assim às vezes para lavar roupa, limpar as casa “né”.⁷¹

Notamos no relato de Dona Eliane que as atividades desempenhadas pelas mulheres eram inúmeras, desde o trabalho na roça até o de diarista nas casas de outras pessoas. Notamos também a maneira como essas mulheres desenvolvem suas resistências e meios de sobrevivência. Suas relações, sua motivação pessoal são de cunho familiar.

Aspectos como o trabalho, a educação, os direitos e oportunidades, além das responsabilidades com a família, mostram que os papéis e espaços designados a homens e mulheres continuam diferentes e hierarquizados. Acrescenta-se a isso, o fato de enfrentarem diariamente os preconceitos e a posição de “inferioridade” em relação aos homens. Ainda assim, em meio a todas essas dificuldades consequentes da desigualdade, as mulheres são presença constante e significantes no processo e nas lutas pela terra.

Nesse sentido, Perrot (2005, p. 244), ao abordar o trabalho feminino na história, nos diz que a questão familiar é extremamente importante para compreender as concepções e as relações de trabalho das mulheres camponesas. No entanto, ainda mais importante que isso, a questão da família é essencial para a compreensão do que diz respeito às relações de gênero dentro dos assentamentos:

A família, mais do que o trabalho que ela condiciona, é a verdadeira ancoragem da existência das mulheres e de suas lutas, o freio, ou motor de sua mudança. O trabalho por si só não pode libertá-las, ainda que pode contribuir para isso.

Refletir sobre a “invisibilidade” histórica das mulheres no trabalho do roçado é também visibilizar como as representações historicamente construídas sobre o corpo feminino e trabalho ainda continuam desenhando uma cartografia das relações no meio rural, invisibilizando o trabalho feminino de modo geral e, em muitos casos, reforçando a desigualdade de gênero no interior das famílias camponesas.

⁷¹ ENTREVISTA. Dona Eliane (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 08/07/2016. 11 min. (aprox.), som.

Sendo assim, uma questão essencial para essa reflexão diz respeito ao entendimento da agricultura familiar⁷², que, para Silva e Portela (2010), está relacionada às diferentes esferas nas quais se manifestam as desigualdades no Brasil, sendo essas desigualdades de gênero, classe, raça, geração e religião. A agricultura familiar é baseada em estruturas associativas e em princípios agroecológicos, conforme apontam as autoras. Apesar de aparentar um modelo ideal no sentido de propiciar mudanças nas esferas econômicas, sociais, e ambientais, devem ser levadas em consideração as diversificadas relações de desigualdade praticadas pelas pessoas inseridas nesse processo.

Para as autoras, esse modelo de agricultura tem como alicerce relações hierárquicas entre homens e mulheres. A figura do pai como chefe da família aparece como central, portanto, figura detentora de poder. Dessa forma, compreende-se que até mesmo a agricultura familiar é um espaço de opressão, ainda que essa opressão seja vivenciada de maneira natural. Essa naturalização se deve à “dominação simbólica” de Bourdieu (1999), ou seja, a opressão não é percebida pelos sujeitos oprimidos, pois as representações que sobrecaíram sobre elas, as mulheres, fazem com que a submissão pareça natural. O masculino na família camponesa é marcado desta forma:

A centralidade da figura masculina na família estende-se de modo "natural" para a esfera da produção, ficando em suas mãos o poder de decidir e organizar o trabalho, bem como o de fazer a ligação entre a unidade familiar e o ambiente externo pela comercialização dos produtos e pela aquisição no mercado de bens não produzidos pela família (SILVA; PORTELLA, 2010, p. 141).

Isso significa dizer que existem relações de poder entre homens e mulheres que trabalham no lote e a hierarquização desses sujeitos é uma consequência dessas relações. Nelas, as mulheres estão em uma posição de inferioridade, evidenciado que o controle da casa, a gestão do lote em si, não se dá de maneiras iguais. Às mulheres designa-se o poder do controle dentro da casa, por ser o espaço por elas administrado. Aos homens, o controle da produção, do comércio, do plantio, dos animais.

Em muitas das minhas visitas aos lotes, quando cheguei, me deparei com as seguintes situações: a mulher exercendo algum tipo de atividade da casa, como lavar as

⁷² A agricultura Familiar é aquela cultivada em uma pequena extensão de terra, através da utilização da mão de obra da família. Ela apresenta uma grande diversidade de cultivos, cuja produção é direcionada para a alimentação da própria família (SILVA; PORTELLA, 2010, p.130).

roupas, limpar a casa, cozinhar etc. Outra situação que ocorreu foi chegar à casa da família e não encontrar a mulher “dona de casa” naquele momento, pois ela estava realizando alguma atividade fora da casa, na horta, por exemplo.

Com isso, pude perceber que o cotidiano dessas mulheres é quase inteiramente ocupado por algum tipo de trabalho – dentro da casa, na roça ou em outro espaço de trabalho. O trabalho feminino é responsável pela formação das condições mantenedoras da força de trabalho da família, e pela realização de atividades entendidas como “produtivas”. Nesse contexto, a fala de Dona Celina é ilustrativa:

[...] Ela (Jessica) dá uma ajeitada mais ou menos aí. Quando eu vou pra lá eu lavo roupa tudo. Eu faço assim: a hora que eles estão lá (na roça) eu não vou lá. Aí eu vou fazer o meu serviço. Vou “punhá” a minha roupa no varal, vou ajeitar as coisa e depois que eu vou (pra roça).⁷³

O trabalho da casa é visto como o trabalho da mulher, como menciona dona Celina, ao descrevê-lo como “meu serviço”. Já o trabalho feminino na roça é visto como “ajuda” por não ser considerada uma atribuição “natural” das mulheres, diferentemente das tarefas domésticas, entendidas como “trabalho de mulher”. Da mesma forma, quando os homens realizam atividades domésticas, essas também são vistas como “ajudas”.

No entanto, é válido destacar que, entre as famílias com as quais tive contato, raramente os homens “ajudam” as mulheres com os trabalhos da casa. Em contrapartida, as mulheres estão sempre ao lado dos homens quando trabalham na roça, na horta, com os animais etc. A desvalorização do trabalho doméstico é dado como “natural”, pois nem homens nem mulheres reconhecem, ou percebem, sua importância para a manutenção das demais forças de trabalho e da produção dentro do lote. Para as autoras,

[...] um elemento central da divisão sexual do trabalho é a atividade doméstica, uma vez que o trabalho doméstico realizado para a manutenção da família, seja no interior das residências ou no espaço domiciliar estendido, é feito quase que exclusivamente por mulheres (SILVA; PORTELLA, 2010, p. 143).

No assentamento há ainda uma divisão sexual do trabalho que não modifica as relações de gênero, conforme as autoras explicam: “as atividades realizadas pelas

⁷³ ENTREVISTA. Dona Celina (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 16/04/2016. 37 min. (aprox.), som.

mulheres na agricultura familiar são partes de um sistema mais amplo de valores e representações sociais que expressam as desigualdades de gênero”(op. cit., p. 133).

Para Tedeschi (2016, p. 32), “o imaginário social naturalizou a divisão do trabalho, explicando-a como decorrente das características biológicas de cada sexo”. Essa “naturalização” da divisão do trabalho só foi possível por meio das representações, mencionadas pelas autoras acima, que construíram sobre o feminino um “dever”, ou seja, destinou as mulheres às exclusividades domésticas.

As representações sociais que caem sobre o feminino contribuem para a sustentação das desigualdades de gênero, ao referir às mulheres camponesas uma dupla jornada de trabalho e conseqüentemente a manutenção da uma divisão injusta, sexista e patriarcal de poder.

Para Chartier (1990) as representações sociais são responsáveis pela formação do entendimento de mundo dos indivíduos e grupos que, ao adotarem determinadas representações, assimilam uma determinada identidade. É por meio das representações coletivas que passa o entendimento de como se constitui uma sociedade com diferentes leituras de mundo e de como essas leituras são assimiladas por determinado grupo social, formando suas identidades e designando práticas, costumes e relações sociais.

Nesse sentido, compreendemos que o imaginário das mulheres camponesas do Itamarati é permeado por representações que foram construídas e incorporadas ao longo da sua trajetória de vida enquanto mulheres migrantes e trabalhadoras rurais. Isso foi feito através dos discursos, sobretudo do patriarcado, a respeito do corpo feminino, de seu papel enquanto mãe/esposa. Nesse processo, as mulheres criam sua identidade de luta e resistência.

Tendo dito isso, a partir de agora, encaminho a discussão para as problematizações finais e minhas conclusões e “inconclusões” desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Foto 02: MIRANDA, Guilherme L. G. Jornada Nacional das Mulheres Camponesas. Dourados-MS. 2012.

“Mulheres firmes e decididas a vencer!”

Foi meu objetivo neste trabalho evidenciar e discorrer sobre as relações de trabalho na trajetória de vida das mulheres migrantes do Assentamento Itamarati, além de discorrer sobre o protagonismo e a importância da participação feminina, assim como o reconhecimento – ou não – dessa participação na manutenção e sobrevivência da família ao longo dessa trajetória de migração.

Ao conversar com as mulheres assentadas nesse período de convívio e de produção das fontes de pesquisa, notei aos poucos que elas se constroem e se afirmam pela capacidade de gerir várias atividades ao mesmo tempo. A preocupação com o bem-estar da sua família muitas vezes é posto como prioridade, acima de preocupações pessoais.

As representações sociais, que ao longo dos anos construíram as identidades, estabeleceram papéis para homens e mulheres perante um grupo social. Para Chartier (1990), existem relações diretas entre as representações e as identidades dentro de uma esfera social. Para o autor, as construções das identidades sociais são resultantes da relação de força entre as representações impostas por aqueles que exercem/detêm o poder de classificar, dar nome, em relação às definições da aceitação/resistência de cada comunidade em si.

Certos discursos da “naturalização” dos sujeitos por meio dos papéis a eles designados/atribuídos levaram à condição de aceitação da “natureza” feminina das mulheres assentadas, contribuindo para legitimar os discursos sobre as mulheres, sobre sua posição social, suas tarefas, seus deveres e suas obrigações com o lar. Mas isso não significa dizer que não haja resistência e negociação no âmbito familiar.

O não reconhecimento e a desvalorização das atividades femininas no âmbito doméstico vêm de uma longa história de dominação do patriarcado. Devido a isso, as mulheres são “obrigadas”, em determinadas circunstâncias, como nos lotes do assentamento, por exemplo, a exercer inúmeras tarefas que contribuem para a manutenção e a produção familiar. Além disso, apesar de trabalharem incansavelmente dentro de suas casas, não têm os “benefícios que aos poucos a sociedade capitalista nascente vai outorgando a outros trabalhadores: salário, descanso, férias, limite de jornada, a não ser de forma indireta, através de quem dependem” (TEDESCHI, 2016, p. 79).

Nesse sentido, a naturalização dos atributos e papéis impostos a mulheres e homens construiu também uma cortina de fumaça que produz uma aparente naturalidade da divisão do trabalho entre os gêneros. Essas desigualdades

historicamente construídas e reforçadas na história brasileira têm uma origem:

O patriarcalismo na vida rural brasileira foi responsável pela continuidade do estereótipo de representações sobre o feminino que, na Europa, a cultura familiar tinha na época. No Brasil colônia, o comportamento da mulher variava conforme a classe social ou grupo étnico [...] Dessa forma, o patriarcalismo se afirma num instrumento de controle social sobre a família em território colonial, exercido pelo Estado e pela Igreja, estes agindo mutuamente sob o imaginário social do período (TEDESCHI, 2016, p. 81).

O autor acima nos ajuda a entender por que, no assentamento, a figura materna de cuidadora e mantenedora do lar é fundamental para a estrutura da família. A presença da mãe/esposa hospitaleira é essencial para a manutenção das relações de poder⁷⁴ – aos homens o poder da representatividade no mundo público, das escolhas, do controle financeiro; às mulheres o poder do espaço doméstico, do controle da família – e da força de trabalho tão valorizada como força de produção.

Para o autor, isso contribuiu para a reprodução e perduração da representação da mulher criada pela moral cristã através da Igreja. Essa representação de mulher cria um modelo de identidade que – por meio de discursos religiosos, econômicos e políticos – é difundida para as mulheres desse determinado grupo social.

Como pude observar, as mulheres do assentamento possuem ligação com a religião – variam entre católicas e evangélicas. Isso explica o fato de serem tão preocupadas com aspectos relacionados à família e à casa, pois faz parte de sua identidade essa representação de “mulher do lar”. Embora essa identidade também agregue outros aspectos inerentes de sua vida no campo, como o trabalho a roça ao lado dos homens, a figura da mulher “dona de casa” será sempre a primeira invocada, a mais evidente em sua memória.

Para as mulheres assentadas, a religião é extremamente importante por operar uma construção social sobre sua identidade e seus papéis enquanto sujeitos femininos, além de dar um sentido a suas vidas. Não podemos compreender, portanto, as desigualdades de gênero, as relações de poder e, eu também diria, a violência simbólica sem entender o sentido da influência/interferência da religião em suas vidas.

Nesse sentido, caberia a reflexão de Bourdieu (1989) sobre o *habitus*, ou seja, a forma como as mulheres, assim como demais sujeitos, incorporam as representações, as identidades e tudo o que parte desse universo que as moldam enquanto sujeitos,

⁷⁴ As relações de poder no espaço privado é uma questão que será aprofundada em trabalhos futuros.

colocando-as em níveis de dominação e desigualdade, hierarquizando-as enquanto sujeitos femininos. Segundo o autor, essa dominação simbólica é possível pela incorporação aparentemente “naturalizada” das próprias práticas, representações e identidades. Isso faz com que as desigualdades perdurem e se impregnem, pois são concebidas como “naturais” do ser mulher/homem.

Através desse mecanismo de dominação, as representações sobre ambos, feminino e masculino, vão perdurar ao longo dos séculos, pois estão estabelecidas no interior dos sujeitos, reproduzindo-se a partir do contato com o grupo social. Bordieu (1999, p. 11) afirma que “nos incorporamos, sob forma de esquemas inconscientes de percepção e de avaliação, as estruturas históricas da ordem masculina”.

Um exemplo da incorporação das representações construídas sobre as mulheres está na fala de Dona Dirce, que conta uma situação particular: quando um grupo de pessoas, entre elas algumas mulheres, foram até ela para aprender um pouco a respeito das hortas. Ao se referir às mulheres, Dona Dirce demonstrou certa falta de credibilidade, pressupondo que elas não seriam hábeis para aquele trabalho, como é possível notar em sua fala:

Ontem também o pessoal de Sidrolândia me pediu. “Ah” tinha umas mulher junto que eu já vi que não dava muita coisa, mas querem começar com horta lá também. Daí no final ainda me pediram quantas horas por dia, eu mexo na horta. Eu falei: olha [...] Ó minha senhora, eu dá pra dizer bem a verdade: vinte e quatro horas por dia. Porque a horta dá trabalho⁷⁵.

Essa fala revela alguns aspectos como a participação da mulher nas atividades da roça, no caso, a horta, ao longo de todo o dia. Também exemplifica a maneira como as representações são impregnadas, incorporadas no imaginário das pessoas. Com isso, entendemos a longevidade dos estereótipos e padrões relacionados aos sujeitos, mulheres e homens.

É necessário entender o modo como à mulher se percebe e é percebida nos nossos dias como o resultado de um *continuum histórico* em que as concepções tradicionais do feminino continuam a ter influência capital na sociedade contemporânea. Dentre essas concepções, destacam-se os modelos e padrões do feminino vinculados pelos documentos oficiais da Igreja Católica e pela exegese bíblica, que fornecem protótipos de comportamento destinado às mulheres e à sociedade em geral (TEDESCHI, 2016, p. 83).

⁷⁵ ENTREVISTA. Dona Dirce (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 08/07/2016. 23 min. (aprox.), som.

No que diz respeito às famílias do campo, o sustento por meio das atividades dentro do lote, ou da roça, tem como consequência a desvalorização de algumas atividades. De acordo com o autor, as responsabilidades relacionadas com o sustento da família são conferidas ao homem, enquanto pai/marido. Dessa forma, ao trabalho da roça se atribui a concepção de trabalho produtivo, ou seja, aquele gera o sustento.

Sendo assim, em muitos casos, o homem se concebe como provedor do lar. Seu trabalho é extremamente valorizado e reconhecido. À medida que essa função passa a ser sua “exclusividade”, a incorporação da mulher nessa mesma atividade é entendida apenas como uma “ajuda”. Para as mulheres que entrevistei, seu trabalho ao lado do marido foi sempre entendido como ajuda. Seu trabalho nunca é reconhecido e valorizado como o do homem.

Nesse sentido, Dona Dirce relata sua participação em praticamente todas as atividades consideradas de produção em seu lote. “Aí a gente trabalha em conjunto... Eu e ele. Vão os dois nas vacas, tira o leite lá... Ele leva embora, vende... Na hora da horta, ou é os dois, ou é um... Tudo em conjunto”⁷⁶. Dona Dirce demonstra também um aspecto interessante da divisão dos papéis e das relações de poder entre o casal, quando diz: “ele leva embora, vende”, referindo-se ao leite (produto extraído pela força de trabalho de ambos), revela que naquela cultura o papel da comercialização cabe ao homem. Logo, cabe a ele também a administração financeira dos lucros.

Devemos atentar também para o fato de estarem, na prática, trabalhando muito mais do que os homens, uma vez que, além de participar das atividades ditas “produtivas”, ainda exercem suas atividades domésticas. Por isso seu trabalho é dito “invisível”, por mais que essa invisibilidade seja fruto de uma relação de poder, em que os homens, detentores desse poder, as mantêm assim.

A invisibilidade das mulheres nas análises como sujeito da produção e da reprodução na agricultura familiar é um mecanismo útil para perpetuar as desigualdades de gênero. As mulheres não são invisíveis, elas são invisibilizadas pelos outros, ou seja, não são reconhecidas como sujeitos ativos dos processos produtivos (SILVA; PORTELLA, 2010, p. 127).

Portanto, devido a essa invisibilidade e ao não reconhecimento das atividades das mulheres rurais enquanto trabalho, coube aos homens o exercício do poder. Ou

⁷⁶ Idem.

seja, aos homens foi possibilitada uma posição de poder por serem considerados os “trabalhadores de fato”, os provedores da família.

De acordo com Tedeschi (2016), o próprio verbo “ajudar”, muito frequente no que diz respeito ao trabalho feminino, evidencia por si uma posição de poder em relação ao masculino. Nesse sentido, percebi que, ao falar sobre seu trabalho no lote, a maioria das entrevistadas se enxergava como “ajudante” nas decisões relativas à produção, ou seja, quaisquer decisões referentes à horta, criação de animais e comércio, não conotando uma posição de inferioridade.

Um bom exemplo está na fala de Dona Eliane. Quando perguntada sobre a divisão das tarefas no lote, revelou em sua resposta algumas questões já mencionadas anteriormente, porém importantes de serem pontuadas: o entendimento do trabalho na roça como trabalho do homem e do qual a mulher é considerada ajudante. Segundo, neste mesmo sentido, o entendimento do trabalho da casa como trabalho de mulher, sendo o homem considerado um ajudante.

Além disso, sua fala também mostra seu envolvimento com trabalhos mais artesanais, como a fabricação de produtos derivados do leite. Importante lembrar que o trabalho no artesanato é ocupado majoritariamente por mulheres, sendo considerado também trabalho de mulher, ao menos no espaço do assentamento, por ser uma atividade mais delicada a qual exige maior “capricho”. Segundo Dona Eliane,

Não é bem uma divisão. Ele é responsável pela horta, só que eu ajudo. Eu sou responsável pela casa, só que ele ajuda [...] De manhã a gente já levanta, ele cuida da criação dos porcos, ajuda no trato da vaca e eu vou na ordenha. Aí depois traz os leite pra cá pra fazer os queijos. Requeijão e quando tem encomenda de doce pra levar pra vila, fazer a feira. Só os queijo que eu faço todo dia pra vender, tudo lá pra cidade “né”⁷⁷.

No que diz respeito às atividades na roça, as mulheres participam com maior frequência no plantio e colheita das hortas. Para a maioria das entrevistadas, essa participação é entendida como “ajuda”. Os trabalhos no âmbito de construção e manutenção da horta e do espaço do plantio são realizados na maior parte pelos homens, maridos ou filhos, tais como construção de estufas e instalação de aparatos de irrigação. Devido a isso, me pareceu serem essas tarefas consideradas como mais

⁷⁷ ENTREVISTA. Dona Eliane (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 08/07/2016. 11 min. (aprox.), som.

importantes, ao mesmo tempo em que a colheita e plantio são consideradas secundárias.

Há o entendimento de que o trabalho dos homens no assentamento – de construir, de consertar e manusear maquinário pesado e, de certa forma, de “idealizar” a horta – é mais valorizado, sendo visto como essencial para o sucesso dessa atividade. Em contrapartida, o trabalho das mulheres de plantar e colher não são considerados essenciais.

Outra atividade bastante comum entre as mulheres, e eu diria, praticamente exclusiva das mulheres, no assentamento é o artesanato, consequência principalmente dos encontros e reuniões de grupos de mulheres com a intenção de qualificá-las para demais atividades que pudessem “contribuir” com a renda da família. Nesse aspecto, a produção e a comercialização de produtos artesanais são realizadas pelas mulheres.

Em relação ao trabalho doméstico, as mulheres aparecem como principais, e majoritariamente, únicas responsáveis. Em todos os casos que pesquisei, as entrevistas relataram uma eventual “ajuda” dos homens nos afazeres da casa. Isso significa dizer que, mesmo quando participa dessas atividades, os homens não são responsabilizados para elas. Pois não são “hábeis” para esse serviço, segundo as próprias mulheres.

A respeito da renda, do controle do dinheiro propriamente dito, os homens são os maiores responsáveis por administrar custos, gastos, lucro, enfim, tudo o que envolve diretamente o dinheiro da família. No cotidiano da comunidade, as relações gênero constroem a desigualdade entre homens e mulheres, excluindo o feminino muitas vezes do poder de decidir sobre a propriedade.

Em meio a todo esse contexto as mulheres camponesas do Assentamento Itamarati são exemplos de luta e resistência. Suas memórias de uma vida sofrida, de migração, de busca por melhores condições de vida nos mostram um pouco as dificuldades que essas famílias enfrentaram, percorrendo seus caminhos em um contexto de muitas desigualdades e conflitos pela posse da terra.

A narrativa feminina das relações de gênero e do trabalho na história das famílias migrantes também evidencia as desigualdades de gênero interiorizadas nas comunidades rurais. Suas falas constantemente remetem ao não reconhecimento de seu trabalho na casa e na roça. Remetem à invisibilidade feminina enquanto figura essencial para a sobrevivência da família e da comunidade.

As histórias de Celina, Maria, Dirce, entre outras, confirmam uma narrativa de injustiças, mas, sobretudo de resistência, por mais discriminado – pelo estado e pela

sociedade que não as vêem e muitas vezes negam a elas direitos básicos, deixando-as em situações miseráveis – e desigual que o trabalho no campo possa ser.

Ainda que sofram tudo isso, as mulheres trabalhadoras rurais do Assentamento Itamarati existem e resistem. São “protagonistas não vistas” nas trajetórias de luta e na constante busca por melhores condições para suas famílias. Elas são fundamentais, muito mais do que os homens, detentores do poder e, na maioria das vezes, do reconhecimento. Elas se afirmam pelos silêncios de uma história não visível, mas imprescindível.

A participação das mulheres no trabalho na roça, mesmo enquanto protagonistas, continua tendo a denominação de “ajudante” e não as alivia dos cuidados domésticos. Isso significa dizer que, embora as mulheres participem e trabalhem na roça ao lado, às vezes mais que os homens, elas continuam sendo vistas neste espaço como “ajudantes”, pois a eles cabem os domínios do trabalho considerado “produtivo”.

Aos homens cabem os rótulos de provedores. São os maridos que na maioria dos casos obtêm o poder do controle financeiro. É o que podemos observar na fala de Dona Maria Luci, quando ela diz que “dentro de casa, é na discussão financeira que é o pé de briga [...] quando vai discutir a questão financeira... Não é fácil. Ainda é uma batalha no dia a dia. Porque é homem que administra ‘né’. É o homem que gasta⁷⁸”.

Seu relato remete ao poder exercido pelos maridos quando tomam para si o controle do dinheiro e, conseqüentemente, estabelecem uma relação de dependência para as mulheres. Nesse sentido, percebe-se que para as mulheres o trabalho fora da casa, como o artesanato, por exemplo, é muitas vezes uma necessidade para conseguirem um pouco mais de independência financeira.

A minha sogra é um exemplo disso. Ela é uma pessoa idosa, aposentada. Morava aqui. Era uma pessoa depressiva. Vivia reclamando de dor tudo no corpo. “Tô” com dor aqui, “tô” com dor ali. Quando ela começou a participar de feira, de curso, ela passa as vezes quando tem encomenda, ela vai até uma hora da manhã fazendo doce. Aí ela se ocupa. Então, além da questão financeira, que melhora a renda dela, pra ela não ter que ficar pedindo do marido: ‘a me dá dez reais’. Então isso eu sempre oriento as mulheres, eu falo: seja independente. Procura seu dinheiro, não importa de que forma. Se é costurando, fazendo crochê, fazendo doce. Não tem que ter vergonha de fazer isso. Pra você ter seu dinheirinho pra fazer o que você quer sem ter que ficar pedindo pro marido. Aí é a autoestima da pessoa

⁷⁸ ENTREVISTA. Dona Maria Luci (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Assentamento Itamarati I – Ponta Porã-MS. 08/07/2016. 48 min. (aprox.), som.

mesmo “né”. Ela não tem que ser dependente dele. Ela tem que ser parceira dele⁷⁹.

Dona Maria Luci, ao trazer a memória de sua sogra, mostra como a coletividade é um meio para buscarem independência. As mulheres continuam a se responsabilizar pelos cuidados da casa, dos filhos e do marido. Portanto, continuam exercendo o trabalho doméstico, sem perder o *status* que isso dá perante a comunidade e o núcleo familiar.

Nesse sentido, o espaço da casa é delimitado como um espaço feminino, no qual a mulher exerce poder em relação aos membros da família. A relação casa/assentamento e casa/roça é o que permite organizar e distinguir o trabalho do “não” trabalho. E isso não apenas em determinado momento da vida dessas mulheres, mas em todo o seu ciclo. Nessa relação de espaços, a casa seria o espaço do “não” trabalho justamente pelo não reconhecimento das atividades domésticas, impostas às mulheres, como trabalho na concepção produtiva.

Portanto, a essa concepção está relacionado o espaço da roça, onde os homens atuam, exercem seu papel de sujeitos masculinos. É preciso, no entanto, saber que as mulheres detêm o poder da casa. O poder da roça não sobrevive sem o poder da casa, uma vez que a força de trabalho da roça não é sustentada sem o alicerce do lar, promovido e gerenciado pelas mulheres.

A respeito disso, Dona Maria Luci nos conta um pouco de sua experiência em relação ao trabalho doméstico:

Então eu, por exemplo, fui melhorar depois da terapia, porque eu tinha muito esse conflito interno. Porque eu trabalhar fora, cuidar de vaca, cuidar de roça, cuidar de trazer renda pra dentro de casa. E tinha que ficar pedindo... ‘Dá pra você ajudar a lavar a louça?’. Sabe? Essas coisinha “né”. Aí ficava muito estressada. Por que eu faço tudo lá fora, e aqui dentro tenho que ficar pedindo? Como se fosse assim: o serviço é seu. A mulher lutou pra fazer as coisas lá fora, mas também dentro de casa a atividade é do homem⁸⁰.

Sua fala demonstra o quanto a ideia do “serviço” doméstico como “serviço de mulher” está presente nas relações entre homens e mulheres e muitas vezes no próprio imaginário das mulheres assentadas. Quando diz: “trabalhar fora, cuidar de vaca, cuidar de roça, cuidar de trazer renda pra dentro de casa”, Dona Maria Luci remete a seu

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Idem.

cotidiano repleto de atividades e afazeres. Ao se referir às suas atividades como “cuidados” está reproduzindo o não reconhecimento das atividades femininas enquanto trabalho, ou seja, as mulheres “cuidam” e os homens “trabalham” na roça, por exemplo.

No que diz respeito às atividades dentro da casa, sua fala demonstra que as mulheres muitas vezes precisam negociar para dividi-las. Quando expõe que precisa muitas vezes pedir ao marido para “ajudar” com os trabalhos domésticos, mais uma vez, remete à invisibilidade desse trabalho.

As distribuições do tempo dos atores sociais estão estruturadas em torno das atividades da roça. Os homens fazem o trabalho nos espaços considerados fora da casa. As mulheres fazem as mesmas funções além do trabalho doméstico. Essa diferenciação nas atividades de homens e mulheres reforçam as identidades e representações construídas sob os sujeitos masculino e feminino. Reforçam também a hierarquização dessas identidades e perpetuam as desigualdades de gênero. No entanto, as desigualdades muitas vezes sequer são percebidas e, quando são, são entendidas como naturais.

A divisão sexual do trabalho no assentamento é um elemento central da família como parte da estratégia de sobrevivência, pois, sem essa divisão, não existiriam os cuidados das mulheres com o lar, tão importantes para a manutenção da própria família. O trabalho das mulheres em casa contribui para a produção social porque ela executa tarefas necessárias para a reprodução da força de trabalho no campo, dos filhos e do marido. Ela é fundamental. As atividades das assentadas não possuem um fim individual, mas um fim familiar, coletivo de sobrevivência.

Nas relações de trabalho no Assentamento Itamarati, por mais que existam atribuições e sentidos diferentes, na perspectiva de gênero, há uma relação de empoderamento feminino que não vemos. A manutenção da pequena propriedade, a horta, o cuidado dos animais, o zelo pela casa, a preparação da comida, a confecção do artesanato, ou seja, as chamadas coisas miúdas, que para o sistema capitalista de produção não importam, são as definidoras da manutenção e sustentabilidade no campo.

Por isso a história das mulheres assentadas contribui ao visibilizar aquilo que Perrot (1988) considera ser o silenciamento feminino. Ao contar a história de Dona Celina, Dona Dirce, Dona Maria, entre outras, contamos, por meio de suas memórias, uma história ainda pouco conhecida por ter sido “esquecida” pelas correntes historiográficas mais conservadoras, mas que através da historiografia feminista ganha destaque.

As “micro-histórias” das mulheres do Assentamento Itamarati enriquecem e se relacionam com um contexto histórico mais amplo dos conflitos e da disputa pela terra no estado de Mato Grosso do Sul e na região da fronteira entre Brasil e Paraguai.

A chama história dos excluídos, como diria a autora, é construída aos poucos por meio da história de vida dessas mulheres. Suas trajetórias como migrantes e suas relações de gênero e trabalho enquanto trabalhadoras rurais, todos esses aspectos nos demonstram o protagonismo feminino nesse contexto, na busca por melhores condições de vida e na essencial manutenção da propriedade familiar.

Há uma feminização produtiva no lote, um protagonismo não visível na sociedade dessas mulheres. Elas resistem, (re)elaboram e muitas vezes reproduzem seus papéis tradicionais, porém continuam sendo sujeitos imprescindíveis e fundamentais para a sobrevivência do núcleo familiar no campo e nos milhares de assentamentos rurais pelo Brasil, mesmo que seu protagonismo, resistência e força feminina passem despercebidos pela história brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. *Manual da História Oral*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. *O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa*. In: ALBERTI, Verena. Ouvir e Contar. Textos em história oral. RJ: FGV, 2004.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de recriação camponesa no Mato Grosso do Sul*. Presidente Prudente. Tese (Doutorado em Geografia). Unesp. 2003.

ALMEIDA, Rosemeire, Aparecida, de. *(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e habitus de classe*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ANMTR. *1º Encontro Nacional: Mulher trabalhadora rural amante da liberdade, é preciso ter força, garra... sempre*. Passo Fundo/RS: ANMTR, 1997.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. *“De Criciúma para o mundo”: gênero, família e migração*. Campos Revista de Antropologia Social. UFPR. 2003

AVELINO JÚNIOR, Francisco José. *A geografia dos conflitos pela terra em Mato Grosso do Sul*. In: A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar. Campo Grande: UFMS, 2008.

BALLER, Leandro. *Fronteira e fronteiriços: a construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios (1954- 2014)* / Leandro Baller – Dourados-MS : UFGD, 2014

BORELLI, Andrea; MATTOS, Maria Izilda. *Trabalho*. In: Dicionário Crítico de Gênero. / Org: Ana Maria Colling, Losandro Antônio Tedeschi. Dourados-MS. Editora UFGD, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz, 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Observações sobre a História das Mulheres*. In: *As Mulheres e a História*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Dom Quixote, 1995

BOURFIEU, Pierra. *O poder simbólico*. Ed: Difel. Lisboa. 1989

BRUSCHINI, Maria Cristina A; ROSEMBER, Fúlvia. A mulher e o trabalho. In: *Trabalhadoras do Brasil*. / Org: Maria Cristina A. Bruschini, Fúlvia Rosemberg. Fundação Carlos Chagas. Editora: Brasiliense, São Paulo. 1982.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Tradução Sergio Goes de Paula. 2ª Edição, revista e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL/Bertland Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos avançados. São Paulo. V.5, n. 11, p.173-191, 1995.

COLLING, Ana Maria. *Gênero e história. Um diálogo possível*: In: *Contexto & Educação*. Ijuí: UNIJUI, 2004.

COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino*. EDUFGD, 2014.

DEERE, Carmen Diana. *Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira*. In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 12, núm. 1, p.175-204. UFSC. Santa Catarina, Brasil. 2004.

DEERE, Carmen Diana; LÉON, Magdalena. *O Empoderamento da Mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Tradução: Letícia Vasconcellos Abreu, Paula Azambuja Rossato Antinolfi e Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. *Acampamento América Rodrigues da Silva: Esperanças e Desilusões na Memória dos Caminhantes que Lutam pela Terra*. Dourados: fundo de Investimentos Culturais de MS; Editora: Dinâmica, 2006.

FERRARI, Carlos Alberto. *Brasiguaios na fronteira: Luta pela terra, violência e precarização do trabalho no campo e na cidade*. *Revista Pegada* v.8, n.1. 2007.

FERRARI, Carlos Alberto. *Dinâmica territorial (na)s fronteira (s): um estudo sobre a expansão do agronegócio e exploração dos brasiguaios no Norte de Departamento de Alto Paraná – Paraguai*. Dourados/MS. 2009. Dissertação (mestrado em geografia) UFGD.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

FONTE, Eliane Maria Monteiro. *As políticas de desenvolvimento rural no Brasil a partir de 1930*. In: *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas* / Org: Parry Scott, Rosineide Cordeiro. – 2 edição. –Editora: Universitária da UFPE, Recife. 2010.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. São Paulo. Editora: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

GARCIA, Loreley. *Era uma vez... o uso da história oral nos estudos de gênero*. Departamento de história e geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ensino superior do Serindó. 2004.

GORENDER, Jacob; *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. In: *A questão agrária no Brasil O debate na década de 1990*. Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2013.

GROSSI, Miriam Pillar. *Identidade de Gênero e sexualidade*. Disponível em: http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/grossi_miriam_identidade_de_genero_e_sexualidade.pdf. Acesso em 08 de Setembro de 2016.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LIMA, Lana Lage da Gama; SOUZA, Suellen André. *Patriarcado*. In: *Dicionário Crítico de Gênero*. / Org: Ana Maria Colling, Losandro Antônio Tedeschi. Dourados-MS. Editora UFGD, 2015.

LIMA, Maria do Socorro Abreu. *As mulheres no sindicalismo rural*. In: *Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, movimentos e políticas públicas*. / Org: Parry Scott, Rosineide Cordeiro. 2 edição. Recife. Editora: Universitária da UFPE, 2010.

LOUIS, Marie-Victoire. *Diga-me: o que significa Gênero?* In: Revista Sociedade e Estado. Brasília: 2006, p. 711-724.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*. São Paulo: Huitec, 1994.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski. *História Oral como Fonte: problemas e métodos*. *Historiæ*, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011.

MENEGAT, Alzira Salete. *Mulheres assentadas abrem novas portas? Quais as portas?* In: Educação, Relações de Gênero e Movimentos Sociais: Um diálogo necessário. Dourados-MS, Editora UFGD, 2009.

MENEGAT, Alzira Salete. *No Coração do Pantanal: Assentados na Lama e na Areia. As Contradições entre os Projetos do Estado e dos Assentados no Assentamento Taquaral – MS*. Dourados-MS. Editora: UFGD, 2009.

MMC. *Cartilha de preparação ao Congresso Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas*. Brasília, 5 a 8 de março de 2004.

MMC-SC: *Uma História de Organização, Lutas e Conquistas*, Chapecó: Gráfica Rota, 2008.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória. A cultura popular revisitada*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

NOGUEIRA, Juliana Tosati. *Fronteiriços: diferentes territorialidades no Assentamento Itamarati I – MS*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados – MS. 2011

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *A Longa Marcha do campesinato brasileiro: movimentos, sociais, conflitos e Reforma Agrária. Estudos Avançados*. Vol. 15 nº. 43 – São Paulo, Sept/ Dec. 2001.

PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero da pesquisa histórica*. São Paulo. *História*, v.24, N.1, p.77-98, 2005.

PEREIRA, Ivonete. *As decaídas: prostituição em Florianópolis (1900-1940)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

PERROT, Michelle. *A história feita de greves, excluídos & mulheres* (entrevista). *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*,. S. Paulo, 8(2): 191-200, outubro de 1996.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2007

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

PINTO, Célia Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15. 1989.

PRONZATO, Carlos. 19 *Poemas Sem Terra*. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/19%20POEMAS%20SEM%20TERRA%20-%20Carlos%20Pronzato.pdf>>. Acesso em 23 de Agosto de 2017.

PUGA, Vera Lúcia. *Trabalho feminino / profissões femininas*. In: *Dicionário Crítico de Gênero*. / Org: Ana Maria Colling, Losandro Antônio Tedeschi. Dourados-MS. Editora UFGD, 2015.

RAGO, Margareth. *Trabalho feminino e sexualidade*. In: PRIORE, M. del. (org.) *História das mulheres no Brasil*. Ed. Contexto. São Paulo, 2012, p.578-606;

RECAMÁN, Marisol; VENTURI, Gustavo. *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. 1. ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

RICARDIO, L. *A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro*. En *Cuad. Desarro. Rural*. 8 (67), p.231-249. 2011.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo, 2004.

SAYÃO, Deborah Thomé. *Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu*. *Perspectiva*. Florianópolis, v.21, n.01, p. 121-149, jan./jun.2003

SCOTT, Joan W. *Preface a gender and politics of history*. Cadernos Pagu, nº. 3, Campinas/SP 1994..

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: Educação & Realidade. Porto Alegre: UFRGS, 1989.

SILVA, Carmen; PORTELLA, Ana Paula. *Mulheres, trabalho e ação coletiva*. In: Agricultura Familiar e Gênero: práticas, movimentos e políticas públicas. / Org: Parry Scott, Rosineide Cordeiro. 2. Ed. Recife-PE. Editora: Universitária da UFPE, 2010.

SILVA, José Graziano; *O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. In: A questão agrária no Brasil O debate na década de 1990. Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2013.

TEDESCO, João Carlos. *O Gênero na Imigração: Redefinições de Papéis e Dinâmicas Étnicas*. Fazendo Gênero 9. Diáspora, diversidade, deslocamentos. UFSC, 2010.

TEDESCHI, Losandro Antonio. *As mulheres e a história*. Uma introdução teórico metodológica. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.

TEDESCHI, Losandro Antônio. *História de Mulheres que lutam: A construção do movimento das mulheres trabalhadoras rurais no noroeste do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo. Editora: Oikos, 2016.

TEDESCHI, Losandro Antônio. *Mulheres de fronteiras: migrações, memória e gênero*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2012.

TEDESCHI, Losandro Antonio; *O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas: uma ferramenta necessária*. In: Educação, Relações de Gênero e Movimentos Sociais: Um diálogo necessário. Editora UFGD, Dourados / MS, 2009.

TERRA, Ademir. *Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”*. Presidente Prudente 2009. Tese (doutorado - Universidade Estadual Paulista Faculdade de ciências e tecnologia).

THOMPSON, Paulo (1935-). *A voz do passado - História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. *Arquivos: propostas metodológicas*. In: Usos e abusos da história oral / Org: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

FONTES

ENTREVISTAS

Celina: Viúva. Natural de Umuarama. Chegou ao Assentamento Itamarati em 2002.

Dirce: Natural de Icaraíma, Paraná. Chegou ao Assentamento Itamarati em 2005.

Eliane: Casada. Natural de Guia Lopes, Mato Grosso do Sul. Chegou ao Assentamento Itamarati em 2006.

Eva. Casada. Natural do Paraná (interior). Chegou ao Assentamento Itamarati em 2005.

Dona Ilse. Casada. Natural de Santa Rosa, Rio Grande do Sul. Chegou ao Assentamento Itamarati em 2008.

Maria. Casada. Natural do Rio Grande do Sul (interior). Chegou ao assentamento por volta de 2004.

Maria Aparecida. Casada. Natural de São Paulo. Chegou ao Assentamento Itamarati em 2004.

Maria Luci. Casada. Natural de Santa Catarina (interior). Chegou ao Assentamento Itamarati em 2006.

Marlí. Casada. Natural do Paraná (interior). Chegou ao Assentamento Itamarati em 2005.

Noemí. Casada. Natural de Santa Catarina (interior). Chegou ao Assentamento Itamarati por volta de 2002, 2003.

Jornais:

JORNAL DA GENTE. Informativo da Prefeitura Municipal de Ponta Porã - MS. Ano 1. N°3. 16 de Dezembro de 2014.

JORNAL FOLHA DO CAMPO. Ano 6. N°182. 10 a 16 de março de 2015.

JORNAL FOLHA DO CAMPO. Ano 7. N°223. Distrito de Nova Itamarati – MS. 17 de Maio de 2016.

Documentos Online:

INCRA. Núcleo urbano do Assentamento Itamarati é transformado em distrito de Ponta Porã/MS. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/noticias/nucleo-urbano-do-assentamento-itamarati-e-transformado-em-distrito-de-ponta-porams>>. Acesso em: 26/07/2017.

INCRA. O Incra. Disponível em: < http://www.incra.gov.br/institucional_abertura>. Acesso em: 26/07/2017.

INCRA. Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma_agraria>. Acesso em: 26/07/2017.

INCRA; DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA; COORDENAÇÃO GERAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA GESTÃO. *Superintendência Regional Mato Grosso do Sul - SR 16 - Assentamentos - Informações Gerais*. Disponível em: <[http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=16&Parameters\[Planilha\]=Nao&Parameters\[Box\]=GERAL&Parameters\[Linha\]=1](http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=16&Parameters[Planilha]=Nao&Parameters[Box]=GERAL&Parameters[Linha]=1)>. Acesso em: 26/07/2017.

MMC. *História: A afirmação de muitas histórias*. Disponível em:<<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>>. Acesso em 28/07/2017.